



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Políticas de Língua - O ensino da Língua Portuguesa como instrumento de aprofundamento das relações entre Portugal (Camões IP) e Timor-Leste (2007-2013)

Mário José Menino Avelar

Orientadora: Doutora Maria Isabel Soares Carvalho

Relatório de estágio para obtenção de grau de Mestre
em
Relações Internacionais

**Lisboa
2014**

VALORIZAMOS PESSOAS



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Políticas de Língua - O ensino da Língua Portuguesa como instrumento de aprofundamento das relações entre Portugal (Camões IP) e Timor-Leste (2007-2013)

Mário José Menino Avelar

Orientadora: Doutora Maria Isabel Soares Carvalho

Orientadora local de estágio (Camões IP): Dr^a Madalena Arroja

Relatório de estágio para obtenção de grau de Mestre
em
Relações Internacionais

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT

“One day I will find the right words, and they will be simple.”

Jack Kerouac, *The Dharma Bums*

ÍNDICE

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| Agradecimentos..... | p. iv |
| Abreviaturas..... | p. v |
| Resumo..... | p. vi |
| Abstract..... | p. vii |
| Introdução..... | p. 1 |
| Capítulo 1 - Para uma análise das políticas de Língua: enquadramento teórico e metodológico..... | p. 5 |
| 1.1. Contributos teóricos - A perspectiva realista nas Relações Internacionais..... | p. 6 |
| 1.2. Contributos teóricos – A Gramática Universal..... | p. 21 |
| 1.3. Outros Contributos teóricos - dos estudos pós-coloniais às “comunidades imaginárias” | p. 28 |
| 1.4. Enquadramento metodológico..... | p. 36 |
| Capítulo 2 - A actividade do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua em Timor-Leste (2007-2013) - O ensino da Língua Portuguesa..... | p. 43 |
| 2.1. Breve percurso histórico do Camões –Instituto de Cooperação e da Língua..... | p. 44 |
| 2.2. A língua como instrumento de efectiva acção política..... | p. 48 |
| 2.3. A Cooperação com Timor-Leste para a educação-IPAD..... | p. 53 |
| 2.4. Cooperação com Timor-Leste para a educação – Camões IP..... | p. 60 |
| Capítulo 3 – Para uma leitura conceptual da acção do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua em Timor-Leste (2007-2013)..... | p. 77 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| 3.1. Traços de uma política realista na gestão de uma “ comunidade de afectos” | p. 77 |
| 3.2. Uma política de ensino para o desenvolvimento de uma cooperação efectiva..... | p. 85 |
| Conclusão..... | p. 92 |
| Bibliografia..... | p. 99 |
| Anexos..... | p. 107 |

Anexo I - Distribuição sectorial da APD Bilateral Líquida Timor – Leste (2008-2012)

Anexo II - Peso de cada sector no total da APD Líquida 2012 (%) Timor-Leste

Anexo III - Peso de cada sector no total da APD Bruta 2011 (%) Timor-Leste

Anexo IV – Ficha de Leitura relativa ao Relatório de Actividades (2007)

Anexo V – Ficha de Leitura relativa ao Relatório de Actividades (2008)

Anexo VI – Ficha de Leitura relativa ao Relatório de Actividades (2009)

Anexo VII – Ficha de Leitura relativa ao Relatório de Actividades (2010)

Anexo VIII – Ficha de Leitura relativa ao Relatório de Actividades (2011)

Anexo IX – Cooperação com Guiné-Bissau

Anexo X – Instituto Camões nos PALOP e Timor-Leste

Anexo XI – Cooperação com S. Tomé e Príncipe

Anexo XII – Cooperação com Moçambique

Anexo XIII – Cooperação com Cabo Verde

Anexo XIV – Cooperação com Timor - Leste

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha família, especialmente à minha avó Águeda (*in memoriam*), à minha mãe, ao meu pai e ao meu irmão, pela paciência demonstrada durante 24 anos.

Um agradecimento particular ao Instituto Camões, nomeadamente à sua Presidente, Professora Doutora Ana Paula Laborinho, por ter permitido que o estágio pudesse ter sido realizado pois, sem a sua colaboração, tal não seria possível, e à orientadora local de estágio, Dr^a Madalena Arroja, Directora dos Serviços de Língua e Cultura, pela sua disponibilidade e aconselhamento, e pela relação cordial que sempre tivemos.

Last but not the least, o meu agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Isabel Soares, igualmente minha professora no curso de mestrado, pela sua preocupação e dedicação face aos seus alunos, pela sua disponibilidade, pelo seu minucioso acompanhamento, e pela confiança que em mim depositou, e que possibilitou a concretização deste relatório.

Abreviaturas

APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento

BAD - Banco Africano para o Desenvolvimento

Camões IP - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

CED - Centro de Ensino a Distância

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CPLP - Comunidade dos países de Língua Portuguesa

DSCEPE - Direcção de Serviços de Coordenação do Ensino do Português no Estrangeiro

ED - Educação para o Desenvolvimento

EPE – Ensino Português no Estrangeiro

GU - Gramática Universal

IC – Instituto Camões

IC,IP - – Instituto Camões, I.P.

ICALP - Instituto de Cultura e Língua Portuguesa

ICT - Information and Communication Technologies

IDF – Instituto Diocesano de Formação João Paulo II

INIC- Instituto Nacional de Investigação Científica

IILP - Instituto Internacional da Língua Portuguesa

IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

ONG – Organizações Não Governamentais

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

para. -parágrafo

PIC - Programas Indicativos de Cooperação

PRLP - Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa

SII - Sistema Integrado de Informação

TA H L - Teoria da Aprendizagem dos Humanos no domínio da Linguagem

UNTL - Universidade Nacional de Timor Lorosa'e

NOME: Mário José Menino Avelar

MESTRADO EM: Relações Internacionais

ORIENTADOR: Professora Doutora Maria Isabel Soares Carvalho

DATA: 26-10-2014

TÍTULO DA TESE: Políticas de Língua - O ensino da Língua Portuguesa como instrumento de aprofundamento das relações entre Portugal (Camões IP) e Timor-Leste (2007-2013)

RESUMO

O relatório de estágio, por nós realizado no Camões IP, responde à pergunta de partida por nós formulada: como é que o ensino da língua portuguesa tem sido um instrumento de aprofundamento das relações entre Portugal e Timor-Leste?

No capítulo 1 enquadrámos teórico e metodologicamente a temática das políticas de língua, ancorados na perspectiva realista no âmbito das Relações Internacionais, no conceito de Gramática Universal (Noam Chomsky), em teorizações concebidas no seio dos estudos pós-coloniais, e no conceito de comunidades imaginárias (Benedict Anderson). Enunciamos, finalmente, os instrumentos metodológicos usados ao longo do trabalho.

No capítulo 2 descrevemos a investigação desenvolvida no estágio, expondo os dados coligidos nos documentos compulsados por indicação institucional. Traçamos, assim, a actividade de cooperação do Camões IP com Timor-Leste a nível do ensino da língua portuguesa. O capítulo encerra com uma enunciação das iniciativas de cooperação aí levadas a cabo pelo Camões IP.

No capítulo 3 reflectimos sobre os elementos analisados, através do enquadramento teórico-metodológico escolhido, procedendo a uma leitura conceptual da acção do Camões IP em Timor-Leste (2007-2013), demonstrando a relevância do ensino da língua portuguesa como instrumento de cooperação.

Palavras Chave: Relações Internacionais, português, Camões IP, Timor-Leste, cooperação, ensino.

TÍTULO DA TESE EM INGLÊS: Language Politics – The Teaching of Portuguese Language as a Tool in the Strengthening of the Relations between Portugal (Camões IP) and East-Timor (2007-2013)

ABSTRACT

The report of our internship at Camões IP, provides an answer to our starting question: Whether the teaching of Portuguese language has contributed to the strengthening of the relations between Portugal and East-Timor?

Chapter one analyzes language policies within a theoretical and methodological framework, anchored in the realist perspective in International Relations, in the concept of Universal Grammar (Noam Chomsky), in theoretical approaches conceived by post-colonial studies, and in the concept of imagined communities (Benedict Anderson). Eventually we make explicit our main methodological tools.

Chapter two describes our research at Camões IP, thus revealing the data we collected in the institutional documents that dealt with the cooperation with East-Timor. We point out Camões IP cooperation activities within the field of Portuguese language teaching. The chapter ends with a report of Camões IP cooperation action in East-Timor.

Chapter three analyzes the data compiled before, within our theoretical and methodological framework, in order to provide a conceptual reading of Camões IP action in East-Timor (2007-2013), and to highlight the relevance of Portuguese language teaching in cooperation policies.

Keywords: International Relations, Portuguese, Camões IP, East-Timor, cooperation, teaching.

Introdução

Este nosso trabalho intitulado *Políticas de Língua - O ensino da Língua Portuguesa como instrumento de aprofundamento das relações entre Portugal (Camões IP) e Timor-Leste (2007-2013)* é um relatório do estágio por nós realizado no Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, que visa concluir o nosso curso de Mestrado em Relações Internacionais.

Ao longo deste curso interessámo-nos pela análise do papel que a língua pode desempenhar no âmbito da cooperação a nível das Relações Internacionais. Nesse sentido, ao estudarmos o conceito de Gramática Universal de Noam Chomsky, interrogámo-nos sobre a função específica que a língua portuguesa pode assumir no plano da cooperação entre estados. Deste modo, considerámos que o Camões IP seria o lugar privilegiado para podermos desenvolver essa nossa reflexão. Foi nesse sentido que, após termos posto esta hipótese de trabalho, à nossa orientadora, Professora Doutora Isabel Soares, a qual acolheu esta ideia, encetámos contactos com aquela instituição tendo em mente a eventual realização desse estágio.

Após a aceitação da nossa proposta pela Presidente do Camões IP, Professora Doutora Ana Paula Laborinho, e da consequente celebração do protocolo entre esta instituição e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, realizámos o nosso estágio, entre Janeiro e Junho de 2013, orientados localmente pela Directora dos Serviços de Língua e Cultura, Dr^a Madalena Arroja.

Este relatório de estágio corporiza o articulado legal que regula os cursos do 2º ciclo de estudos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, o qual no nº 2 do Artigo 22º determina que aquele deve:

- a) Descrever as funções exercidas e tarefas efectuadas à luz de um enquadramento teórico e metodológico devidamente caracterizado; e
- b) Explicitar a articulação entre o processo de formação curricular e aplicação dos conhecimentos adquiridos (*Diário da República*, 2011, p. 40112)

Assim, tendo em mente este enquadramento, o nosso estágio destinou-se a investigar a forma como a língua portuguesa tem sido um instrumento da cooperação levada a cabo pelo Camões IP. Centrámos esta investigação nas actividades educativas e culturais que, neste âmbito, têm sido implementadas a nível dos países de língua oficial portuguesa, tomando como enfoque Timor-Leste. A escolha deste país, justificada pelo facto de ele ter optado pelo português como língua oficial, aquando da sua independência, foi-nos sugerida pela Drª Madalena Arroja. Através deste exemplo de Timor-Leste é possível verificar de que forma o português se pode ou não afirmar como uma língua com potencial a nível internacional. Por seu turno, o arco temporal 2007-2013 foi, igualmente, determinado por indicação da orientadora local, devido ao facto de corresponder à data do início do Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Timor, e o presente, criando-se assim as condições para o levantamento e aferição dos dados.

A exequibilidade do nosso trabalho estava assim assegurada, pois, tanto o arco temporal (2007-2013), como o espaço de realização do estágio (o Instituto Camões), permitia-nos concretizar a investigação, respondendo àquela que seria a nossa questão inicial.

Estando a temática deste trabalho centrada na língua portuguesa e do seu ensino enquanto instrumento de cooperação entre Portugal e Timor-Leste, formulámos a seguinte pergunta de partida: como é que o ensino da língua portuguesa tem sido um instrumento de aprofundamento das relações entre Portugal e Timor-Leste?

Para encontrarmos a resposta a esta questão delineámos a investigação a realizar, a qual se expõe neste relatório de estágio. Deste modo, e num primeiro capítulo, visamos o enquadramento teórico e metodológico que nos permita analisar as políticas de língua. Para tal, reflectimos sobre aqueles que seriam os nossos contributos teóricos, desde a perspectiva realista nas Relações Internacionais, passando pelo conceito de Gramática Universal de Noam Chomsky, até às teorizações concebidas no seio dos estudos pós-coloniais, as quais possibilitarão o entendimento em torno das construções identitárias coloniais e pós-coloniais. A projecção destas na constituição de comunidades imaginárias fecham esta reflexão teórica. Acompanha-a a escolha e explicitação dos instrumentos metodológicos usados ao longo de todo o nosso trabalho.

No segundo capítulo percorremos a investigação levada a cabo durante os meses em que decorreu o estágio no Camões IP, expondo os dados coligidos nos documentos compulsados, os quais nos foram indicados e facultados institucionalmente. Este capítulo deve possuir uma dimensão histórica e descritiva, visto visarmos traçar a actividade de cooperação do Camões IP com Timor-Leste a nível do ensino da língua portuguesa. Consequentemente, devemos proceder a uma breve descrição do percurso histórico do Camões IP, tendo presente os organismos que o antecederam. Por outro lado, importa observar o papel da língua portuguesa como instrumento de acção política, convocando, ainda que brevemente, a cooperação, neste âmbito, com os países de língua oficial portuguesa. O capítulo deve encerrar com uma enunciação das iniciativas de cooperação levadas a cabo pelo Camões IP em Timor-Leste.

O capítulo 3 contempla uma reflexão sobre os elementos compulsados, através do enquadramento teórico-metodológico escolhido e explicitado no capítulo 1. Assim, procede-se a uma leitura conceptual da acção do Camões IP em Timor-Leste, entre 2007 e 2013, desvendar os traços de uma política realista na cooperação realizada. Além disso, procuramos compreender qual a função de uma política de ensino para o desenvolvimento de uma cooperação efectiva.

Assim, foi possível responder à nossa pergunta de partida, comprovando que o ensino da língua portuguesa tem sido um instrumento de aprofundamento das relações, nomeadamente de cooperação, entre Portugal e Timor-Leste, contribuindo para uma afirmação identitária, assente numa “comunidade de afectos”.

No capítulo 1 iniciaremos assim o nosso percurso investigativo, dando os primeiros passos naquela que deverá ser a reflexão teórica e metodológica que o sustentará.

Capítulo 1 - Para uma análise das políticas de Língua: enquadramento teórico e metodológico

Na sequência do que foi delineado na Introdução deste relatório de estágio, recordamos que a nossa reflexão assenta em duas vertentes teóricas - a teoria realista das Relações Internacionais e a teoria da gramática universal, as quais serão objecto de análise neste capítulo. Estas duas teorias foram por nós escolhidas devido ao facto de pretendermos confirmar a sua eventual pertinência face à temática central do nosso estágio, a das iniciativas a nível da política da língua levadas a cabo pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua em Timor-Leste.

Neste capítulo começaremos por abordar, em primeiro lugar, a acima mencionada teoria realista, observando aquelas que serão as suas características nucleares ao nível das Relações Internacionais, e a sua possível aplicação no plano da acção do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, no âmbito do ensino do português em Timor. Numa segunda parte do capítulo apresentaremos, sucintamente, a teoria da gramática universal desenvolvida por Noam Chomsky, de modo a reflectirmos sobre a sua eventual pertinência a nível do ensino do português no caso em apreço. Por fim, numa terceira parte, convocaremos outras vertentes teóricas ligadas aos chamados estudos pós-coloniais, de modo a elaborarmos um solo conceptual que nos permita ponderar sobre aquelas políticas de ensino do português em Timor-Leste.

Num último momento apresentaremos o enquadramento metodológico que seguimos neste nosso relatório.

1.1. Contributos teóricos - A perspectiva realista nas Relações Internacionais

Começando pelo primeiro aspecto acima referido, importa, desde logo, esclarecer que, no plano conceptual, a perspectiva realista em causa deve ser entendida, não num plano artístico ou estético (como, por exemplo, o “realismo literário”, ou o “realismo cinematográfico”) mas sim naquela que será a sua aplicabilidade no âmbito das Relações Internacionais. Subscrevemos os esclarecimentos feitos, a este nível, por Robert Gilpin e por Jack Donnely. Segundo eles: “Realism is not a theory defined by an explicit set of assumptions and propositions. Rather, as many commentators have noted, it is a ‘general orientation’ a ‘philosophical disposition’” (Gilpin, 1986, p. 304). Consideramos ainda relevantes, neste plano, os contributos de Ferguson e Mansbach, mencionados por Donnely, pela ênfase por eles atribuída à dimensão normativa que envolve esta perspectiva teórica - “a set of normative emphases which shape theory” (Donnely, 2000, p. 6) e de Garnett, pela ligação da perspectiva em causa à dimensão pragmática, nomeadamente quando refere a lucidez que estará associada ao realismo: “The idea that conflict will disappear once the illusions and confusions of the belligerents are dispelled by clear thinking is a dangerous one because it implies ... that conflicts are mistakes in the sense that they arise out of misunderstandings” (Garnett, 1984, p. 117).

O realismo será, deste modo, uma teoria que não só acolhe diversas linhas de reflexão como reivindica uma longa tradição teórica. Segundo a *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Tucídides será um dos seus expoentes remotos, surgindo já na época moderna pensadores como Maquiavel e Hobbes entre as suas referências mais relevantes. O chamado realismo clássico do século XX encontra-se ligado a pensadores como Hans Morgenthau, cuja obra *Politics Among Nations – The Struggle for Power and Peace*, apesar de publicada em 1948,

ainda sob o impacto da II Guerra Mundial, portanto, não deixa de constituir um contributo relevante para o campo de análise que nos interessa, nomeadamente pelo pragmatismo que a informa. Recordemos as palavras iniciais do livro em questão :

The test by which such theory [Realist Theory] must be judged is not a priori and abstract but empirical and pragmatic. The theory, in other words, must be judged not by some preconceived abstract principle or concept unrelated to reality, but by its purpose: to bring order and meaning to a mass of phenomena that without it would remain disconnected and unintelligible. It must meet a dual test, an empirical and a logical one ... (Morgenthau, 2005, p. 2)

Com efeito, devido ao facto de este nosso trabalho estar ligado a uma dimensão eminentemente prática, o estágio realizado no Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, a testagem de uma perspectiva teórica afigurar-se-á pertinente. Daí que seja também pertinente questionar os fundamentos da perspectiva por nós adoptada. Nesse sentido, será importante observar as objecções colocadas por Robert Kaufman, no seu ensaio intitulado “Morgenthau’s Unrealistic Realism”, e publicado no *Yale Journal of International Affairs*.

Neste ensaio, Kaufman começa por apontar aquelas que ele considera serem os aspectos pertinentes enunciados por Morgenthau: a sua “crítica brilhante do utopismo” a nível das relações internacionais (Kaufman, n.d., pp. 24-28), a sua refutação do “princípio de segurança colectiva”, o papel que atribui ao poder no plano das relações internacionais, o seu alerta relativamente a uma pretensa cientificidade neste âmbito que poderá funcionar como desmontagem das teorias neo-realistas quando defendem que a estrutura é um dado “suficiente para explicar tudo o que é significativo” na área em apreço, e a sua denúncia de uma ênfase exagerada naquele que seria o papel de uma moral transcendente neste espaço de acção.

Onde reside, então, o erro de Morgenthau, segundo Kaufman? No seu “excessivo pessimismo” que, segundo este ensaísta, se deve ao facto de o pensamento de Morgenthau não estar ancorado em Hobbes ou em Maquiavel, mas sim numa tradição realista cristã que teria sido iniciada por Santo Agostinho, o que faria dele um pensador profundamente moralista, pessimista e descrente face à natureza humana (Kaufman, pp. 28-30). Pessimismo ou realismo, perguntar-se-á? Numa recente análise da obra ensaística do pensador socialista inglês Bernard Williams, Joel Isaac abordava, indirectamente, esta questão ao referir as reservas de Williams relativamente a Bertrand Russell e Noam Chomsky:

Williams also found a lack of realism in the political writings of Bertrand Russell and Noam Chomsky, each of whom fell into the trap of believing that their progressive politics could be extracted directly from their findings about the nature of the mind and the human capacity for rational behavior. (Isaac, 2014, p. 4)

Como é evidente nesta passagem, Williams refere-se aos escritos políticos de Chomsky e não àqueles aos quais recorreremos no âmbito deste trabalho. É, todavia, evidente o seu cepticismo face às perspectivas que ignoram a dimensão subconsciente no campo da acção política.

Mais recentemente a teoria realista terá sido enriquecida com contributos que estarão na base de uma nova designação, a de neo-realismo, o qual será uma tentativa de conceber uma abordagem algo científica no estudo das relações internacionais. Tanto o realismo clássico como o neo-realismo têm sido alvo de críticas dos teóricos das Relações Internacionais representadas por perspectivas liberais e pós-modernas. Um exemplo relativo a críticas que são feitas ao neo-realismo é o de este não conseguir lidar com as mudanças que, constantemente ocorrem. Consideramos, porém, que os vectores fundamentais sobre os quais nos iremos deter em seguida justificam a pertinência deste pensamento para o nosso trabalho.

Devemos, desde logo, convocar ensaístas como Robert W. Cox que acentuam a importância da existência de uma estrutura *state-based*, historicamente determinada, nas Relações Internacionais, e que defendem ser essa universalmente válida. Por seu turno, Kenneth Waltz afirmou, em 1979, que, então, ou seja, na chamada era nuclear, predominava, a nível internacional, um sistema bipolar, centrado em duas superpotências-Estados Unidos e a União Soviética. Segundo este autor, apesar de não ser estável, esse sistema deveria persistir (Waltz, 1979, pp. 176-177).

Independentemente da existência de outras fontes, a perspectiva por nós escolhida da abordagem do realismo às relações internacionais, é a elaborada pelo pensador William C. Wohlforth, que se encontra exposta no seu ensaio sobre o realismo e os estudos sobre segurança, intitulado “Realism and security studies”, e inserido na colectânea *The Routledge Handbook of Security Studies*, publicada em 2010. Justifica-se esta nossa escolha pelo carácter sistemático e pragmático que norteia este ensaio. Wohlforth sintetiza aqui a estrutura do pensamento realista a partir de três grandes componentes, por ele designadas *Groupism*, *Egoism* e *Power-Centrism*.

Groupism, a primeira componente referida por Wohlforth, corresponde às questões envolvendo aquela que será a “mentalidade de grupo”. Esta componente recorda o facto de as políticas adoptadas serem concebidas entre grupos, o que implica que, por um lado, a solidariedade entre esses grupos será fundamental a nível da tomada de políticas “domésticas” e que, por outro, tanto o conflito como a cooperação entre regimes políticos será parte integrante das políticas internacionais.

Segundo Wohlforth, para sobreviver acima do nível primário da subsistência, é necessário que haja coesão entre as diversas entidades que integram o microcosmo em causa, a qual só será alcançada através de solidariedade no seio deste. No entanto, como se depreende do acima referido, o tópico da coesão de um grupo pode vir a gerar conflito em relação a outros grupos.

Segundo o autor, hoje em dia os grupos humanos mais relevantes são os estados-nação e a fonte mais importante de coesão dentro de um grupo é o nacionalismo, ou seja, o autor entende que a afirmação nacional é o grande vector de coesão de um estado-nação. Por fim, face a esta característica Wohlforth afirma que o realismo não faz nenhuma assunção acerca da natureza da política e que esta: “may apply to any social setting where groups interact” (Wohlforth, 2010, p. 9).

A segunda componente acima mencionada, e considerada essencial por Wohlforth no âmbito da teoria realista, é a do *Egoism*. Esta ocorrerá quando os indivíduos e os grupos políticos “act political ... driven principally by narrow self interest” (Wohlforth, p. 9); ou seja, o egoísmo emerge quando indivíduos ou grupos políticos são principalmente motivados pelo seu interesse próprio.

Wohlforth considera que, apesar de certos comportamentos altruístas poderem ter lugar, o egoísmo é algo que se encontra enraizado na essência daquilo que designa natureza humana. Embora marginalmente devemos referir que esta mesma noção de natureza humana surge no pensamento crítico de Noam Chomsky quando refere que: “Ao estudarmos as particularidades das línguas naturais ... podemos esperar aprender algo sobre a natureza humana.” (Chomsky, 1975, p. 10).

Após esta breve digressão, retomamos o pensamento de Wohlforth, segundo o qual, quando se colocam questões de trocas entre o interesse colectivo e o interesse individual, o egoísmo surge sempre de maneira a suplantar o altruísmo. De forma a colmatar a influência que o egoísmo tem nas decisões tomadas pelas diversas entidades, Wohlforth cita aquele que será um adágio clássico realista: “Inhumanity is just humanity under-pressure”(Wohlforth, 2010, p. 10). Através desta afirmação o ensaísta pretende acentuar que, quando o ser humano se encontra sob pressão, a verdadeira natureza vem ao de cima; isto é, quando existe pressão, a natureza egoísta humana impõe-se.

O tópico do *Egoism* é também exposto por Jack Donnelly na sua obra *Realism and International Relations* (2000), onde ele afirma que este é, inclusivamente, o ponto fulcral do pensamento realista: “Nonetheless, realists give characteristically give *primary* emphasis to egoism” (Donnelly, 2000, p. 10).

A terceira componente mencionada por William Wohlforth é a do *Power-Centrism*, a característica do realismo que envolve o facto de as acções humanas estarem focalizadas no poder. Wohlforth afirma que, após um estágio primitivo das sociedades humanas - o dos caçadores e dos colectores, o novo estágio será caracterizado por uma interacção comercial, a qual, por seu turno, não é alheia às desigualdades a nível do poder, seja este no sentido de influência social, de controlo, em que determinados grupos e/ou indivíduos têm um impacto considerável na definição de políticas concretas, seja ao nível dos recursos, os quais podem ser claramente distintos, levando a uma preponderância evidente de um face ao outro.

Esta leitura tem sido desenvolvida no campo do realismo político a nível das Relações Internacionais, enfatizando, nomeadamente, uma perspectiva pessimista. Em *War, Peace and International Political Realism*, Keir A. Lieber evidencia esta dimensão:

The realist view of human nature and international politics is a pessimistic and tragic one. Man is capable of great love, kindness, and sacrifice, of course, but realists recognize that all humans are also motivated in no small part by greed and a lust for power. All social relations are therefore marked to some degree by a clash of these selfish desires, regardless of our good intentions and aspirations. In fact, what defines the essence of politics as a social institution is the struggle for power. This intrinsic contest for influence and power is present within states and other domestic political communities (Lieber, 2009, pp. 7-8)

No entanto, outros autores, como Barry Buzan, não se identificam com esta postura conceptual, defendendo, em contrapartida, que o que está em causa será uma questão de sabedoria. Buzan menciona esta dimensão no título do ensaio que dedica a esta teoria: “The

timeless wisdom of realism". Nesse sentido aponta aquelas que considera serem as três qualidades do realismo: "its continued relevance, its flexibility in coming to terms with many ideas from other approaches, and its value as a starting point for enquiry." (Buzan, 1996, p. 47) Com efeito, esta dimensão é acentuada por Ole R. Holsti quando refere: "classical realism is the most venerable and persisting model of international relations" (Holsti, 1989, p. 15).

Por seu turno, Wohlforth defende que a chave, em qualquer área da acção política, reside na interacção entre o poder social e o poder material, interacção essa que se desenrola com o potencial uso do poder material como forma de coerção. Wohlforth convoca, então, Kenneth Waltz para legitimar a sua perspectiva: "The web of social and political life is spun out of inclinations and incentives, deterrent threats and punishments." (Waltz, 2008, p. 186). O ensaísta considera que estas características surgem na base da teoria realista: "if human affairs are indeed characterized by groupism, egoism and power-centrism, then politics is likely to be conflictual unless there is some central authority to enforce orders." (Wohlforth, 2010, p. 10)

Este estudioso que temos vindo a citar, defende que, quando não existe uma autoridade capaz de forçar no sentido de determinados acordos, então qualquer actor pode recorrer à força de forma a conseguir aquilo que pretende. Não haveria, além disso, a garantia de que um qualquer actor pudesse, ele próprio, num determinado momento, tentar recorrer à força para atingir os seus objectivos. Com efeito, na inexistência de uma entidade reguladora passível de supervisionar os eventos em curso, qualquer actor terá a tendência de assumir uma postura defensiva, a qual, algo paradoxalmente, poderá significar um recurso à militarização que lhe permitirá preservar a vivência quotidiana da sua comunidade. A partir do momento em que os diferentes intervenientes recorrem a esta estratégia, as políticas adquirem uma nova forma. Consequentemente, disputas que poderiam ser facilmente resolvidas com o recurso a uma instância supranacional que as supervisionasse e mediasse, podem alcançar dimensões consideráveis que, em última análise, podem significar a própria guerra. Deste modo, para Wohlforth o argumento central do realismo será o seguinte: "The signature realist argument

is therefore that anarchy renders security problematic, potentially conflictual and is a key underlying cause of war.” (Wolforth, p. 10)

Após fazer esta afirmação relativamente àquele que será o argumento essencial do realismo, Wohlforth defende que a questão exposta não é apenas um problema que surge a nível da política internacional, mas sim que é algo de universal, algo que pode ser aplicado face aos indivíduos ou aos estados-nação, às tribos ou aos impérios, ou ainda às cidades-estado.

Além disso, este é um problema que se encontra profundamente interligado com o da insegurança, a qual pode determinar a emergência da anarquia, estágio que, por seu turno, só poderá ser ultrapassado quando a segurança prevalece. Ora, uma das formas pelas quais esta pode ser fortalecida, é através do estabelecimento de ligações, de laços com um determinado grupo que permita a criação de condições de governabilidade.

Segundo a concepção realista, pressupõe-se, portanto, que o sistema de interações internacionais pode ter uma tendência para ser marcado pela “anarquia”, isto é, um contexto em que os estados - as entidades detentoras do poder, cujo papel é central no exercício das relações internacionais – podem tentar fazer prevalecer, pela força, os seus interesses estratégicos. Esta perspectiva é reforçada por Anne Marie Slaughter que, num artigo publicitado no *site* da universidade de Princeton, afirma o seguinte: “The international system is defined by anarchy In such an anarchic system, state power is the key-indeed, the only-variable of interest, because through power states can defend themselves and hope to survive.” (Slaughter, 2011, p.2)

Sem avançarmos demasiado na reflexão que deveremos levar a cabo mais adiante, importa referir que esta questão poderá ser relevante para a temática do nosso trabalho na medida

em que coloca nas “mãos” do estado o poder e não numa instituição soberana internacional. Como explicita esta mesma autora:

Thus States may create international law and international institutions, and may enforce the rules they codify. However, it is not the rules themselves that determine why a State acts a particular way, but instead the underlying material interests and power relations. International law is thus a symptom of State behavior, not a cause. (Slaughter, p. 2)

A perspectiva realista desenvolvida por Wohlforth poderá ser deveras importante para a temática do trabalho, no sentido em que Portugal, através do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, tem:

por missão propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política e ainda propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário. (“Camões-Instituto da Cooperação e da Língua/Quem somos”, n.d., para. 2)

Como se pode constatar, este aspecto será relevante, numa perspectiva realista, devido ao facto de o governo português, no sentido de fortalecer a sua posição a nível internacional e de tentar expandir a sua influência a outros países, recorrer ao Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, o qual será por ele utilizado como instrumento de defesa do interesse nacional. A defesa, afirmação e a propagação da língua será, então, vital para o fortalecimento da posição de Portugal a nível internacional. Recorrendo, uma vez mais, às palavras de Anne Marie Slaughter: “States will act as best they can in order to maximize their likelihood of continuing to exist.”(Slaughter, 2011, p. 2)

Nesta afirmação podemos reconhecer a estratégia do estado português com a ideia de afirmação ao nível do panorama internacional, para assim reforçar a sua influência. A existência do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua deverá ser, precisamente,

compreendida neste âmbito, na medida em que, através do fortalecimento da língua portuguesa, e da sua afirmação a nível internacional, o estado português - e, consequentemente, Portugal - tem uma maior possibilidade de preservar e afirmar a sua identidade.

Este aspecto assume particular relevância num contexto à escala mundial onde o português surge com uma posição de evidente destaque – 5ª posição - entre as dez línguas com maior número de falantes, como se pode observar através dos dados estatísticos publicados, em 2013, pelo Observatório da Língua Portuguesa¹: chinês (mandarim), 848 milhões de falantes; espanhol, 414 milhões de falantes; inglês, 335 milhões de falantes; hindi, 260 milhões de falantes; português, 244 milhões de falantes; bengali, 193 milhões de falantes; russo, 167 milhões de falantes; japonês, 122 milhões de falantes; javanês, 84 milhões de falantes; alemão, 78 milhões de falantes (“Observatório da Língua Portuguesa / Dados estatísticos / As Línguas mais faladas”, 2013).

Por outro lado, importa ter presente a distribuição do número de falantes pelos países que têm o Português como língua oficial: Brasil, 197 milhões 946 mil; Portugal, 15 milhões 476 mil; Moçambique, 14 milhões 535 mil; Angola, 13 milhões 857 mil; Guiné-Bissau, 1 milhão 164 mil; Cabo Verde, 987 mil; Timor-Leste, 245 mil; São Tomé e Príncipe, 160 mil. A estes países poderá ser ainda acrescentada a RAE de Macau com 22 mil falantes (“Observatório da Língua Portuguesa / Dados estatísticos / Falantes de Português”, 2010)

Como se depreende destes dados, o Brasil distingue-se, de uma forma evidente, no plano demográfico. Compreende-se, assim, quão relevante será uma intervenção que, por um lado,

¹ Recorremos aos dados apresentados pelo Observatório da Língua Portuguesa, o qual utilizou como fonte para todos os países, à excepção de Portugal, as estatísticas publicadas pelo Ethnologue - Languages of the World. No que diz respeito à população a fonte foi United Nations, Department of Economic and Social Affairs – Population Division, Population Estimates and Projections Section. Finalmente, para a língua portuguesa, os dados foram sistematizados pelo próprio Observatório.

permita fortalecer os laços com países falantes da mesma língua e que, por outro, permita a afirmação da nossa especificidade nacional, face à crescente influência internacional do Brasil, não só devido ao seu estatuto de grande potência económica mas também devido ao grande número de falantes que se destaca, claramente, dos restantes países da CPLP.

Deste modo, o fortalecimento só poderá ter lugar com o estabelecimento de acordos de cooperação e intercâmbio, e com a existência de instituições que possam facilitar este tipo de interacção. Ora, o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua não é apenas uma destas instituições; ele é, acima de tudo, a instituição, por excelência, de promoção estratégica desse diálogo.

A importância estratégica da Língua foi, aliás, objecto de reconhecimento por parte dos outros países que têm o Português como língua oficial. Foi esse reconhecimento e a consciência da importância de se fortalecer e aprofundar os laços entre estes países, que esteve na base da criação, em 17 de Julho de 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP. A CPLP assumiu como objectivos principais:

- A concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;
- A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- A materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa.

(“CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/ Organização/Objectivos”, n.d., para. 2-4)

O terceiro ponto enunciado nos objectivos da CPLP vai precisamente ao encontro dos pontos estabelecidos pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua: a promoção e a difusão da língua portuguesa. O facto de haver diversas entidades actuando no âmbito internacional que

levaria, aliás, à mais recente configuração deste Instituto, demonstra que existe uma noção clara de que a afirmação de Portugal no panorama internacional pode ser levada a cabo através da promoção do português. Com efeito, esta questão vai ao encontro da perspectiva realista, que pode ser observada através dos vectores apresentados por Jack Donnely:

1. The state's interest provides the spring of action
2. The necessities of policy arise from the unregulated competition of states
3. Calculation based on these necessities can discover the policies that will best serve a state's interests
4. Success is the ultimate test of policy, and success is defined as preserving and strengthening the state.
(Donnely, 2000, p. 7)

Os vectores enunciados por Donnely, numa perspectiva genérica, evidenciam, afinal, a profunda interligação entre a difusão do Português e o papel do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. Com efeito, o estado português concede ao Instituto uma possibilidade e uma capacidade de acção estratégica que lhe permita impor a sua presença num contexto de grande competição, à escala mundial, ao nível das línguas que, entre si, lutam por um espaço de afirmação próprio. Tendo em conta a existência de um leque tão amplo de línguas, nomeadamente com um elevado número de falantes, tornam-se, assim, necessárias acções políticas por parte do estado no sentido de fortalecer a sua posição.

A pertinência do quarto vector mencionado por Jack Donnely, relativo ao sucesso das políticas de língua, poderá ser observada através da análise dos relatórios elaborados pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. Somente após a sua análise, poderemos concluir se as políticas adoptadas correspondem, ou não, a um sucesso efectivo.

Importa referir que, de acordo com a doutrina realista, a afirmação e a defesa da língua portuguesa será deveras relevante. Com efeito, num contexto que deve ser entendido à escala mundial, no qual inúmeros e poderosos grupos disputam entre si, no sentido de expor,

defender e fazer prevalecer as suas próprias identidades, assumem particular importância os mecanismos que lhes permitem levar a cabo as suas estratégias próprias. Devemos, além disso, ter a noção de que não podem ser ignoradas nem a tendência para a consagração de uma língua franca – no caso presente, o Inglês – nem a perspectiva de um eventual desaparecimento de línguas, a defesa da preservação de uma língua assume uma relevância essencial.

Neste sentido, instituições como o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua são fundamentais, desde logo, para a preservação e a afirmação das línguas, e, em última análise, para a afirmação dos países falantes dessa língua, neste caso a língua portuguesa. Ainda antes de prosseguirmos, devemos recordar que a questão do desaparecimento de línguas não pode ser ignorada. Este aspecto é assinalado no relatório da UNESCO de 2009, onde se afirma o seguinte: “Linguists believe that a large percentage of the world’s languages are likely to disappear in the course of the 21st century.” (“UNESCO World Report – Investing in Cultural Diversity and Intercultural dialogue”, 2009, p. 69)

Já anteriormente vários teóricos se debruçaram sobre esta temática, nomeadamente David Crystal refere: “At least 50 per cent of the world’s 6,000 or so living languages will die out within the next century. This is indeed an intellectual and social tragedy. When a language dies, so much is lost.” (Crystal, 2003, p. 20)

De facto, a forma como o fenómeno do desaparecimento de línguas tem ocorrido é preocupante. Na verdade, não pode, hoje em dia, ser ignorada a tendência para o rápido desaparecimento de um número significativo de línguas, como é mais adiante assinalado neste relatório: “Half of the existing languages are spoken by fewer than 10,000 people, and one such language is said to be disappearing every two weeks.” (“UNESCO World Report – Investing in Cultural Diversity and Intercultural Dialogue”, 2009, p. 69) Devemos, aliás, ter presente que cerca de metade de as línguas existentes é falada por cerca de 10 000 indivíduos.

Referimo-nos, portanto, a uma percentagem significativa que corre o risco de, simplesmente, desaparecer.

Embora este não seja, obviamente, um risco que se coloque à língua portuguesa, ele não deve ser esquecido quando pensamos no predomínio de línguas que podem ser consideradas francas numa escala geográfica significativa ou mesmo global, como serão os casos do mandarim ou do inglês, cujo número de falantes pode pôr em risco a relevância do português. Devemos, todavia, esclarecer que esta nossa afirmação tem em mente o caso de Portugal e não da restante a comunidades dos países falantes de língua portuguesa, já que os 15 milhões 476 mil falantes de nacionalidade portuguesa são quase insignificantes face aos exemplos acima mencionados. Percebe-se, aliás, rapidamente quão desproporcional são os universos demográficos em causa. Neste sentido um dos aspectos obviamente benéficos da CPLP é o facto de ampliar significativamente o número de falantes do português, e de permitir a sua disseminação pelos mais variados continentes, com as suas modalidades identitárias específicas que naturalmente contribuem para o enriquecimento da própria língua. Daí se compreende que: “A promoção da língua portuguesa no mundo como comunidade linguística de valor histórico e trunfo na actual era da globalização” (“Programa Indicativo da Cooperação Portugal/Timor-Leste”, 2010, p. 7).

Semelhante diversidade e amplitude permite a imposição do português num espaço cada vez mais global, no qual o Inglês se assume, como acima referimos, como língua franca. Embora esta realidade seja ela própria objecto de contestação, nomeadamente por parte de investigadores prestigiados como Nicholas Ostler (2010) que refere:

The world is moving not to English monolingualism, but to a much more multilingual, diverse, and potentially incalculable future. The forces making for the spread of English will soon peak, and the sequel will be a long retrenchment as auxiliary English comes to be less widely used, but no single language takes its place. There is no convincing reason to think that the future of English will diverge from the pattern of all the great world languages that have preceded it, once that pattern is revealed. (Ostler, p. xix)

À importância da língua inglesa não será alheio o desenvolvimento das Tecnologias de Informação em que ele detém uma função particularmente relevante: “ While English appears to occupy a unique position as a convenient vehicular code across the world in tandem with the rise of information and communication technologies (ICTs).” (“UNESCO World Report – Investing in Cultural Diversity and Intercultural Dialogue”, 2009, p. 70)

Esta influência pode ser observada no ensaio de 1997 da autoria de Ana Frankenberg-Garcia e de Maria Fernanda Pina, intitulado *Portuguese - English Crosslinguistical Influence*, no qual se aborda o modo como as línguas se inter-influenciam. Neste texto as autoras revelam o trabalho levado a cabo com alunos que aprenderam ambas as línguas, com o objectivo de terem uma perspectiva mais rigorosa sobre a influência que a língua estrangeira tem na sua aprendizagem. Concluem estas investigadoras que a influência do inglês na aprendizagem do português pode ser observada através dos seguintes erros demonstrados pelos alunos:

- actualmente (meaning "actually")
- eventualmente (meaning "eventually")
- novela (meaning "novel")
- subscritores (meaning "subscribers")
- uma tarifa de regresso (meaning "a return fare")
- um serviço de parcelas expresso (meaning "an express parcel service") (Frankenberg-Garcia & Pina, 1997, p. 6)

Apesar de este ser um estudo de caso, as conclusões a que chegam oferecem indicadores da forma como é necessário ter em atenção o modo como num mundo global se vai construindo um multilinguismo, onde para além das línguas maternas participam as línguas francas. No relatório da UNESCO (2009) são apontadas diversas hipóteses para o facto de haver uma influência tão significativa por parte de certas línguas em culturas exógenas, eventualmente com menos impacto internacional, devido ao facto de terem pouca expressão, algo que poderá, em última análise, levar ao desaparecimento das línguas que dão corpo a essas mesmas culturas. As razões apresentadas pelo relatório da Unesco podem ser quer exógenas,

como o efeito da globalização, ou relacionadas com diversos tipos de pressões, entre as quais políticas, quer endógenas, como, por exemplo, uma atitude negativa por parte da comunidade relativamente à sua própria língua.

1.2. Contributos teóricos – A Gramática Universal

Tendo concluído esta exposição sobre a teoria realista, a qual foi breve, necessariamente sintética, e, além disso, orientada para o foco central deste trabalho, procederemos, em seguida, a uma apresentação da teoria da Gramática Universal, concebida por Noam Chomsky. Num primeiro momento delinearemos esta teoria, antecedendo a explicação e justificação da sua escolha para a elaboração do presente relatório.

Contudo, antes de observarmos a definição de Gramática Universal elaborada por Chomsky, devemos esclarecer o conceito de Teoria da Aprendizagem dos Humanos no domínio da Linguagem [TA (H,L)] por ele mencionado. Antes de avançarmos a nível da explicitação deste conceito, devemos esclarecer a distinção entre língua e linguagem. Recorremos, nesse sentido, às declarações do linguista Mário A. Perini (2010), segundo o qual uma língua é uma das formas através das quais se expressa àquele que será um atributo humano designado linguagem. Contudo, este não se confina àquele plano visto abarcar outros sistemas de comunicação que não são reconhecidos como línguas. Perini exemplifica através do sistema de sinais de trânsito e do sistema das abelhas (Perini, 2010, p.2).

Tendo esclarecido a diferença entre língua e linguagem, conceitos que usaremos ao longo deste trabalho, regressemos então à teoria da Aprendizagem dos Humanos no domínio da Linguagem. Escreve Chomsky: “A TA (H,L) é o sistema de mecanismo e princípios postos em funcionamento na aquisição do conhecimento da linguagem – aquisição da estrutura cognitiva específica a que chamamos ‘gramática’ – partindo dos dados que constituem uma amostra

correcta e adequada dessa língua.” (Chomsky, 1975, p. 35). Tendo esclarecido este conceito, observemos, então, a sua definição de Gramática Universal:

Definamos “gramática universal” (GU) como o sistema de princípios, condições e regras que constituem elementos ou características de todas as linguagens humanas não apenas por acaso, mas por necessidade. Assim, a GU pode ser considerada como exprimindo “a essência da linguagem humana”. A GU será invariável para todos os seres humanos. A GU especificará o que a aprendizagem duma língua deve realizar, se for bem-sucedida. A GU será, pois um componente significativo de TA (H,L). O que se aprende, a estrutura cognitiva alcançada, deverá ter as características da GU, embora possua também outras características, que constituirão as características acidentais. *Toda a linguagem humana deverá submeter-se à GU; as línguas diferem umas das outras pelas características acidentais.* Se construíssemos uma língua violando a GU, chegaríamos à conclusão de que não poderia ser aprendida pela TA (H,L): isto é, não poderia ser aprendida em condições normais de acesso e contacto com os elementos da experiência. (Chomsky, p. 36; itálicos nossos)

Decorrente deste enunciado surge o facto de o conceito em causa ter como ponto de partida a concepção de que existe um conjunto de restrições inconscientes que levam o falante a decidir se uma determinada frase é ou não elaborada correctamente. A dimensão inconsciente situa, deste modo, a raiz do problema num plano mental, pelo que se poderá falar, exactamente, de uma gramática mental. Embora exista esta distinção inicial, o processo através do qual um determinado falante percepção uma qualquer frase como correcta e outra como incorrecta, será, todavia, universal. Além disso, importa acentuar algo de particularmente relevante: essa percepção é independente do significado, aspecto esse ao qual regressaremos mais adiante. Ainda antes de prosseguirmos, devemos assinalar que a universalidade desta teoria, e, conseqüentemente, o facto de poder ser aplicada a línguas distintas, é acentuada por Vivian Cook, um reputado investigador no campo da Linguística Aplicada. Segundo ele a teoria da Gramática Universal: “gains its power by being applied to many languages.” (Cook, 2001, p. 2)

Importa lembrar que Noam Chomsky é reconhecido como uma das figuras mais importantes ao nível mundial no âmbito da investigação e da reflexão sobre a Linguística. Refere Richard Bradford, professor de História e Teoria Literárias da Universidade do Ulster, na sua obra intitulada *Stylistics*: “Noam Chomsky is probably the most influential figure in functional

linguistics. In *Syntactic Structures* (1957) he devised the model for transformational-generative grammar, in which every linguistic construction is seen as 'consisting of' other component constructions." (Bradford, 1997, p. 91) O professor Bradford adianta ainda que a aplicação prática, em espaços distintos, das inovações concebidas por Chomsky, confirma a importância da sua teoria e do seu contributo no âmbito dos estudos linguísticos.

Tendo assinalado brevemente a relevância do autor em causa, procederemos, em seguida, a uma, igualmente breve e sintética, exposição da sua teoria que ficaria conhecida como gramática universal.

Segundo o próprio Chomsky em *Reflections on Language* (1975), a teoria da gramática universal consiste, desde logo, no reconhecimento da existência de um sistema de princípios, condições e regras que são comuns a todas as línguas humanas. Isto é, para o nosso autor, existe uma série de princípios, de regras que são universais, devido ao facto de participarem da natureza humana; ou seja, todo o ser humano partilha destes mesmos dados pré-existentes.

O facto de esta ser uma característica humana, torna-se, assim, deveras relevante, já que qualquer ser humano, mesmo que habite em regiões opostas do globo, e que faça parte de culturas diferentes, as detém. Entenda-se que neste caso a definição de cultura utilizada é do ponto de vista *funcionalista*, o que significa que instituições culturais como os *media* e o sistema educativo têm um papel fundamental na formação cultural de um indivíduo, como se pode observar nesta passagem do ensaio de Chris Livesey e Tony Lawson: "Consensus theories of culture (such as those elaborated by Functionalist sociologists) focus on the role played by cultural institutions (the Media and education system, for example) in the creation and distribution of 'moral and cultural values' throughout a social system." (Livesey & Lawson, n.d., p. 5)

Vivian Cook (2001) afirma que a teoria da gramática universal assenta na primazia de três componentes-base: *structure dependency*, *head parameter* e *projection principle*. A primeira componente consiste no facto de as operações nas frases serem definidas através da “estrutura frase”, em vez, por exemplo, de uma frase ser elaborada através de uma sequência linear. Há, deste modo, um padrão ao nível da elaboração de uma frase, que se encontra associado ao facto de haver uma estrutura universal. A segunda componente referida por Vivian Cook - *head parameter*, prende-se com a existência de uma *head* em cada frase; ou seja, existe uma palavra principal que está presente em todas as frases, das mais variadas línguas existentes, embora a sua posição mude de língua para língua. A terceira componente mencionada - *projection principle*, tem a ver com o facto de as propriedades das entradas lexicais se projectarem na estrutura das frases em que são a palavra principal. Esta regra assegura, por exemplo, que o verbo contém o número apropriado e o tipo de objecto. No entanto, segundo Cook, esta componente depende em elevado grau da teoria gramatical conhecida por *government and binding*, segundo a qual o léxico carrega em si grande parte da informação linguística (Cook, 2001, pp. 61-79)

Devemos recordar que a teoria da gramática universal compreende um vasto número de regras, para além das mencionadas, sendo que a hipótese avançada por Chomsky (1975) de esta ser uma característica inata ao ser humano, se afigura, no âmbito deste trabalho, como uma das mais relevantes. Escreve o linguista sueco Sverker Johansson, autor de “Universal grammar and the innateness hypothesis”: “There are several more universal-grammar rules proposed by Chomsky, and presumably the full set of rules required by the innateness hypothesis is rather large.” (Johansson, 1991, p. 3)

Na mesma linha de análise consideramos relevante aquilo que ele afirma mais adiante acerca da existência de determinadas qualidades, comuns ao ser humano, que determinam a predisposição para a aquisição de linguagem: “It postulates not only a general ability in

humans to acquire language, but also that this our ability comes from a specific language-acquisition device in the brain, equipped already at birth with specific grammatical rules and principles.”(Johansson, p. 3)

Johansson expõe, posteriormente, os seguintes argumentos:

- Language acquisition would be difficult or even impossible without an innate grammar: “How do we come to have such rich and specific knowledge, or such intricate systems of belief and understanding, when the evidence available to us is so meager ?” (Chomsky, quoted in Cook, 1988)
- The mere existence of language universals support the hypothesis that these are innate;
- Essentially all humans acquire language, and no other animals do. (Johansson, p.3)

Esta linha de reflexão, que reforça a ideia de inato no contexto da aquisição da linguagem, legitima os nossos argumentos sobre as questões teóricas que se colocam quando se analisa a elaboração de uma política da língua. É certo que, a reflexão levada a cabo por Johansson, é devedora dos argumentos elaborados por Noam Chomsky, segundo os quais a aquisição de linguagem seria extremamente difícil, senão mesmo impossível, sem a existência de uma gramática inata ao ser humano. O facto de haver linguagens universais vai, por seu turno, ao encontro da hipótese de que estas podem ser inatas. De forma a concluir o tópico do carácter inato da aquisição da linguagem por parte do ser humano, o investigador que temos vindo a citar lembra, por fim, que todo o ser humano adquire linguagem, algo que nenhum outro animal efectivamente faz. Entenda-se aqui que o uso do termo linguagem é o convencional, como se encontra definido no *Oxford Dictionary*, segundo o qual a língua é concebida como o método de comunicação humana, falado ou escrito, que consiste no uso de palavras de uma maneira estruturada e convencional (“Oxford Dictionary online”, n.d., para. 1).

Como acima referimos, o aspecto que, no âmbito do nosso trabalho, devemos realçar, a nível da teoria da Gramática Universal, é o facto de esta ser algo de inato. Pressupondo que

realmente existe uma característica universal ao nível da linguagem, partilhada, portanto, por todos os seres humanos, a interacção entre estes mais simples do que aquela que poderia ser tentada entre entidades que não partilhassem dos mesmos componentes. Deste modo, se a compreensão é facilitada, mesmo em línguas diferentes, devido ao facto de haver características inatas, no caso de culturas que partilham a mesma língua, a interacção e a consequente compreensão de cada cultura será muito mais fácil.

O filósofo da linguagem norte-americano Hilary Putnam sintetiza, de uma forma simples e clara, no seu ensaio “The Innateness Hypothesis and Explanatory Models in Linguistics”, aquilo que significa a existência de uma característica inata ao ser humano. Putnam designa-a “innateness hypothesis”, ou seja: “[The] hypothesis that the human brain is 'programmed' at birth in some quite *specific* and *structured* aspects of human natural language.” (Putnam, 1967, p. 12) O cérebro encontra-se, assim, à partida capacitado para o desenvolvimento da linguagem.

A forma como a percepção, compreensão e consequente interacção entre as diversas línguas têm lugar, deve-se, segundo a teoria da gramática universal, ao chamado *computational system*, o qual é deveras complexo. Vivian Cook refere a propósito o seguinte na obra *Chomsky's Universal Grammar*:

The sheer sound of language, whether produced by speakers or perceived by listeners, are linked to the meanings in their minds by the computational system. What speakers of a language know is not just the sounds or the meanings but how to connect the two. The complexity of language resides in the features of the computational system, primarily in the syntax. (Cook, 2001, p. 7)

Confirma esta passagem acima citada que este autor defende precisamente a ideia de que o ser humano contém, dentro de si, os mecanismos da percepção e da compreensão dos diversos sons, faltando-lhe somente a forma de os conseguir interligar.

Delineámos, breve e sucintamente, as duas teorias que funcionam como estrutura analítica deste relatório. Recordamos que a escolha do realismo como teoria das relações internacionais a ser utilizada na abordagem do relatório, deve-se ao facto de considerarmos que o seu tipo de abordagens no plano das relações entre diversos Estados, pode permitir-nos confirmar a estratégia relacionada com o ensino do Português no estrangeiro, nomeadamente o papel que o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua tem nesta matéria, em particular “no domínio da promoção externa da língua e cultura portuguesas” (“Camões-Instituto da Cooperação e da Língua / Quem somos”, n.d., para. 23), objectivo este que ecoa a teoria realista da influência de *um* grupo sobre outro.

Por seu turno, a teoria da Gramática Universal de Noam Chomsky deve-se ao facto de as duas comunidades escolhidas, Portugal e Timor, partilharem a mesma língua, o que permitirá uma aproximação mais imediata entre elas nos mais variados planos, da economia à cultura, da política à educação. No fundo, apesar de serem duas culturas distintas, situadas em espaços geográficos distantes um do outro, não impede a existência de laços de afectividade entre elas; laços esses que serão, exactamente, reforçados por essa língua comum.

Como referimos, a teoria da gramática universal exhibe uma componente essencial na sua doutrina que é a da existência de algo que faz parte da génese do ser humano; ou seja, uma característica ao nível da aprendizagem da língua que é geral a todos os seres humanos. Sendo esta inata, as crianças têm, desde cedo, a capacidade de aprender, mesmo em situações em que a linguagem se manifesta tardiamente. Como escreve Hilary Putnam:

The fact that reinforcement, "in any interesting sense", seems to be unnecessary for language learning. Some children have apparently even learned to speak without talking, and then displayed this ability at a relatively late age to startled adults who had given them up for mutes. (Putnam, 1967, p. 15)

Esta ideia é relevante visto permitir-nos olhar para as crianças como eventuais falantes e consequentes mediadores de culturas distintas, isto é, como entidades que permitem uma

aproximação através da língua. Trata-se, portanto, reiteramos nós, algo de relevante para a elaboração deste trabalho.

Ora, para além da existência de uma característica transversal a comunidades de culturas divergentes que possibilita uma maior interacção entre elas, a relação estabelecida entre Portugal e Timor, onde existe uma ligação histórica e cultural que lhes confere uma maior e mais facilitada possibilidade de interacção, assume uma importância particular.

Deste modo, a teoria do realismo político e a teoria da Gramática Universal de Noam Chomsky convergem a nível das questões que envolvem o ensino do português no estrangeiro. Com efeito, o realismo tem como um dos seus vectores estruturantes a noção de grupo. Ora, a teoria de Gramática Universal vai ao encontro deste aspecto na medida em que concebe “um grupo amplo”, ao considerar que existe uma característica-base no ser humano ao nível da aprendizagem da língua. Além disso, a teoria da Gramática Universal encontra-se directamente ligada ao ensino e aprendizagem da língua. Por outro lado, a teoria do realismo poderá ajudar-nos a analisar a política do ensino do Português numa determinada comunidade, algo que está no centro do estágio por nós realizado no Camões - Instituto da Cooperação da Língua. Deste modo, teorias, que à partida não se encontram ligadas entre si, visto pertencerem a áreas do saber distintas, podem convergir, ajudando-nos a compreender as acções levadas a cabo por aquela instituição.

1.3. Outros Contributos teóricos - dos estudos pós-coloniais às “comunidades imaginárias”

Consideramos, porém, que a nossa reflexão não será suficientemente rigorosa, se não for devedora de outro contributo. Com efeito, a acima mencionada longa relação histórica entre Portugal e Timor-Leste, não pode ser observada apenas como algo que se situa num plano

meramente afectivo, segundo o qual existiria uma afinidade, eventualmente idílica, entre aqueles duas entidades. Efectivamente, a afinidade, decorrente de uma relação entre iguais, entre dois países soberanos, ligados por uma língua comum, que marca as relações entre os dois estados, é algo de recente. Antes, importa lembrá-lo, existira uma relação desnivelada a nível de poder, uma relação entre colonizador e colonizado. Escreve Gyan Prakash em *After Colonialism - Imperial Histories and Postcolonial Displacements*:

at stake is not simply the issue as to whether or not former colonies have become free from domination, but also the question as to how the history of colonialism and colonialism's disciplining of history can be shaken loose from domination of categories and ideas it produced – colonizer and colonized; white, black, and brown; civilized and uncivilized; modern and archaic; cultural identity; tribe and nation. (Prakash, 1995, p. 5)

Embora não entrando no campo da análise histórica, que não cabe no âmbito deste relatório, importa, todavia, trazer para a nossa reflexão alguns tópicos analíticos que nos chegam dos chamados estudos pós-coloniais, a quem se devem meditações profundas sobre as complexas redes de interacção entre as comunidades “opressoras” e “oprimidas”. E entre aqueles autores que emergem como figuras fundadoras desta linha de estudos, para além da figura incontornável de Edward Saïd, com os seus clássicos *Orientalism*, de 1978, e *Culture and Imperialism*, de 1993, surge, naturalmente, a de Homi K. Bhabha.

Antes de prosseguirmos para a referência a este pensador, devemos recordar a importância de Saïd, enquanto pioneiro deste campo de estudos, nomeadamente quando na introdução de *Orientalism* explicita a especificidade do objecto de análise e a forma como ele surge como construção de um imaginário europeu, do qual participa:

I have begun with the assumption that the Orient is not an inert fact of nature. It is not merely *there*, just as the Occident itself is not just *there* either. We must take seriously Vico's great observation that men make their own history, that what they can know is what they have made, and extend it to geography: as both geographical and cultural entities – to say nothing of historical entities – such locales, regions, geographical sectors as “Orient” and “Occident” are man-made. Therefore as much as the West itself, the Orient is an idea that has a history and

a tradition of thought, imagery and vocabulary that have given it reality and presence in and for the West. The two geographical entities thus support and to an extent reflect each other. (Saïd, 1978, pp. 4-5)

Estamos, portanto, no domínio de construções feitas historicamente e não de meros objectos que existem “só por si”. Na outra obra acima mencionada, *Culture and Imperialism*, Saïd alarga a sua reflexão, tendo como eixo estruturante a noção de cultura, a qual entende como “source of identity” (Saïd, 1993, p. xiii), ou ainda: “a sort of theater where various political and ideological causes engage one another” (Saïd, p. xiii). Importará, portanto, ter presente quer a forma como essas construções se realizam historicamente e qual a sua configuração no presente, algo que nos leva às questões do espaço e da identidade.

Com efeito, a opção teórica por Homi K. Bhabha deve-se ao facto de considerarmos que a sua reflexão sobre o espaço e sobre a identidade nos pode ajudar a problematizar uma relação complexa entre comunidades distintas como as portuguesa e a timorense. Afinal, como acima mencionámos, a história entre estas comunidades não é isenta de conflitos. Daí que os chamados estudos pós-coloniais nos possam ajudar a analisar, explicar e responder aos legados culturais do colonialismo e do imperialismo. Recorreremos, portanto, ao pensamento de Bhabha, ainda que, à semelhança do que acima sucedeu face às teorias estruturantes do nosso trabalho, de uma forma sucinta e breve.

À semelhança de Edward Saïd, cuja formação inicial foi em estudos literários, área em que se doutorou, Homi K. Bhabha é autor do clássico, de 1994, *The Location of Culture*. Quatro anos antes fora editor de uma outra obra de referência *Nation and Narration* (1990). Em *The Location of Culture*, Bhabha exhibe uma reflexão em torno da identidade, nomeadamente no plano nacional.

Esta é uma questão importante para a temática deste nosso trabalho, visto poder-nos fornecer instrumentos metodológicos que nos permitam compreender o perfil identitário das

antigas colónias portuguesas, em que medida esse perfil é devedor de um passado comum, e de que forma essa identidade é relevante nas relações que se estabelecem entre dois países. Com efeito, a questão da identidade é incontornável, pois somente tendo um conhecimento rigoroso da identidade do Outro, da cultura exógena, é que a interacção pode ser construída de uma forma harmoniosa. Entenda-se aqui que harmonioso é utilizado no sentido de um Estado poder relacionar-se em pé de igualdade com outro de forma a conseguir alcançar aquilo que pretende sem, todavia, entrar em conflito. Homi K. Bhabha aborda este tópico em *The Location of Culture*:

I use these postcolonial portraits because they seize on the vanishing point of two familiar traditions in the discourse of identity: the philosophical tradition of identity as the process of self-reflection in the mirror of (human) nature; and the anthropological view of the difference of human identity as located in the division Nature/Culture. In the postcolonial text the problem of identity return as a persistent questioning of the frame, the space of representation, where the image-missing person, invisible eye, oriental stereotype - is confronted with its difference, its Other. (Bhabha, 1994, p. 46)

Esta reflexão de Bhabha em torno da forma como se entende a identidade, afigura-se relevante nomeadamente devido à sua complexidade e ao facto de ela não ser tão óbvia e linear, como à partida poderia parecer.

A forma como se aborda a questão da identidade deve ser metodologicamente rigorosa, pois só assim será possível, num primeiro momento, compreendê-la, e, num momento posterior, lidar com todas as suas dimensões da melhor maneira possível. Na verdade, para se evitar um confronto é necessário que as diversas questões em causa estejam identificadas e sejam clarificadas. Ora, segundo Bhabha, existem duas formas de abordar este problema: uma, segundo uma perspectiva filosófica, a partir da qual a questão da identidade é vista de uma forma auto-reflexiva através da natureza humana; outra, do ponto de vista antropológico, para o qual a questão da identidade se encontra localizada na divisão entre natureza e cultura. Com o objectivo de clarificar este problema, Bhabha afirma:

Finally, the question of identification is never the affirmation of a pre-given identity, never a self-fulfilling prophecy – it is always the production of an image of identity and the transformation of the subject in assuming that image. The demand of identification – that is that is, to be for an Other – entails the representation of the subject in the differentiating order of otherness. Identification ... is always the return of an image of identity that bears the mark of splitting in the other place from which it comes. (Bhabha, p. 45)

Nesta afirmação o autor contribui para uma clarificação do conceito de identidade ao considerar que ela está ligada ao local onde emerge, ou seja, encontra-se directamente ligada a um espaço, e, como tal, a aspectos de natureza física e/ou geográfica. Escreve Crystal Bartlovitch em “Global Capital and Transnationalism”: “Bhabha’s influence ... has been to encourage a tendency to examine problems of ‘globalization’ by way of issues of identity, hybridity, and diaspora in postcolonial studies.” (Bartolovich, 2005, p. 129). Ora, esta é uma dimensão nuclear para a nossa análise, visto reverter para uma reflexão sobre o tópico do colonialismo, durante o qual a população local se encontrava sob o domínio externo e, deste modo, sujeita à influência de outra identidade cultural. No caso do povo de Timor-Leste, encontrava-se sujeito à influência do domínio português.

De modo a compreendermos de que forma se concebia a estrutura de poder no período colonial, devemos recorrer a um outro clássico dos estudos pós-coloniais *Can the Subaltern Speak?*, de Gayatri Chakravorty Spivak. Na perspectiva desta filósofa e estudiosa de literatura comparada, essa estrutura pode ser sintetizada da seguinte forma:

1. Dominant foreign groups.
2. Dominant indigenous groups on the all-India level.
3. Dominant indigenous groups at the regional and local levels.
4. The terms ‘people’ and ‘subaltern classes’ [are] used as synonymous throughout [Guha’s definition]. The social groups and elements included in this category represent the demographic difference between the total Indian population and all those whom we have described as the ‘elite’. (Spivak, 1988, p. 24)

Spivak coloca precisamente no topo aquilo que designa como *dominant foreign groups*, ou seja, aqueles que surgem associados à governação do país, os quais terão uma maior

influência não só nesta área mas também na própria cultura e identidade da colónia. Neste sentido os povos colonizados iriam adquirir certos traços da identidade do país colonizador, como, por exemplo, a língua. Antes de prosseguirmos na identificação desta dimensão, devemos lembrar que Spivak recorre à noção de “subalterno” concebida por Gramsci em 1929-30 quando este escreveu os seus primeiros cadernos de prisão. Na obra de Spivak o conceito surge ligado à identificação de grupos socialmente marginalizados, como recorda Bart Moore-Gilbert em “Spivak and Bhabha” (Moore-Gilbert, 2005, p. 452). Este ensaísta assinala igualmente o facto de: “Spivak concentrates much of her attention on the mechanics of what she calls the ‘itinerary of silencing’ ... which, paradoxically, accompanies the production of the (post)colonial subaltern as a seemingly ‘freely speaking’ subject/agent in the discourses of the dominant order.” (Moore-Gilbert, p. 452)

Regressando ao vector analítico acima mencionado, devemos lembrar que, durante a época colonial, Timor-Leste adquiriu certos aspectos referentes à cultura portuguesa, como a dimensão religiosa, o catolicismo. No entanto, a língua, o português, terá sido dos mais relevantes. Através dela forjar-se-ia uma identidade que, após a invasão do território por parte da Indonésia, contribuiria para a coesão e para a autonomia daquela comunidade que ocupava a metade oriental da ilha. A língua do outrora colonizador seria agora um factor de afirmação identitária, quiçá de libertação, face ao novo domínio.

Este aspecto peculiar deverá ser mais rigorosamente entendido através do conceito de “Imagined communities”, elaborado em 1983 por Benedict Anderson. Com efeito este conceito, por ele apresentado em *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, está associado ao facto de a construção de uma comunidade não se confinar à dimensão social, envolvendo toda uma dimensão que é concebida – ou imaginada – por aqueles que integram, ou que se consideram parte, de um grupo ou comunidade (Anderson, 1991, pp. 5-7). Este conceito diverge daquele que comumente pode ser encontrado nos dicionários, como por exemplo no *Oxford English Dictionary*, segundo o qual

comunidade consiste numa ideia: um grupo de pessoas que vivem no mesmo lugar ou têm uma determinada característica em comum.

Por outro lado, Benedict Anderson reflecte sobre temas como nação, nacionalidade e nacionalismo, os quais considera “cultural artefacts of a particular kind,” (Anderson, p. 4), ou seja, traços culturais distintivos de um determinado grupo.

Estes são, na verdade, temas complexos e polémicos. Como Arjun Appadurai salienta no seu livro *Modernity at Large - Cultural Dimensions of Globalization* existem múltiplas dimensões a ter em conta:

The world we live in today is characterized by a new role for the imagination in social life. To grasp this new role, we need to bring together the old ideas of images, specially mechanically produced images (in the Frankfurt school sense); the idea of the imagined community (in Anderson sense); and the French idea of the imaginary (imaginaire) as a constructed landscape of collective aspirations, which is no more and no less real than the collective representations of Émile Durkheim, now mediated through the complex prison of modern media. (Appadurai, 2005, p. 31).

Não cabe no âmbito deste trabalho desenvolver os conceitos assinalados por Appadurai, nomeadamente no que concerne as imagens produzidas do ponto de vista mecânico, ou a ideia de imaginário defendida a partir de Émile Durkheim. Contudo é importante centrarmos nos conceitos de nação, nacionalidade e nacionalismo, que, como assinala Anderson, ainda que sejam recentes, visto terem emergido no final do século XVIII, num espaço geográfico circunscrito, eles seriam facilmente transplantados para o resto do mundo (Anderson, pp. 24-25). Este autor define a nação como sendo uma comunidade política imaginada que é limitada e soberana. Comunidade, porque uma nação é concebida de uma forma de igual para igual. Imaginada, na medida em que os membros não se podem conhecer todos uns aos outros. Limitada, pois nenhuma nação engloba nem pretende englobar toda a

humanidade. Soberana, devido ao facto de as nações terem surgido durante o Iluminismo e de terem tido que lutar pela sua liberdade (Anderson, pp. 39-48).

Por seu turno, as trocas mercantis alargam cada vez mais os horizontes de acção das sociedades modernas, gerando novos espaços de influência e de poder. Decorrente das novas relações de poder que então emergem, surge a afirmação da língua, também ela, como instância de poder, em última análise, de “línguas de poder” que se sobrepõem àquelas, exclusivamente baseadas na tradição oral, e não fixadas pela escrita: “The general growth in literacy, commerce, industry, communications and state machineries that marked the nineteenth century created powerful new impulses for vernacular linguistic unification.” (Anderson, p. 46) Constroem-se, simultaneamente, elos familiares decorrentes da nomeação de lugares, a qual permite uma ligação subjectiva, afectiva até, entre as antigas metrópoles e as novas nações (Anderson, p. 192). Atente-se que na ligação entre Portugal e Timor-Leste, assistimos ao que Appadurai designa e questiona como política dos afectos (Appadurai, 2005, p. 144).

Com efeito, Anderson considera que a língua é um instrumento poderoso para estabelecer um diálogo com o passado sem que isso implique uma data de nascimento, um marco definido do tempo, sugerindo uma comunidade entre a sociedade contemporânea e os seus antepassados mortos:

Seen from this perspective the use of Portuguese in Mozambique (or English in India) is basically no different than the use of English in Australia or Portuguese in Brazil. Language is not an instrument of exclusion: in principle, anyone can learn any language. On the contrary, it is fundamentally inclusive, limited only by the fatality of Babel: no one lives long enough to learn *all* languages. (Anderson, p. 75)

A utilização da língua portuguesa acima mencionada, pode assim participar daquilo que em *A Cultura-Mundo : Resposta a uma Sociedade Desorientada*, Gilles Lipovetsky e Jean Serroy designam “multiplicação das solicitações comunitárias de diferença: quanto mais o mundo se

globaliza, mais alguns particularismos culturais aspiram a afirmar-se nele.” (Lipovetsky & Serroy, 2010, p. 23)

Como se depreende do que foi exposto ao longo destas páginas, os dois vectores analíticos por nós considerados estruturantes, a política realista a nível das Relações Internacionais, e a Gramática Universal de Chomsky, podem encontrar eco tanto nas reflexões e questionamentos críticos associadas aos chamados estudos pós-coloniais, como na concepção de uma identidade comunitária, as “imagined communities”, teoricamente formuladas por Anderson. De que forma estes aspectos convergem na análise do relatório estágio por nós realizado, é algo sobre o qual reflectiremos no capítulo 3 deste trabalho, sendo importante nesta altura assinalarmos o nosso enquadramento metodológico.

1.4. Enquadramento metodológico

Ao definirmos o nosso espaço de investigação tivemos em atenção o facto de pretendermos realizar um estágio numa instituição que nos possibilitassem observar a actuação no terreno de uma estratégia de cooperação. Como assinalam Hermano Carmo e Manuela Malheiro Ferreira no seu livro *Metodologia da Investigação- Guia para Auto-Aprendizagem* ao se projectar aquele que é o nosso objecto de estudo dever-se-á ter em atenção três critérios:

Um primeiro critério, que podemos identificar como **critério da familiaridade do objecto de estudo**, mostra-nos que **é vantajoso que o trabalho a empreender se enraíze na experiência anterior do investigador.** ...

Um segundo critério, o da **afectividade**, recomenda **que a selecção do campo e do tema específico deva resultar de um forte motivação pessoal.** ...

Um terceiro critério, que podemos chamar o **dos recursos**, resulta, mais prosaicamente da **antevisão de facilidades na captura de meios** necessários à investigação imaginada. (Carmo & Ferreira, 2008, pp. 47-48; negrito no original)

Foi tendo em atenção exactamente estes três critérios que iniciámos o nosso trabalho de conclusão do curso de Mestrado em Relações Internacionais. Era nossa intenção inicial investigar as políticas da língua a nível da cooperação entre Portugal e os países de língua oficial portuguesa no estágio que pretendíamos realizar no Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (Camões IP). A escolha desta instituição como local de realização do estágio deveu-se aos objectivos e às funções que estão na sua génese: a promoção e a divulgação da língua portuguesa no estrangeiro.

O Camões IP é uma instituição com importância acrescida ao nível da divulgação do Português como língua de elevado potencial no espaço internacional, encontrando-se envolvido em actividades da sua divulgação como, por exemplo, a formação de professores de Português no estrangeiro. Este aspecto foi uma das principais razões que nos levou a contemplar de uma forma mais efectiva a possibilidade de ali estagiar. Além disso, identificamo-nos com uma das principais directrizes do Camões IP, segundo a qual a língua portuguesa tem imenso potencial a nível das Relações Internacionais, permitindo competir, neste âmbito, com outras línguas historicamente relevantes, como o inglês, o espanhol, o francês ou o alemão.

Com efeito, a língua portuguesa é uma das mais faladas entre as economias emergentes a sul do Equador. Importa ter presente o facto de, segundo os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil ser hoje um país com 202 768 562 habitantes (“IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Estimativas de população”, 2014) e que a sua economia é considerada pelo Banco Mundial a sétima maior do mundo (“World Bank/Data/By country/Brazil”, 2014). Deste modo, a língua portuguesa é um instrumento fundamental na cooperação entre estados nas mais diferentes esferas: desde logo nas transações económicas, mas também no plano cultural e artístico.

A temática escolhida da língua portuguesa e do ensino do português surgiu, deste modo, devido ao nosso interesse inicial relativamente a esta temática. A oportunidade de realizarmos o estágio no Camões IP fez coincidir o nosso interesse pessoal a nível do ensino do português - referimo-nos à nossa experiência no ensino da língua portuguesa a estrangeiros (estudantes *Erasmus*), a qual nos permitiu compreender e aferir estratégias neste âmbito -, com a área em que nos encontramos a realizar o curso de mestrado, a das Relações Internacionais. Assim, tanto a familiaridade com o objecto de estudo, a afectividade e os recursos se conjugavam no delinear da nossa investigação.

Devido ao facto de o tema inicialmente pensado ser demasiado amplo, foi-nos sugerido pela Dr.^a Madalena Arroja, nossa orientadora de estágio no Camões IP, que nos circunscrevêssemos ao caso de Timor-Leste. Como é sabido, este país optou pela Língua Portuguesa como Língua oficial aquando da sua independência, pelo que elegê-lo como país-alvo da nossa investigação proporcionaria uma oportunidade única para analisar a política de cooperação que Portugal tem com ele desenvolvido, devido a uma forte ligação histórica e cultural que não se confina ao facto de ambos partilharem a mesma língua.

Assim, a fase seguinte foi estabelecer a nossa pergunta de partida, a qual é a seguinte: como é que o ensino da língua portuguesa tem sido um instrumento de aprofundamento das relações entre Portugal e Timor-Leste? Após ter definido a pergunta de partida, cumprindo o propósito de a mesma ser claramente enunciada, delimitámos o arco temporal da investigação.

Deste modo, o trabalho foi limitado no tempo (2007-2013, data do início do Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Timor, e o presente) e no espaço (o Camões IP), sendo assim possível responder à questão inicial sobre a forma como o ensino da língua portuguesa tem sido ou não um instrumento de aprofundamento das relações entre Portugal e Timor-Leste. Através deste exemplo de Timor-Leste verificar-se-á de que forma o português se

constitui como instrumento de uma acção política efectiva de afirmação identitária no contexto da globalização, reforçando a presença de Portugal em *fora* supranacionais, nomeadamente a CPLP.

Tendo em atenção a natureza do nosso objecto de estudo e as condições para o realizar, escolhemos seguir uma abordagem de características teórico-empíricas, usando um método qualitativo. A partir da recolha de dados e da aplicabilidade de conceitos que contextualizam a informação obtida, elaborámos uma análise que assenta na descrição dos factos compulsados sobre a temática investigada (Carmo & Ferreira, 2008, pp. 197-198).

Devido ao facto de o nosso relatório se inscrever no curso de mestrado em Relações Internacionais, e de estar directamente ligado à análise das estratégias de cooperação implementadas pelo Camões IP em Timor-Leste, adoptámos esta metodologia qualitativa, a qual, como assinala Alan Bryman: “is a research strategy that usually emphasizes words rather than quantification in the collection and analysis of data. As a research strategy it is broadly inductivist, constructionist, and interpretivist” (Bryman, 2012, p. 380). Por seu turno, esta estratégia ganha relevância no âmbito das Relações Internacionais ao permitir destacar pormenores e subtilezas num determinado estudo de caso, os quais poderiam não ser detectados de outra forma (Barkin, 2008, p. 211).

Importa recordar que o nosso estudo de caso é a cooperação do Camões IP com Timor-Leste no plano educativo e daí a nossa escolha por uma metodologia qualitativa. A partir da definição de uma clara questão de partida que, no nosso caso, foi a de como é que o ensino da língua portuguesa tem sido um instrumento de aprofundamento das relações entre Portugal e Timor-Leste devíamos traçar o enquadramento conceptual que possibilitasse a interpretação das acções projectadas e implementadas por aquele organismo estatal.

Assim, o enquadramento teórico que foi acima exposto - a perspectiva realista nas Relações Internacionais, a Gramática Universal e dos estudos pós-coloniais às “comunidades imaginárias”, permite-nos analisar os dados recolhidos sobre a actividade do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua em Timor-Leste (2007-2013) no que concerne o ensino da língua portuguesa.

Seguindo um método hipotético-dedutivo (Quivy & Van Campenhoudt, 1998, pp. 144-145), e procedendo a uma análise cuidada da informação adquirida, será possível alcançar uma conclusão fundamentada face à questão de partida. É certo que a informação seleccionada para a realização deste trabalho se centra numa dimensão qualitativa em detrimento da dimensão quantitativa, visto a mesma nos possibilitar ser incisivos relativamente ao nosso objecto de estudo. Deste modo, construímos uma abordagem rigorosa do tema proposto, seguindo os princípios de clareza, exequidade e pertinência no nosso trabalho (Quivy & Van Campenhoudt, pp. 31-46).

Importa referir que efectuámos uma pesquisa intencionalmente direccionada para o relevar das questões relativas ao tema do relatório, enquadrando os dados compilados. Estes foram obtidos através da pesquisa bibliográfica, nomeadamente de artigos, documentos vários - relatórios, legislação, periódicos e dados obtidos durante o estágio no Camões IP. O corpus primário deste relatório, isto é, os documentos-base/primários, sobre os quais incidiu o nosso trabalho de pesquisa durante o estágio foram deste modo os documentos emanados por vários governos da República, -trabalho-relatórios e planos de actividade elaborados pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e pelo Camões- Instituto da Cooperação e da Língua.

O nosso segundo capítulo consubstancia os dados compulsados sobre a acção do Instituto Camões na promoção da língua, nomeadamente do seu ensino, e da cultura portuguesas em

Timor-Leste (2007-2013). Este acolhe diferentes estratégias de reflexão: Histórica, descritiva e analítica.

Com efeito, devemos proceder a uma, ainda que breve, contextualização histórica sobre os antecedentes do Camões IP, de modo a percebermos a forma como a língua portuguesa tem funcionado enquanto instrumento de efectiva acção política. Além disso, devemos convocar os documentos que, num plano político, contribuíram para a definição de uma política da língua a nível das Relações Internacionais. Por fim, devemos observar essa acção por parte do Camões IP.

Nesse sentido, importa ter em atenção que, no nosso estágio, elaborámos fichas de leitura sobre aqueles documentos, os quais foram seleccionados sob orientação directa da Dra. Madalena Arroja. Através destas fichas foi-nos possível detectar os tópicos neles predominantes, assim como as actividades a eles associadas. Através de palavras-chave e das questões por eles suscitadas, foi-nos possível analisar a forma como se tem desenvolvido a cooperação como Timor-Leste, tendo como eixo a promoção e difusão da língua portuguesa.

Conjugámos, portanto, a pergunta de partida e os instrumentos que nos permitiam a ela responder. Como Audie Klotz refere: “Yet conceptualization is not simply a one way process, from feneral to specific. The way the researcher narrows a general concept in order to do empirical research also affects the formulation of the main question – not solely the choice of ‘indicators’.” (Klotz, 2008, p. 45) Por seu turno, os Anexos IV a VIII, pela informação neles compilada, constituem um instrumento relevante do trabalho por nós realizado.

Consequentemente este capítulo deve encerrar uma dimensão histórica, ao expor uma narrativa; uma dimensão descritiva, ao apresentar a documentação que será importante para que o leitor possa ter uma percepção clara do problema em análise; uma dimensão analítica,

a qual emerge ainda durante essa descrição, já que, importa acentuá-lo, a descrição não se confina a uma enunciação de tópicos ou paráfrase dos documentos. Procedemos, sim, a uma leitura selectiva dos tópicos que são relevantes para o nosso trabalho.

No nosso terceiro capítulo analisamos a actividade desenvolvida pelo Camões IP em Timor-Leste, à luz dos conceitos teóricos escolhidos. Ser-nos-á assim possível apresentar as nossas conclusões fundamentadas face à questão de partida, isto é, se o ensino da língua portuguesa tem ou não sido um instrumento de aprofundamento das relações entre Portugal e Timor-Leste?

Capítulo 2 - A actividade do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua em Timor-Leste (2007-2013) - O ensino da Língua Portuguesa

Este segundo capítulo do relatório de estágio é consagrado à explicitação da actividade por nós desenvolvida durante o período que durou o nosso estágio. Nesse sentido, apresentaremos aqui os resultados da investigação por nós levada a cabo no Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, de acordo com as orientações recebidas pela orientadora de estágio local, Dr^a Madalena Arroja.

Como referimos no subcapítulo dedicado ao enquadramento metodológico, esta revestiu-se nuclearmente, num primeiro momento, na compreensão do funcionamento da referida instituição, no seu enquadramento legal, e na percepção de como outras instituições que anteriormente tiveram uma função predominante no plano da cooperação, nomeadamente o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). Num segundo momento compulsámos os dados que possibilitam traçar como se promoveu a cooperação com Timor-Leste. No decurso desta actividade elaborámos fichas de leitura sobre documentos que a nossa orientadora local considerou relevantes para o atingir dos objectivos enunciados.

Abordaremos, assim, a actividade do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, em Timor-Leste, entre 2007 e 2013, dedicando particular atenção ao ensino da língua portuguesa, o qual será enquadrado no âmbito dos objectivos institucionais deste organismo. De acordo com o número 1 do artigo 22.º do Regulamento Geral dos Cursos de 2º Ciclo de Estudos do ISCSP: “Entende-se por ‘relatório de estágio’ um trabalho de descrição e reflexão pormenorizada

sobre as actividades desenvolvidas no âmbito de um estágio profissional efectuado junto de uma instituição”(*Diário da República*, 2011, p. 40112).

Importa, portanto, ter em atenção que o presente capítulo deste relatório se centra na actividade por nós desenvolvida durante o estágio realizado naquela Instituição, o qual teve por objectivo nuclear a compreensão do modo como entre 2007 e 2013 se desenvolve a cooperação entre o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua e Timor-Leste. Para tal foi necessário a leitura, análise e síntese da documentação existente neste âmbito.

Embora sinteticamente e sem um carácter exaustivo urge fazer uma apresentação do percurso histórico do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, de forma a possuímos um enquadramento necessário que nos permita identificar quais as suas áreas de acção. Sobre esta temática, convocamos o trabalho pioneiro a este nível, a dissertação de Doutoramento de Mário Silva intitulada *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo: Hipótese de Modelo Estratégico*, onde o autor sintetiza o papel de Portugal na promoção da língua portuguesa (Silva, 2005, pp. 116-148) e as informações disponibilizadas pela própria instituição (“Camões - Instituto da Cooperação e da Língua/Quem Somos/Sobre Nós/Histórico do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua”, n. d.).

2.1. Breve percurso histórico do Camões – Instituto de Cooperação e da Língua

A instituição que precede, remotamente, o, posteriormente designado, Instituto Camões, dava pelo nome de Junta de Educação Nacional. Criada em 1929, e inspirada no modelo espanhol, foi concebida como organismo permanente e autónomo, integrado no Ministério da Instrução Pública. Ao longo da sua existência, foi debatido, no seu seio, o alargamento de competências, a intensificação do apoio a bolseiros investigadores, principalmente através da

sua integração em centros de investigação, após a conclusão dos estágios realizados fora do País, e ainda o apetrechamento material e de recursos desses mesmos centros.

A Junta de Educação Nacional esteve em actividade até 1936, ano em que deu lugar ao Instituto de Alta Cultura, cuja criação se enquadrava no âmbito das reformas institucionais, levadas a cabo pelo Estado Novo. A situação internacional que marca esta época que antecede, de imediato, a II Guerra Mundial, e que perdura até ao início da década de sessenta, tem impacto na história do Instituto de Alta Cultura, o qual passou, então, por dificuldades financeiras e foi objecto de desconfiança política. Em 1964, o Instituto de Alta Cultura foi alvo de uma nova reforma orgânica, a seguir à qual procurou alargar a aposta no apoio aos bolseiros, tendo em vista a sua integração nos centros de investigação ou outras instituições científicas, e deste modo contribuindo para a criação de condições técnicas e económicas que viabilizassem o seu melhor aproveitamento no quadro produtivo nacional. Após a revolução de 25 de Abril de 1974, e face aos novos desafios da democracia, o Instituto de Alta Cultura foi novamente objecto de reformas.

Em Julho de 1976, por separação das competências originais em dois organismos distintos, o Instituto de Alta Cultura foi extinto, dando lugar ao Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) e ao Instituto de Cultura Portuguesa (ICALP), que, por seu turno, daria origem ao Instituto Camões (“Camões - Instituto da Cooperação e da Língua/Quem Somos/Sobre Nós/Histórico do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua”, n. d.).

Na década de oitenta do século passado, devido ao processo de renovação das relações políticas, culturais e económicas com os países africanos de expressão portuguesa, e no quadro de adesão às comunidades europeias, foi sendo desenvolvida uma nova estratégia para a língua e cultura portuguesa, que aconselhava a especialização crescente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP) ao nível da política cultural externa e da promoção do Português. A criação de novos leitorados, num quadro em que o ICALP assumiu a coordenação

fundamental da rede de ensino do português o mundo, o apoio à constituição e manutenção de centros de língua e cultura portuguesa, integraram esta estratégia.

Com a extinção do ICALP em 1992, foi criado o Instituto Camões. Este ficaria sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência, sucessor das principais competências do Instituto anterior, sendo agora mais orientado para uma maior articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e com outros departamentos governamentais associados à educação, cultura e às relações externas. Em 1994, o Instituto Camões foi transferido para a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde permanece hoje em dia.

Devido a este enquadramento, consideramos pertinente observar quais os vectores principais da acção política definida por este órgão, que tiveram impacto na actividade do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. Como observámos no capítulo anterior, independentemente do peso determinante do inglês ou espanhol, a nossa língua não deixa de assumir um lugar de destaque. Como Mário Silva refere:

perante um quadro que nos mostra a realidade – da hegemonia da língua inglesa – que caminho deve trilhar uma língua como o português para se afirmar no contexto internacional?...

A língua portuguesa, para se afirmar, deve, entre outras orientações estratégicas ... , seguir um plano de criação de oportunidades para a sua aprendizagem. A língua portuguesa deve mostrar-se como a língua da amizade e da partilha cultural (Silva, 2005, p. 59).

É igualmente este autor que defende a definição de estratégias de intervenção objectiva – consciente e estruturada, apesar da importância que possa assumir a intervenção “involuntária – avulsa ou simbólica ... aquela que é feita sem propósito claro de política linguística, num quadro de planificação estratégica definido e inserido num plano geral” (Silva, p. 64). Será, portanto, na definição e planificação que deve residir o sucesso de uma política de língua. E esta deverá, na sua opinião, ter presente o cenário global dos falantes da língua, o que, no caso português, significa a CPLP.

Esta organização, criada em 1995, define-se como uma instituição que visa reforçar os laços político-diplomáticos, cooperando nomeadamente no âmbito socio- económico, educativo e cultural. O papel identitário de uma língua comum, o português, que é a língua oficial dos países membros, materializa-se num dos objectivos gerais, quando se projecta que a CPLP deverá concretizar projectos de promoção e difusão da língua portuguesa. (“CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/Organização /Objectivos”, n. d., para. 4)

A afirmação identitária deve ser entendida no contexto da globalização pelo que subscrevemos Gilles Lipovetsky e Jean Serroy quando na sua já citada abordagem sobre a cultura-mundo afirmam:

Na verdade, as tendências para o universalismo que acompanham a mundialização contribuem ao mesmo tempo para o recrudescimento dos fenómenos particularistas e identitários. A cultura-mundo, longe de ser a sepultura da diversidade das línguas, é, muito pelo contrário o instrumento da sua consolidação como elemento de afirmação identitária dos grupos e dos indivíduos desejosos de valorizar a sua diferença. (Lipovetsky & Serroy, 2010, p. 142)

Deste modo, o ensino da língua, enquanto instrumento de aproximação intercultural deverá estar no centro das preocupações, mesmo quando a aprendizagem se desenvolve no âmbito daquele que é o ensino de uma segunda língua. A nossa, ainda que breve experiência de ensino de português língua estrangeira a estudantes *Erasmus*, permitiu-nos ter uma percepção da Importância que este aspecto assume no plano da descoberta das alteridades culturais. Recorde-se que, mesmo a nível dos países que fazem parte da CPLP, o português não é a primeira língua materna, como acontece no caso de Timor-Leste (Albuquerque, 2010, p. 314). Daí a importância de que se reveste o traçar das políticas de Língua e do planeamento linguístico, algo que foi prefigurado pelo XIII Governo Constitucional e materializado no do XIV, onde se refere a importância do então instituto Camões a este nível:

O Instituto Camões deve assumir-se decisivamente como a instituição coordenadora da política de promoção e de expansão da língua portuguesa no mundo, dando particular projecção a acções de apoio à utilização do português como língua de trabalho das organizações internacionais e ao ensino do português no estrangeiro. (“Programa do XIV Governo Constitucional”, 1999, p. 117)

O impacto daquela política na acção do Instituto Camões reflectir-se-ia nos parâmetros orientadores da sua actividade. O Governo considera aliás esta estratégia como um dos seus desígnios fundamentais, explicitando a ênfase que então atribui a Timor-Leste:

O projecto do governo é ...um projecto de afirmação dos nossos valores culturais, da nossa vocação universalista e da afirmação da nossa identidade própria assente no respeito pelos outros e pela diversidade. Mas é também um projecto de união e de entendimento de todos os que usam a língua portuguesa como veículo de comunicação, uma aposta solidária no papel que tem que ser conquistado para a expressão da cultura portuguesa espalhada pelo mundo e para todos os povos e países que fazem do português a sua língua própria.

É nesse contexto que a história recente nos entregou mais uma missão: participar na construção de um novo país em Timor-Leste, do modo que os timorenses desejarem. (“Programa do XIV Governo Constitucional”, p. 4)

Ao Instituto Camões competiria, portanto, tanto a difusão da língua e da cultura portuguesas, como a execução de projectos de intercâmbio entre povos com identidades distintas mas que possuem vínculos entre si, os quais permitem indiciar a presença de uma comunidade imaginária, aspecto a que regressaremos no capítulo 3 deste trabalho.

2.2. A língua como instrumento de efectiva acção política

Quatro anos mais tarde Maria José Stock (2003), então presidente do Instituto Camões enquadra a política a seguir com Timor-Leste no plano de acção junto da CPLP. Neste documento – “Contributos para a definição de uma estratégia para a Língua Portuguesa no espaço da CPLP” – Stock acentua o “reforço das competências linguísticas dos falantes de Língua Portuguesa nestes países [PALOP e Timor-Leste]... a formação de formadores ao nível do ensino secundário e o ensino de português por objectivos específicos”(Stock, 2003, p. 2).

Com efeito, dois anos antes, mais precisamente a 17 de Janeiro de 2001 tinha sido inaugurado em Díli o Centro Cultural Português, o qual constituiria um instrumento relevante para o desenvolvimento das linhas estratégicas referidas por Maria José Stock. Como se depreende da sua designação, o Centro estava vocacionado para o apoio a acções no plano da cultura que permitissem criar pontos de contacto entre timorenses e artistas portugueses, recorrendo, nomeadamente, a exposições, seminários ou ciclos de cinema.

Equipado com uma biblioteca, catalogada informaticamente, com cerca de mil e quinhentas espécies bibliográficas, o Centro providenciava, deste modo, informação relevante em diferentes áreas do saber – da literatura à história, da sociologia ao direito, da etnologia à economia, entre outras - dos países de expressão oficial portuguesa. Possuía, além disso, um espaço multimédia, uma videoteca e uma fonoteca, que estavam acessíveis à população timorense (“Camões - Instituto da Cooperação e da Língua/Língua e Cultura/Centros Culturais/Camões - Timor-Leste/Centro Cultural Português em Díli”, n. d., para. 2).

Em 2011, quando se assinalou o aniversário da inauguração daquelas instalações do Centro de Língua Portuguesa/Instituto Camões, teve igualmente lugar a cerimónia de graduação de oito licenciados em Ensino da Língua Portuguesa na Universidade Nacional de Timor Lorosa’e (UNTL), uma das áreas em que o Instituto Camões vinha desenvolvendo as suas actividades de cooperação, iniciadas dez anos antes.

Com efeito importa atender ao facto de a 13 de Janeiro de 2004 ter sido publicado em *Diário da República*, sob a designação de *Acordo Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste*, o anexo ao *Acordo Quadro* homónimo assinado em Díli em 20 Maio de 2002. No número 3) do Artigo 1º assinala-se como objectivo:

“A consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em que Portugal e Timor-Leste se integram, que se considera ser um instrumento fundamental na prossecução de interesses comuns” (*Diário da República*, 2004, p. 222).

O capítulo VIII deste documento legal ao debruçar-se sobre a cultura e Língua portuguesas afirma a importância do desenvolvimento da cooperação entre Portugal e Timor-Leste, a promoção da criação de centros de língua portuguesa, em particular no âmbito da CPLP, e a manutenção dos já existentes, o estímulo ao intercâmbio de professores, estudantes, escritores, artistas “e demais representantes de outras actividades culturais”, a criação de facilidades alfandegárias a nível de mostras artísticas, e o estímulo à digitalização de acervos culturais e artísticos (*Diário da República*, p. 224). Por seu turno, o capítulo IX enuncia acções ligadas à cooperação no âmbito do ensino superior.

Apesar destas acções surgiram vozes críticas, como a de Vítor Manuel de Aguiar e Silva, o qual em 2004 assinala as “diversas vicissitudes que têm prejudicado a sua [do Instituto Camões] missão e a sua operacionalidade, desde a sua transferência do Ministério da Educação para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”(Aguiar e Silva, 2004, p. 33).

Independentemente das críticas vindas a lume, a ligação orgânica entre o Instituto Camões e o Ministério dos Negócios Estrangeiros plasma a importância da língua e da cultura portuguesas nos domínios de uma cooperação político-diplomática. Com efeito, num documento apresentado e prefaciado, em 2006, pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral, sob a designação *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, este alto responsável considerava ser um imperativo prioritário a presença portuguesa no seio da CPLP:

A melhoria da acção da cooperação portuguesa, imperativo principal e missão fundamental desta visão, terá que se construir através da promoção da eficácia, da sustentabilidade e da qualidade das relações de parceria que queremos desenvolver.

Neste âmbito é de particular pertinência salientar a cooperação com os países de língua oficial portuguesa, seja em termos da nossa relação bilateral com a CPLP. Este é um espaço de concertação privilegiado, sendo a língua portuguesa um veículo para a paz e para a democracia. Assim, *a pertença ao mundo da língua portuguesa não é apenas uma questão de história; é, antes, um desafio para o futuro*. Esse passado histórico deve permitir edificar uma visão moderna de Portugal no mundo. (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 4; itálicos nossos)

Como se pode constatar, o documento evidencia a importância que assume a língua e as relações de proximidade que ela permite, no contexto de relações internacionais que, embora assentes em afinidades históricas, se pretendem vocacionadas para o futuro. Importa, todavia, assinalar que a política de cooperação aqui delineada, surge no contexto de uma estratégia de desenvolvimento que será explicada como sequência lógica da resolução adoptada em Conselho de Ministros, em 1999. A cooperação internacional surgia aqui no âmbito daquela que seria uma identidade portuguesa, singular no contexto europeu: “a política de cooperação para o desenvolvimento ... adquire um particular sentido estratégico, constituindo um elemento de diferenciação e de afirmação de uma identidade própria na diversidade europeia, capaz de valorizar o património histórico e cultural do país.” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 11)

Por seu turno, o então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, João Gomes Cravinho, destacava, no seu texto introdutório ao referido documento estratégico, a importância que assumia Timor-Leste num contexto daquela que seria uma cooperação solidária: “... a importância de trabalhar no âmbito dos mais importantes consensos internacionais, utilizando os recursos nacionais para alavancar outros contributos que possam igualmente concorrer para combater a pobreza e promover o desenvolvimento, particularmente na África lusófona e *em Timor*.” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 6) O documento conceberia esta “cooperação solidária” que seria formalizada através de três vertentes:

Em primeiro lugar ... a relação com os países africanos de expressão portuguesa constitui um dos pilares fundamentais da nossa política externa ... [i]gualmente, *a ligação a Timor-Leste, cuja independência constitui um dos grandes êxitos da diplomacia portuguesa, é profunda*. O desenvolvimento desses países, e a sua boa integração nas dinâmicas económicas da globalização, constituem desideratos importantes da nossa política externa. Trata-se de desideratos ... favoráveis aos intercâmbios culturais e económicos que enriquecem a sociedade portuguesa.

Segundo, *a língua portuguesa constitui um valor fundamental para a nossa política externa*. A promoção da língua portuguesa no mundo contribui para a sedimentação, longevidade e proficuidade de uma comunidade linguística que constitui ... um importante contributo histórico para o mundo, e um trunfo relevante na era da globalização. *A cooperação, em particular através do apoio à educação básica e à alfabetização... consubstancia-se como um instrumento imprescindível para a promoção da nossa língua*.

Terceiro, um dos objectivos da política externa nacional reside em *promover a nossa capacidade de interlocução e influência em redes temáticas internacionais cujos centros de decisão são supranacionais*. (Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 12-13; itálicos nossos)

Nas três vertentes enunciadas, assumem particular relevância a relação com Timor-Leste, o papel da língua portuguesa como espaço de cooperação e de afirmação identitária no contexto da globalização, e ainda a presença de Portugal em *fora* supranacionais, o que, embora não explicitamente mencionado, decerto evoca, em particular, a nossa participação na CPLP. Acresce a esta vertente a sua importância quer no processo de formação dos jovens quer como instrumento de consolidação dos laços entre comunidades distantes mas historicamente ligadas entre si.

A língua surge, deste modo, como uma das vertentes nucleares da política de cooperação e na estratégia a implementar a nível de Relações Internacionais por parte de Portugal. Evidencia-se a defesa de uma perspectiva realista, nomeadamente no reforço da afirmação da língua ao nível do panorama internacional, algo que desenvolveremos no capítulo 3 deste nosso trabalho.

No plano estratégico, a nível das Relações Internacionais, algo de particularmente relevante deve ser assinalado. Referimo-nos às prioridades geográficas de actuação, as quais surgem associadas a eixos emergentes. Assim, afirma-se a importância da acção no âmbito do eixo

Sul-Sul, onde se deverá revelar a intervenção da CPLP: “devem ser ainda incentivadas as relações Sul-Sul, sobretudo com o Brasil, os países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste. A valorização do espaço CPLP é, pela riqueza da partilha de conhecimentos e pela posição estratégica que pode assumir no seio da comunidade internacional, uma prioridade para Portugal.” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 25-26).

Torna-se assim evidente a importância estratégica assumida pela língua enquanto instrumento de acção política num cenário global, onde emergem diferentes eixos de eventual influência. Com efeito, esta dimensão espelha-se noutros espaços de cooperação como se pode constatar no preâmbulo do *Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste no Domínio da Comunicação Social*, onde se começa por recordar “o espírito e princípios que enformam os acordos de cooperação celebrados entre os dois países, bem como os especiais laços de amizade e solidariedade que ligam os dois Estados e, ainda, o propósito em reforçar a difusão da língua portuguesa” (*Diário da República*, 2007, p. 981; itálicos nossos). Coloca-se, todavia, a questão de saber se a importância da língua como instrumento de acção política é ou não coincidente com a existência de uma política da língua? Trata-se, na verdade, de uma reflexão que não cabe no âmbito deste relatório, pelo que nos circunscreveremos às dimensões que envolvem a cooperação com Timor-Leste a nível da educação, o que abordaremos nos subcapítulos seguintes.

2.3. A Cooperação com Timor-Leste para a educação – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)

Devemos neste momento começar por recordar o que afirmámos no capítulo anterior acerca da metodologia adoptada. Com efeito, embora, em determinados momentos, possa parecer estarmos a ser excessivamente descritivos, tal corresponde a uma estratégia para a apresentação e enquadramento dos nossos tópicos de análise. Atente-se igualmente que o

nosso estágio no Camões IP foi substancialmente dedicado ao cotejo destes documentos. Transitamos, deste modo, para a análise do documento elaborado em 2005 pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), com a designação de *Estratégia da cooperação portuguesa para a educação*, onde se menciona o *Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa* (PRLP), em Timor.

A referência ao IPAD justifica-se devido ao seu papel determinante, neste âmbito, a nível da Cooperação, anterior à lei orgânica do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, publicada em *Diário da República*, no dia 30 de Janeiro de 2012, através da qual o XIX Governo Constitucional junta sob a mesma tutela as políticas da língua e cooperação, deste modo procedendo a uma reordenação institucional, sob a seguinte argumentação:

Com o objectivo de obter um aumento de eficácia na prestação dos serviços públicos que prosseguem, procedeu-se à fusão do Instituto Camões, I. P. (IC, IP), com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P. (IPAD, IP), com a subsequente reorganização e racionalização dos serviços destes dois institutos.

Assim, é criado o Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., tendo em vista potenciar a capacidade de intervenção no desenvolvimento da política de cooperação internacional e de promoção externa da língua e da cultura portuguesas. (*Diário da República*, 2012, p. 506)

Desenvolveremos esta questão no subcapítulo 2.4. deste trabalho. Para já devemos regressar ao mencionado documento do IPAD - *Estratégia da cooperação portuguesa para a educação*. Um dos tópicos aí destacados é o da existência de uma mais-valia que deve ser explorada “nos países com quem mais cooperamos (PALOP e Timor Leste), a língua comum, o conhecimento mútuo, aspectos fundamentais dos sistemas educativos, e a semelhança de muitas normas institucionais por que se regem estes países.” (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P., 2008a, p. 11). A educação é, deste modo, enfatizada como vertente que “a Cooperação Portuguesa tem vindo nos últimos anos a privilegiar ... no quadro dos programas de cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa e com Timor-Leste.” (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P., p. 12).

Contrariamente ao que sucede com a generalidade dos países da CPLP, em que a nossa cooperação, neste âmbito, tem lugar a nível do ensino superior, em Timor-Leste ela recai, assim, na formação de professores dos ensinos básico e secundário (Anexos IX-XIV deste relatório de estágio). É igualmente assinalado o reforço do equipamento escolar para a Escola Portuguesa de Díli que está ligada ao Centro de Ensino a Distância de Díli (CED), apoiado pelo Banco Mundial. Além disso, Portugal é referenciado enquanto doador no âmbito das actividades que envolvem a implantação de uma rede nacional de educação. Como se refere mais adiante no documento que temos vindo a citar, a “existência de uma língua e de laços históricos comuns constituem elementos facilitadores da transmissão e compreensão de conhecimentos e potenciadores dos seus resultados.” (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P., p. 15)

Em Junho de 2011 o IPAD fez um balanço das acções levadas a cabo no âmbito da Cooperação Portuguesa. Este balanço consubstancia-se no documento *A Cooperação Portuguesa 2005-2010*, no qual se reserva a Timor-Leste uma secção autónoma, o que, pela sua importância deve ser assinalado. Não cabendo neste relatório uma análise de aspectos laterais à acção do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, devemos, todavia, destacar referências por nós consideradas relevantes para a nossa análise. Entre estas salienta-se a referência aos PALOP e a Timor-Leste como parceiros naturais de Portugal. Tal assunção decorre, desde logo, da existência de uma língua comum a nível da comunicação entre estes estados, algo que será analisado no capítulo 3 à luz do conceito chomskyano de Gramática Universal.

Por outro lado, o documento que estamos a convocar - *A Cooperação Portuguesa 2005-2010*, considera que, “além da língua, existem grandes comunidades Portuguesas que ali vivem e comunidades dos parceiros que vivem em Portugal, bem como estreitas relações com as comunidades locais e importantes laços económicos.” (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P., 2011a, p.7) A importância concedida a Timor-Leste pode, desde logo, ser observada através da percentagem que lhe é atribuída a nível da Ajuda Pública ao

Desenvolvimento, cerca de 24%, detendo os vários países africanos, no seu conjunto, 56%² (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P., p. 11).

Quando observamos especificamente para os aspectos mais ligados à questão do ensino da Língua e de iniciativas próximas deste âmbito, Timor-Leste é referido no que diz respeito aos projectos de formação de professores de Língua Portuguesa, sendo que o montante económico da ajuda foi concentrado nos PALOP e Timor-Leste, representando até 2009 cerca de 95% do investimento total. Por seu turno, a nível da repartição de bolsas de estudo por países Cabo Verde encabeça a lista com 19%. Timor-Leste, a par de S. Tomé, encerra-a com 8-9%, sendo referido que a percentagem de Timor-Leste foi gradualmente baixando no arco temporal de 2005 e 2010 (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P., p. 37).

Contudo, importa reter que o ensino do português e em português é considerado como um pilar do sistema educativo timorense, sendo assinalado como um dos espaços de intervenção prioritária. Por seu turno, a acção do então Instituto Camões é destacada no que concerne os programas de cooperação a nível da língua e dos projectos de apoio a crianças e jovens em Lauala (Emera) – Lar Bom Samaritano, e a crianças em Quelicai (Baucau) – Lares Santa Teresinha e Laga.

Assume particular importância o facto de este documento associar o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza a uma política educativa que passa pela consolidação da língua portuguesa nos vários graus de ensino. No âmbito das actividades futuras esta perspectiva é reiterada (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P., p. 129).

² De acordo com este documento do IPAD, os dados foram colhidos junto da OCDE.

A avaliação realizada no documento que acabámos de analisar deve ser perspectivada a partir do *Programa Indicativo da Cooperação Portugal [PIC]: Timor-Leste 2007-2010*, elaborado em 2008 pelo IPAD, cujo conteúdo para além da avaliação do passado, traça um quadro prospectivo. Este texto está dividido em duas partes, “Análise da Situação” e “A Estratégia de Portugal”, às quais sucede uma secção designada “Matriz de Intervenção”. Uma leitura atenta dos diferentes subpontos que as compõem evidencia a ausência de referências explícitas a políticas da língua ou da cultura em geral. Contudo, algo paradoxalmente, na Introdução, duas das três vertentes daquilo que é referido como cooperação para o desenvolvimento, envolvem, explicitamente, aquelas dimensões, nomeadamente no que se considera dever ser a relação preferencial com os então 5 países africanos de língua oficial portuguesa (Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe) e Timor-Leste, assim como: “A promoção da língua portuguesa no mundo como comunidade linguística de valor histórico e trunfo na actual era da globalização” (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P., 2008b, p. 7).

Por outro lado, saliente-se que a nossa política de cooperação surge enquadrada na moldura mais geral da União Europeia, quer da estratégia desta última para Timor-Leste, expressa em documentos como o *Country Strategy Paper* para o período 2006-2007, quer com a estratégia da União Europeia para o Pacífico. Ora, a estratégia portuguesa assenta em quatro documentos fundamentais, o segundo dos quais – Programa de Estabilidade – acolhe a vertente que nos interessa, a da educação.

A descrição da situação social destaca, desde logo, as dificuldades existentes, entre as quais se assinala uma elevada taxa de iliteracia, e abandono escolar precoce. Por seu turno, o tópico da pobreza é abordado na sua dimensão multidimensional, envolvendo aspectos que vão da ausência de recursos financeiros, ao acesso aos cuidados de saúde. Acentua-se igualmente a importância da dimensão geográfica, pois “a pobreza atinge mais as famílias que vivem em zonas rurais e que se dedicam à agricultura de subsistência. Estas famílias são, na maior parte dos casos, mais numerosas e o seu nível de escolarização é baixo” (Instituto Português de

Apoio ao Desenvolvimento, I.P., p. 49). Por outro lado, destaca-se, nesta estratégia de Portugal para Timor-Leste, o facto de a educação funcionar como um instrumento de combate às disparidades de género, nomeadamente naquela que seria a intervenção no âmbito da diminuição da iliteracia feminina.

Em 2008, no referido documento - *Programa Indicativo da Cooperação Portugal: Timor-Leste 2007-2010*, assinala-se a importância de que se revestiu a Plataforma Política Educacional a médio prazo (2004-2008), definida pelo então Ministério da Educação e Cultura, onde se tinha reafirmado a necessidade de acelerar a reintrodução efectiva do português e do tétum em todas as escolas de Timor-Leste. Visando este propósito, Portugal assumiria então responsabilidade de ir ao encontro das solicitações do governo timorense, contribuindo para a formação em exercício de professores e apoiando a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL) e a criação de quadros superiores através da atribuição de bolsas de estudo.

No âmbito específico da língua portuguesa, a cooperação recairia sobre duas vertentes fundamentais:

- Na formação em língua portuguesa aos funcionários da Administração pública, forças armadas (exército e marinha), Parlamento Nacional e Universidade Nacional de Timor-Leste, com o ensino obrigatório da língua portuguesa nos cursos ainda leccionados em língua indonésia;
- À comunicação social, no alargamento e reforço da capacidade de transmissão de rádio e televisão em Timor-Leste e, por consequência, de conteúdos em Português. (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P., p. 52)

Como se pode constatar, o apoio prestado por Portugal no âmbito da formação a nível da língua portuguesa, é muito amplo, não se confinando ao ensino básico e secundário (e mesmo superior), e abarcando as mais diversas esferas de actividade em que o domínio da língua se afigura relevante. Além disso, o documento menciona o compromisso, por parte de Portugal,

de utilizar o fórum da CPLP para sensibilizar os países integrantes desta organização no sentido de apoiar Timor-Leste neste âmbito.

Por seu turno, no ano de 2011 e naquele que seria o programa de investimento sectorial, elaborado pelo IPAD, Timor-Leste destacar-se-ia. No *Plano de Actividades IPAD 2011* surge definido um novo programa indicativo de cooperação (PIC) de Portugal com este país (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P., 2011b, pp. 92-97).

Neste texto continua a reafirmar-se, no plano da política externa, a relação privilegiada de Portugal com o eixo de países que constituem os PALOP e Timor-Leste. Tal desígnio assenta na afinidade resultante do cruzamento entre Histórias que, apesar de separadas, apresentam pontos de contacto. Neste ano de 2011, Portugal procura operacionalizar as suas linhas de intervenção através do novo Programa Indicativo de Cooperação (PIC) com Timor-Leste, a ser implementado pelo IPAD. Assim, o PIC ficaria sob a responsabilidade da Divisão de Coordenação Geográfica e da Divisão de Ásia e Outros Países, devendo esta acompanhar e preparar informação técnica sobre a cooperação, e identificar, analisar, propor e acompanhar a execução técnica e financeira dos programas, projectos e acções. (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P., 2011b, p. 92)

Num momento em que Portugal desenhava uma alteração orgânica significativa na estratégia de cooperação, através da fusão dos dois organismos que até então eram os seus instrumentos a este nível - o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, e o Instituto Camões –, surge no seio do IPAD um documento de trabalho intitulado *A Avaliação Programa/País – Contributo para debate interno*, elaborado em Outubro de 2011 por Maria João Robalo. A autora sistematiza as questões em torno das avaliações dos Programas Indicativos de Cooperação em três dos países que foram objecto da aplicação dos mesmos: Angola, Guiné-Bissau e Timor-Leste.

Contudo, este não se centra sobre os resultados atingidos, ou fiabilidade e exequidade dos objectivos e metas traçados, mas antes sobre os instrumentos de avaliação que deverão ou não ser aplicados. Não deixa de ser importante que Maria João Robalo considere “que os PIC têm sido, embora com evolução positiva, um enunciar algo vago, ... da estratégia a desenvolver com o país parceiro e consubstancia-se em intervenções com diferentes tempos de implementação; diferentes executores e diferentes abordagens” (Robalo, 2011, p. 5).

2.4. A Cooperação com Timor-Leste para a educação – Camões IP

É através do Decreto-Lei nº 21/2012 de 30 de Janeiro que o governo português cria um novo organismo, o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Camões IP), o qual resulta da fusão Instituto Camões (IC) e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) devendo ser responsável “pela supervisão, direcção e coordenação da cooperação para o desenvolvimento, cabendo-lhe a condução dessa política pública, e pela política de promoção externa da língua e cultura portuguesas” (*Diário da República*, 2012, p. 506). Por seu turno, a orientação política anterior a nível da Cooperação é reafirmada, sendo claramente enunciada a missão e atribuições do novo organismo:

O Camões, I. P., tem por missão propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as actividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política e ainda propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário. (*Diário da República*, 2012, p. 507)

Já no que concerne o âmbito específico da cooperação, o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., assume um papel determinante a nível da política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, já que a sua missão não se confina à coordenação, visto ser-lhe igualmente consignada a possibilidade de propor políticas nesse domínio. Nas suas atribuições revela-se como particularmente importante para o âmbito da nossa abordagem sobre a cooperação desenvolvida no sector educativo em Timor-Leste o facto de

este organismo poder conceder subsídios, bolsas e outras formas de apoio financeiro, assim como assegurar a participação portuguesa nas actividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Além disso, cabe ao novo organismo promover, no domínio externo, a língua e cultura portuguesas. Assim deverá estabelecer programas de apoio à criação de cátedras ou departamentos, promover cursos de língua portuguesa e desenvolver outras iniciativas convergentes, como seja o incremento da cooperação com instituições universitárias e parcerias em rede. A política de concessão de bolsas, coordenação de leitorados e o fomento do ensino do português como língua não materna concorreram para a concretização da missão agora atribuída ao Camões IP (*Diário da República*, 2012, p. 508).

No âmbito das competências definidas a nível da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário do ensino português no estrangeiro, as actividades deverão ser articuladas com as desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Ciência. As áreas nucleares de tal articulação prendem-se nomeadamente com a qualificação do ensino do português no estrangeiro, o aprofundamento de mecanismos funcionais para a formação de professores, o incentivo à produção e divulgação de materiais pedagógicos e culturais, a coordenação da actividade da rede de docência de língua e cultura portuguesas no estrangeiro (básico e secundário), o incremento e promoção do uso de plataformas para o ensino e aprendizagem do português à distância, e a “difusão do ensino da língua portuguesa no estrangeiro, através de Escolas Portuguesas tuteladas pelo Ministério da Educação e Ciência” (*Diário da República*, p. 508).

O processo de fusão dos dois organismos que deu corpo ao actual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, marcou as actividades desenvolvidas mais recentemente, como é mencionado na *de Atividades 2012 e Relatório de Auto-avaliação QUAR 2012* elaborado no seio do novo organismo em 2013. Neste documento afirma-se que a instituição tem procurado “reforçar a articulação entre as actividades da cooperação e da língua e cultura de

modo a potenciar as sinergias resultantes da coordenação destas áreas centrais de intervenção do Instituto, assegurando, ao mesmo tempo, a sua especificidade própria e campo de atuação” (Camões IP, 2013a, p. 4).

A percepção mais clara do investimento realizado entre os de 2008 a 2012 por parte de Portugal neste âmbito deverá ser observada através dos dados apresentados pelo Camões IP (Anexos I-III deste relatório de estágio). Verifica-se que os fundos destinados a Timor-Leste registaram uma tendência decrescente, sendo de 15,3 M€ no último ano objecto de análise, e correspondendo a uma média de 22,5 M€ no conjunto do período ali estudado - 2008-2012. No entanto, destaca-se o facto de se assistir a uma assinalável concentração de apoio no sector educativo, o qual corresponde a 53% (“Camões - Instituto da Cooperação e da Língua/Cooperação/Cooperação em números – Timor-Leste”, n. d., para. 1).

A estes dados deve-se ainda aduzir actividades desenvolvidas no âmbito de uma estratégia de cooperação mais geral, isto é, daquela que surge a nível da CPLP, com destaque para a área da Educação, como a Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio-Ambiente: uma contribuição para o programa de educação ambiental da CPLP; a Bienal de Aprendizagem da Matemática, Língua Portuguesa e Tecnologias; Cartilhas escolares; Vozes de Nós Crianças de Rua Protagonistas dos seus Direitos (“Camões-Instituto da Cooperação e da Língua/Cooperação/Cooperação Multilateral”, n.d.).

Uma outra dimensão a nível de cooperação deve ser assinalada, mesmo que o seu peso em números não seja comparável àquele que envolve o estado português. Trata-se, contudo, de uma dimensão que pode revelar uma disponibilidade e solidariedade por parte da sociedade no seu geral. Referimo-nos às iniciativas que partem da sociedade civil.

Entre estas adquirem particular relevância as bolsas atribuídas através do Protocolo Fundação Eça de Queiroz/Instituto Camões, destinadas “a apoiar e promover o estudo da Língua e da

Cultura Portuguesas, nomeadamente na área dos Estudos Queirosianos. Este programa destina-se a professores e investigadores estrangeiros que pretendam frequentar o Curso de Verão da Fundação Eça de Queiroz.” (“Camões - Instituto da Cooperação e da Língua/Língua e Cultura/Bolsas de Estudo”, n. d.). No ano de 2008-2009 dois bolseiros foram acolhidos por esta iniciativa. Já no âmbito da cooperação com a Universidade do Porto foi acolhido um bolseiro no mesmo lectivo. Em 2011/2012, a Universidade de Lisboa recebeu, também ela, um bolseiro.

No entanto, porque compete ao estado a definição de políticas de cooperação, recordamos o Despacho nº 25931/2009 dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação, assinado pelo então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, João Gomes Cravinho, e pelo então Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Jorge Pedreira, e publicado em *Diário da República*, 2ª série – Nº 230, de 26 de Novembro de 2009, onde se inclui o anexo designado *Estratégia Nacional para a Educação para o Desenvolvimento (2010-2015)*. Com alterações quase imperceptíveis - como a introdução de aspas na palavra *desterritorializa* –, este articulado espelha o conteúdo do documento homónimo produzido pelo IPAD.

Pela sua importância na explicitação da orientação política que subjaz ao diploma, devemos, desde logo, destacar a passagem seguinte do parágrafo inicial do referido anexo, onde se define que aquela estratégia surge:

no quadro de uma globalização que desterritorializa a cidadania e os seus pressupostos. Com efeito, a noção tradicional de cidadania partia de fronteiras nítidas de inclusão/exclusão, coincidentes com os vínculos de pertença a uma comunidade nacional. Esse conceito clássico tem vindo a ser progressivamente desafiado por dinâmicas diversas, desde os fluxos migratórios até à globalização dos mercados, passando pelas novas espacialidades de referência dos movimentos sociais. O quadro de significação dos direitos e das responsabilidades individuais e colectivas, quer em termos jurídicos quer em termos ético-políticos, é cada vez mais o de uma interacção complexa entre o planeta no seu todo e o local que habitamos ou em que agimos... essa interacção entre o local e o global nos faz agentes (e não só espectadores e espectadoras passivos) quer das proximidades quer das assimetrias entre Norte global e Sul global, o que se tornou em elemento essencial da condição cidadã no nosso tempo. (*Diário da República*, 2009, p. 48392)

Atente-se como em 2009 se introduz no corpo legal uma diferente percepção do mundo, onde emerge uma nova conceptualização do espaço, entendido este numa esfera global. Sinaliza-se a evolução histórica de uma abordagem do relacionamento político entre diferentes actores onde a cidadania adquire um papel relevante, assente em vínculos comunitários fluidos e não facilmente perceptíveis, inserido num cenário de interacções políticas geoestratégicas. Esta assunção teórica decorre das leituras conceptuais problematizadas no campo dos estudos pós-coloniais e de uma teoria realista desenvolvida na área das Relações Internacionais. No nosso capítulo 3 aprofundaremos exactamente estas correlações analíticas.

O enquadramento histórico não deixa de ser referenciado no articulado legal traçado por Portugal no âmbito de uma *Estratégia Nacional para a Educação para o Desenvolvimento (2010-2015)*, assinalando-se o passado colonial português, o qual é introduzido como factor de problematização. Destacar o papel das Organizações Não Governamentais (ONG) não deixa de ser referenciado como a sociedade civil interveio “em algumas acções que denunciavam as injustiças do período colonial e pediam a paz ou ainda, mais tarde, no apoio aos países independentes e àqueles que lutavam ainda pela sua autonomia” (*Diário da República*, p. 48393). Deste modo, o colonialismo é assumido por Portugal, como parte integrante de um legado histórico problemático que se projecta em diferentes contextos ao longo do tempo - colonialismo, neo-colonialismo, globalização-, que marca este programa, onde a educação surge como um instrumento para o Desenvolvimento.

É neste cenário que se explica a emergência do conceito de Educação para o Desenvolvimento (ED), o qual surge, nesta perspectiva governamental da reflexão desenvolvida na área educativa. É a partir da premissa de pensar a:

educação como factor de transformação social e guiada por um princípio de participação social — e a partir de fora desse universo — designadamente pela teoria da dependência e pela sua denúncia do carácter estrutural das assimetrias entre centro e periferia — a educação *no seu todo* viu-se confrontada com a opção entre assumir-se como veículo perpetuador de desigualdades em escala mundial ou como instrumento de combate a essas

desigualdades. A emergência do conceito de ED foi, ela própria, a resposta mais clara a esta opção. (*Diário da República*, p. 48395)

O próprio conceito de cooperação surge, então, como uma das vertentes da ED, pois “significa reunir esforços para levar a cabo uma tarefa na qual cada participante dá o seu contributo para um fim conjunto previamente consensualizado, segundo uma lógica oposta à competição”(Diário da República, p. 48398). É neste enquadramento teórico-legal que se consubstancia a acção do Programa Indicativo de Cooperação que o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, IP.

Na sequência da reconfiguração orgânica desta instituição foram elaborados, em 2013, dois documentos de trabalho que analisam a sua acção: o *Documento de Trabalho nº1/13 – Avaliação do Impacto: Breve Introdução* e o *Documento de Trabalho nº2/13 – Da eficácia da ajuda à eficácia do desenvolvimento: contributo para uma leitura*. No primeiro destes documentos, consagrado à avaliação do impacto da intervenção no desenvolvimento, não surgem referências explícitas ao ensino do português. De igual modo, o segundo documento é omissa a este nível.

Ainda em 2013 foi efectuado, para além de um relatório-síntese das actividades realizadas em 2012, que contemplava igualmente uma auto-avaliação, assim como um relatório de actividades relativo ao ano de 2013.

Antes de procedermos à sua análise, importa referir que durante o estágio e no que concerne as iniciativas do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, apresentadas nos Relatórios de Actividade elaborámos uma série de fichas de leitura. Estas foram concebidas de acordo com as sugestões e o modelo que nos foram sugeridos pela Dra. Madalena Arroja, nossa orientadora nesta instituição.

Como se pode constatar através da consulta dessas fichas (Anexos IV-VIII deste relatório de estágio), esta metodologia de abordagem dos documentos em análise, permitiu-nos identificar, desde logo, a extensão dos diferentes relatórios, os tópicos neles predominantes, assim como as actividades a eles associadas, através das palavras-chave, e, finalmente, as questões que eles suscitavam e que permitiram a análise que temos vindo a desenvolver, nomeadamente neste nosso capítulo.

Após termos apresentado a informação pormenorizada relativa aos Relatórios de Actividade no arco temporal em análise, e ainda antes de transitarmos para a análise do *Relatório de Actividades – 2013*, elaborado pelo Camões IP devemos salientar o facto de logo na *Síntese de Actividades 2012 e Relatório de Auto-avaliação QUAR 2012* se defender a continuação das linhas de actuação estratégica, no campo da cooperação anteriormente seguidas, e por nós explicitadas neste trabalho nos subcapítulos anteriores. Afirmar-se que este novo organismo deverá incrementar a cooperação em curso, enfatizando-se a reunião de sinergias decorrente da fusão entre o IPAD e o Instituto Camões. Assim, logo em 2012 o novo organismo visou: “[e]struturar e coordenar a política de difusão e promoção da Língua e da Cultura Portuguesas no estrangeiro contribuindo para a estratégia de Diplomacia Económica e consolidação da ‘Marca Portugal’.” (Camões IP, 2013b, p. 5).

Por seu turno o *Relatório de Actividades – 2013* apresenta um conjunto significativo de referências a actividades de cooperação com Timor-Leste, vinte e duas para sermos mais precisos (Camões IP, 2013b). Com efeito, 2013 foi para o Camões IP um ano de consolidação, devido à conclusão do processo de fusão entre o Instituto Camões e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Como já foi referido, este novo organismo possui autonomia administrativa, financeira e património próprio, cabendo-lhe propor e executar a política de cooperação portuguesa, coordenar as actividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política, propor e executar a política

de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico. A acção do Camões IP visa assim potenciar os interesses de Portugal no mundo, evoluir nas relações bilaterais e multilaterais e reforçar os mecanismos de planeamento e gestão.

À semelhança de anos anteriores, para que essas acções fossem possíveis, foram desenvolvidas um conjunto de actividades, como a formação de formadores e de professores de português língua segunda, em articulação com os ministérios da educação dos PALOP e de Timor-Leste ou instituições do ensino superior e a direcção de serviços da cooperação, devido a este ser o departamento do Camões IP com atribuições a este nível. Neste sentido ocorreu o apoio ao desenvolvimento de estruturas culturais dos PALOP e de Timor-Leste, através de acções de formação de agentes culturais, da cooperação entre agentes artísticos dos países da CPLP, e do apoio directo às políticas culturais locais (como, por exemplo, a formação realizada no centro cultural de Bissau).

Em 2013 ficou assegurada a gestão de quatro projectos em Moçambique e em Timor-Leste, num valor de 6,1 milhões euros (Camões IP, 2013b, p. 24). Dentro deste mesmo contexto concluiu-se o processo de negociação de quatro novos projectos, sendo dois comuns aos PALOP e a Timor-Leste, um em Timor-Leste e outro na Guiné-Bissau. Nesta área da elaboração de documentos de programação e acompanhamento das actividades da cooperação portuguesa o relatório de actividades destaca a elaboração e negociação das adendas aos Programas Indicativos de Cooperação de Angola e Timor-Leste.

Mais concretamente sobre as questões da língua, cultura e cooperação o relatório refere que o Camões IP apoiou: a realização da conferência sobre o futuro da língua portuguesa no sistema mundial; a identificação, análise e preparação de uma proposta de trabalho relativamente à harmonização de procedimentos na área de projecto, entre as direcções de serviço, facilitando a articulação entre ambas; o auxílio na adaptação de documentos e na

implementação de procedimentos, no que diz respeito à actuação da direcção de serviços de língua e cultura, em programas projectos e acções de cooperação para o desenvolvimento, realizados nos PALOP e Timor-Leste, dentro do âmbito do *Programa Língua Portuguesa, Educação e Desenvolvimento-Ensino Superior*; e a realização de módulos de formação.

Relativamente aos resultados concretos obtidos sobre o ensino do português no estrangeiro, o relatório refere o sucesso no plano da coordenação e gestão da rede ao nível da educação pré-escolar, do ensino básico, secundário e superior e do ensino extracurricular, bem como do ensino e formação no âmbito das organizações internacionais. Assinala-se que o sucesso se situa a nível de 100%, tendo então sido cumprido o resultado previsto, o qual se encontrava relacionado com uma taxa de planos de gestão e de formação das coordenações de ensino, centros de língua portuguesa e rede de Ensino Superior. (Camões IP, 2013b, p. 152)

Na sua maioria os projectos e as actividades previstas relacionadas com o ensino do português no estrangeiro tiveram uma obtenção de resultado de 100%. O único projecto que não atingiu esta percentagem, foi o do apoio à actividade de investigação e ensino das cátedras de português junto de entidades responsáveis pelo ensino superior e pelos organismos internacionais com vista à negociação de parcerias, criação de programas e execução de projectos (90%) (Camões IP, 2013b, pp. 50-52). Neste sentido pode-se concluir que a taxa de sucesso relativamente aos objectivos traçados pelo Camões IP sobre matéria do ensino do português no estrangeiro é muito positiva.

Como afirmámos no início da abordagem do *Relatório de Actividades - 2013*, são vinte e duas as referências a iniciativas de cooperação com Timor-Leste, algumas das quais fomos evocando ao longo das últimas linhas. Deste modo, destacamos apenas agora a que decorre no âmbito da formação com a UNTL e o apoio ao desenvolvimento de estruturas culturais. No primeiro caso surge a formação de formadores de português-língua segunda, em articulação com instituições de ensino superior - no caso em análise, a Universidade Nacional de Timor

Lorosa'e, onde se realizou a formação inicial de 18.020 formadores e professores em língua portuguesa-língua segunda, e 5.074 formadores e professores de língua portuguesa-língua segunda (Camões IP, 2013b, p. 11). Já no segundo caso, temos o apoio ao desenvolvimento de estruturas culturais dos PALOP e Timor-Leste, através de acções de formação de agentes culturais, da cooperação entre agentes artísticos dos países da CPLP, e do apoio directo às políticas culturais locais. Assim se evidencia o papel atribuído à língua e à cultura no âmbito da cooperação da responsabilidade do Camões – IP com Timor-Leste.

De acordo com a sugestão da nossa orientadora de estágio local, para que fosse possível termos uma perspectiva mais rigorosa da actividade de cooperação com este país, deveríamos ainda compará-la com as iniciativas que, a este nível, foram levadas a cabo com quatro PALOPS – Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Cabo Verde -, no arco temporal em análise. Nesse sentido dedicámos parte significativa do nosso trabalho de estágio no Camões IP a proceder a esse levantamento através de documentação aí existente.

Assim no que concerne a cooperação com Guiné-Bissau vários são os aspectos focalizados em termos da acção do Camões IC. As áreas contempladas debruçam-se sobre o trabalho no parlamento guineense - Assembleia Nacional Popular, o acordo cultural e cooperação internacional, a rede de ensino e investigação, os encargos com esta mesma rede, o Centro Cultural Português em Bissau, e o respectivo plano de actividades.

Pela sua relevância para a nossa análise destacamos o trabalho desenvolvido em conjunto com a Assembleia Nacional Popular em torno da formação da língua portuguesa. Esta acção terá sido condicionada pelas constantes tensões políticas que marcaram nos últimos anos o quotidiano guineense.

Mencionam-se, apesar desses constrangimentos: as aulas de língua portuguesa destinadas a deputados e funcionários; o leitorado que assegura a leccionação de cadeiras de Lexicologia/Lexicografia e de Teoria de Literatura na Escola Normal Superior Tchico-Té; o Projecto IC/Menes através do qual se garante o vencimento de onze professores que leccionam na licenciatura de ensino de Português; e atribuição de quinze bolsas a estudantes carenciados (Anexo IX deste relatório de estágio).

A acção no âmbito da rede de ensino e investigação afigura-se particularmente relevante, visto enunciar diferentes acções que se inscrevem no âmbito da actividade do Camões IP: consolidação da Língua Portuguesa através do apoio à formação e consolidação de um Departamento de Português e à formação inicial de licenciados em língua portuguesa na acima mencionada Escola Normal Superior Tchico-Té; formação de professores e outros licenciados (2011-2012), através da concepção de um curso de mestrado em língua portuguesa que, à data da elaboração do documento não havia sido ainda implementado, e de um protocolo tripartido (2009) entre o Camões IP, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o Ministério da Educação da Guiné-Bissau; formação de professores de português em exercício (ensino básico), inicialmente firmado em 2005, através do qual o Camões IP assegura a dinamização das doze Unidades de apoio pedagógico/polos de língua portuguesa; programa de formação de professores ensino básico do Instituto Nacional de Desenvolvimento Educativo, em cujas coordenação e implementação o Camões IP está envolvido.

Já no que diz respeito ao Centro Cultural Português em Bissau importa salientar as dificuldades que este Centro teve, devido às tensões políticas existentes no país durante a década de 1990, e que fizeram com que a sua actividade só se reiniciasse em 1999. A sua actividade envolveu, entre outros, os seguintes aspectos: aulas de português e de informática; apoio ao curso de Direito da Faculdade de Direito de Bissau; conferências e lançamento de livros; exposições de artistas locais; ciclos de cinema (Anexo IX deste relatório de estágio).

Outro dos países sobre o qual nos detivemos - por indicação da nossa orientadora local, foi S. Tomé e Príncipe (Anexos X e XI deste relatório de estágio). Tal análise prende-se com a importância de que se revestia a cooperação do Camões IP com este país para a contextualização da acção em Timor-Leste. Assim, a cooperação com São Tomé e Príncipe, centra-se particularmente na rede de ensino e investigação, nas escolas com *curriculum* em português apoiadas pelo Ministério da Educação e Cultura, e na actividade do Centro Cultural Português da responsabilidade do Camões IP.

No que se prende com a rede de ensino e investigação adquire relevância o apoio prestado à licenciatura e aos cursos de língua portuguesa ministrados no Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe, nomeadamente através da contratação de quatro docentes e do patrocínio a materiais didáctico-pedagógicos aos mesmos. Neste plano evidenciam-se igualmente as actividades do leitorado em 2012 e o facto de não terem sido atribuídas bolsas de estudo em 2013, à semelhança, aliás, do que vinha a suceder desde 2010.

Já na cooperação desenvolvida pelo Camões IP junto das escolas com *curriculum* de leccionação em português destaca-se a subvenção, através do pagamento do vencimento de quatro professores do Instituto Diocesano de Formação João Paulo II (IDF). No plano prospectivo menciona-se a possibilidade de uma nova Escola Portuguesa surgir em São Tomé e Príncipe a partir da transformação, nesse sentido, do IDF.

Por fim, as acções efectuadas pelo Centro Cultural Português e do seu polo em Príncipe, ambos da responsabilidade do Camões IP, centram-se na participação em efemérides, como as Comemorações do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP, e na dinamização de acções culturais, como ciclos de cinema ou *workshops* em diferentes áreas (Anexos X e XI deste relatório de estágio).

Debruçamo-nos, em seguida, sobre Moçambique (Anexos X e XII deste relatório de estágio). À semelhança do que fizemos anteriormente, restringimo-nos nesta análise aos aspectos que são relevantes para o nosso trabalho, isto é, as acções no âmbito de políticas da língua.

Deste modo, começamos por referir que os objectivos estratégicos delineados pelo Camões IP passam pela cooperação na formação de professores, de tradutores e intérpretes em regime presencial e misto (*b-learning*), e pela promoção, apresentação e circulação da produção artística através do Centro Cultural Português/Instituto Camões. São ainda detalhadamente assinalados os resultados da preparação da IX Conferência de chefes de estado e do governo da CPLP, saudando-se a realização de colóquios levados a cabo em diferentes países-membros, sendo assim de citar o colóquio sobre “Diversidade Linguística na CPLP”, pelo facto de ter tido lugar em Maputo, entre 12 e 14 de Setembro de 2011.

Por seu turno, no que envolve a rede de ensino e investigação sobressai o curso de *Mestrado de Interpretação de Conferências*, visto ser o primeiro curso de mestrado nesta área em África, resultante da cooperação entre o Camões IP, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Universidade Pedagógica do Maputo, e o curso de *Mestrado em Tradução*, igualmente resultante da cooperação entre aquelas instituições (Anexos X e XII deste relatório de estágio).

Por outro lado, os projectos em desenvolvimento implementados e a implementar pelo Camões IP neste país, assumem particular relevância pelo número e diversidade de acções a desenvolver. Entre estes apontamos o apoio à formação superior de professores de português, a criação de mais quatro centros de língua portuguesa, a formação de professores de português em regime presencial, em regime misto (*b-learning*) e por videoconferência, o desenvolvimento de parcerias para a formação de professores e ensino da língua portuguesa, a formação de uma cátedra de português língua segunda e estrangeira, o programa de

formação contínua de professores em exercício de funções, de professores de língua portuguesa dos ensinos básico/3º ciclo e secundário, ou ainda a formação inicial de professores do ensino secundário (bacharelato e/ou licenciatura em ensino da língua portuguesa (Anexo XII deste relatório de estágio).

Por último, destaca-se o dinamismo das actividades desenvolvidas pelo leitorado que envolveram as jornadas de língua portuguesa, as semanas culturais do curso de português, as oficinas da oralidade e as oficinas de escrita, as quais abarcaram várias zonas geográficas – Maputo, Beira, Nampula, Quelimane, Niasse e Gaza. Não podemos deixar igualmente de recordar a vontade de investir no apoio à docência através da atribuição de bolsas Fernão Mendes Pinto, as quais “destinam-se a licenciados ou estudantes finalistas, estrangeiros e portugueses, envolvidos em projetos de formação científica ou profissional na área de português língua estrangeira” (“Camões - Instituto da Cooperação e da Língua/Língua e Cultura/Bolsas de Estudo”, n.d., para. 7).

O último dos países africanos de expressão portuguesa sobre o qual nos debruçamos é Cabo Verde (Anexos X e XIII deste relatório de estágio). De acordo com o procedimento que temos vindo a seguir, a nossa análise restringe-se às dimensões que importam para o nosso trabalho.

A cooperação entre o Camões IP e Cabo Verde adquire particular relevância a nível da formação inicial de professores de língua portuguesa. Por outro lado, a formação contínua e a formação de formadores nesta área, haviam sido interrompidas, surgem como vertentes a retomar. Num âmbito da estratégia de intervenção política mais global, Portugal disponibiliza-se para cooperar com Cabo Verde em acções de afirmação da língua portuguesa como língua de ciência.

Igualmente de acentuar é a importância do trabalho desenvolvido pela rede Camões IP em Cabo Verde, composta pelo Centro Cultural na Praia, pólo no Mindelo, e Centro de Língua Portuguesa na Universidade de Cabo Verde, na promoção da língua e da cultura portuguesas em Cabo Verde e no fortalecimento do diálogo intercultural, o qual deverá, não só, ser mantido, como reforçado.

Ainda a nível da acção do Camões, IP – Centro Cultural Português, criado em 1995, devemos assinalar que a promoção e apoio à consolidação do uso e do ensino da língua portuguesa como língua de comunicação, de trabalho, de cultura e de ciência, passou por acções no domínio da música, teatro, exposições, conferências, sessões de leitura e actividade editorial, bem como de apoio à realização de feiras e mostras de livros. Além disso, o centro participou na divulgação de criadores portugueses e do espaço lusófono, na dinamização cultural de espaços públicos, e apoiou a formação de formadores e dinamizadores culturais numa perspectiva abrangente, tanto no plano da educação formal, como no da não formal, em organismos estatais ou da sociedade civil.

Dever-se-á referir, ainda, o projecto de abertura de uma escola portuguesa em Cabo Verde, o que vai ao encontro das aspirações da comunidade portuguesa naquele país e que tem sido objecto de apoio quer por parte da nossa missão diplomática, quer pelas autoridades locais (Anexo XIII deste relatório de estágio).

Por fim, e no que à cooperação com Timor-Leste diz respeito (Anexos X e XIV deste relatório de estágio), convém ter presente o facto de, à data da elaboração do documento de trabalho sobre este país (Anexo XIV deste relatório de estágio), o novo Programa Indicativo de Cooperação para o arco temporal 2011-2014 se encontrar em fase de negociação.

Os projectos em curso na área da educação estendem-se por diferentes domínios, nomeadamente a formação inicial e contínua de professores, a reestruturação curricular do ensino secundário geral em Timor-Leste, o apoio ao ensino superior, o qual envolve a formação em língua portuguesa e o apoio neste âmbito à UNTL, e a implementação de uma política de educação multilingue assente na língua materna.

Discriminando cada um destes domínios, observa-se que o projecto de formação inicial e contínua de professores prevê a utilização de um total de 148 docentes no terreno que desenvolverão acções, neste âmbito, tendo como objectivo a obtenção do grau de bacharel por parte de 3900 docentes, a criação de oficinas de língua portuguesa para 380 docentes do ensino técnico vocacional, a actualização de conhecimentos científicos e pedagógicos por parte de 150 professores/formadores, e de 2000 docentes do 3º ciclo e de 2000 docentes do ensino secundário (Anexo XIV deste relatório de estágio).

Por seu turno, a reestruturação curricular do ensino secundário geral em Timor-Leste tem como público-alvo 35062 alunos do ensino secundário geral e 1696 professores, e envolve a elaboração de programas para todas as disciplinas curriculares, assim como de manuais do aluno e guias do professor, tendo igualmente como objectivo o reforço do domínio da língua portuguesa. Já o apoio ao ensino superior na formação em língua portuguesa tem como público-alvo cerca de 2600 alunos dos cursos de licenciatura em Direito e em Língua Portuguesa, envolvendo 36 docentes da UNTL (Anexo XIV deste relatório de estágio).

A política de educação multilingue assente na língua materna, desenvolvida igualmente com a colaboração das Nações Unidas, tem como destinatário alunos do ensino básico. Em 2012 foi autorizado o lançamento de um projecto-piloto em 12 escolas públicas. Com efeito, para além das Nações Unidas, também outras instituições como a Unesco e Unicef, e outros países (Austrália, Brasil, Cuba e Nova Zelândia) cooperam na área da educação com Timor-Leste (Anexo XIV deste relatório de estágio).

Por fim, no que diz respeito às redes de ensino e investigação o Camões IP desenvolve a sua actividade de cooperação com Timor-Leste pondo em prática os vários protocolos em vigor, e dinamizando acções concretas com instituições com as quais estes foram celebrados como a Universidade Nacional de Timor-Leste, o Parlamento Nacional de Timor-Leste, e o Centro de Língua Portuguesa. Destaca-se ainda as bolsas de estudo atribuídas, os encargos na rede de ensino e investigação, e o apoio a escolas com currículo em português, e, por fim, a actividade do Camões, IP – Centro Cultural Português em Díli, na qual assume relevância o envolvimento na V Feira de Díli e na II Feira de Baucau (Anexo XIV deste relatório de estágio).

Ao longo deste capítulo procedemos fundamentalmente ao cotejo e descrição da actividade por nós desenvolvida durante o nosso estágio. Assim e após termos sintetizado em breves traços o percurso histórico do Camões – Instituto de Cooperação e da Língua, observámos o modo como a língua funcionou no caso deste organismo como instrumento de efectiva acção política, e como ela se constituiu enquanto vector nuclear, da cooperação, nomeadamente no âmbito da educação, com Timor-Leste. De seguida, procederemos à análise dos dados obtidos através dos enquadramentos teórico e metodológico expostos no capítulo 1.

Capítulo 3 – Para uma leitura conceptual da acção do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua em Timor-Leste (2007-2013)

Na sequência da apresentação dos conceitos expostos no capítulo 1, e da descrição da actividade de cooperação do Camões IP, centrada na política da língua e da sua acção particular em Timor-Leste, apresentada no capítulo 3, e decorrente do nosso estágio, devemos agora articular estes dois momentos do nosso relatório, de modo a podermos analisar e problematizar a acção do Camões IP em Timor-Leste no arco temporal em apreço, 2007-2013.

Nesse sentido, e tendo em conta a estruturação deste capítulo, que deve contemplar os conceitos constantes do capítulo 1, consideramos pertinente para a nossa reflexão subdividi-lo em duas partes designadas, respectivamente, traços de uma política realista na gestão de uma “comunidade de afectos” e uma política de ensino para o desenvolvimento de uma cooperação efectiva.

3.1. Traços de uma política realista na gestão de uma “comunidade de afectos”

Iniciamos este subcapítulo com uma expressão, “comunidade de afectos”, que não corresponde literalmente a um conceito abordado no capítulo 1. No entanto, ela de alguma forma assimila duas noções então mencionadas, a de “política dos afectos”, colhida em Appadurai (Appadurai, 2005, p. 144), e a de “comunidades imaginárias”, concebida por

Anderson. Consideramos que a conjugação destas noções oferece coesão à nossa análise, permitindo-nos meditar com rigor sobre a cooperação entre Portugal e Timor-Leste. Tentaremos demonstrá-lo já de seguida.

Como observámos no capítulo 1, a relação entre colonizador e colonizado passa pela construção de elos familiares que, entre outros aspectos, se projectam na nomeação de lugares nas colónias a partir da realidade das metrópoles. Anderson defende que se estabelece, assim, uma ligação subjectiva entre duas realidades à partida distintas (Anderson, 2005, p. 192) e, acima de tudo, marcadas por relações de poder – dominador/dominado. É na esteira desta elaboração teórica que Appadurai menciona a política dos afectos, a qual, na sequência da documentação cotejada no capítulo 3, se pode reconhecer na ligação entre Portugal e Timor-Leste.

Ora, essa ligação é indissociável da partilha de uma mesma língua, como veremos adiante no subcapítulo 3.2. “Uma política de ensino para o desenvolvimento de uma cooperação efectiva”. Deste modo, a língua portuguesa é elevada ao estatuto de “língua da amizade e partilha cultural” (Silva, 2005, p. 59), sendo nesse sentido convocada como espaço de afinidade entre povos historicamente ligados.

Mas essa afinidade não se confina a um discurso político concebido na esfera de acção governativa, alargando-se a iniciativas que partem da sociedade civil. Entre estas adquirem, por exemplo, particular relevância as bolsas atribuídas através do Protocolo Fundação Eça de Queiroz/Instituto Camões, destinadas “a apoiar e promover o estudo da Língua e da Cultura Portuguesas, nomeadamente na área dos Estudos Queirozianos.” (“Camões - Instituto da Cooperação e da Língua/Língua e Cultura/Bolsas de Estudo/Bolsas Atribuídas em 2011”, n. d.).

Temos, assim, presente um diálogo com profundas raízes históricas. Recorde-se que, no passado, Timor-Leste assimilou dimensões relevantes da cultura portuguesa, entre os quais a língua terá sido dos mais relevantes. Através dela, por um lado, estabelecem-se historicamente laços profundos entre dois povos, e, por outro, forja-se uma identidade, assim contribuindo para a coesão e diferenciação daquela comunidade após a invasão do território pela Indonésia. Deste modo, a língua do outrora colonizador transformar-se-ia num elemento de afirmação identitária face a um novo domínio.

O conceito de comunidade imaginária elaborado por Benedict Anderson pode ser operativo para a compreensão da especificidade desta situação. Como observámos no capítulo 1, Anderson concebe este conceito em torno da ideia de nação, apontando aqueles que considera serem os seus quatro traços estruturantes: comunidade – a nação é concebida de uma forma de igual para igual, imaginada - os seus membros não se podem conhecer todos uns aos outros, limitada - nenhuma nação engloba nem pretende englobar toda a humanidade, soberana - devido ao facto de as nações terem surgido durante o Iluminismo e de terem tido que lutar pela sua liberdade (Anderson, pp. 39-48). Ora, a partilha de uma língua e a intercessão de momentos históricos – o período colonial – levam-nos a considerar ser o conceito de comunidade imaginária aplicável ao espaço de encontro entre os países que comungam essa partilha e essa intercessão.

Embora não mencionando esse conceito, a política de cooperação levada a cabo por Portugal dá ênfase ao papel da língua enquanto elemento de coesão e de afirmação de uma identidade no âmbito de uma comunidade, a dos falantes da língua portuguesa, que se materializará institucionalmente na CPLP. Recorde-se a passagem do Programa Indicativo de Cooperação: Timor-Leste 2007-2010, onde se afirma a importância da “promoção da língua portuguesa no mundo como comunidade linguística de valor histórico e trunfo na actual era da globalização” (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P., 2008b, p. 7).

Igualmente relevante na afirmação de uma comunidade imaginária, não confinada às fronteiras nacionais, será a *Estratégia Nacional para a Educação para o Desenvolvimento (2010-2015)*, na qual se refere a “desterritorialização” da cidadania, a qual decorrerá do processo mais geral da globalização (*Diário da República*, 2009, p. 48392). Assim se introduz no discurso que dá corpo à acção e cooperação internacional por parte de Portugal, a ideia de uma cidadania assente em vínculos comunitários fluidos e não facilmente perceptíveis. Semelhante discurso político revela o impacto da reflexão e dos contributos conceptuais que emergiram no campo dos estudos pós-coloniais e de uma necessidade de afirmar uma identidade no cenário complexo de relações internacionais onde operam forças poderosas no plano político e económico, algo que reflectirá traços da teoria realista neste âmbito.

Dado relevante a reter será o facto de a cooperação atentar naquilo que Gilles Lipovetsky e Jean Serroy designaram particularismos culturais, onde se projectam as “solicitações comunitárias de diferença” (Lipovetsky & Serroy, 2010, p. 23). Recorde-se o Relatório de Actividades – 2013 do Camões IP, onde se evidencia o apoio ao desenvolvimento de estruturas culturais de Timor-Leste e às políticas culturais locais.

Estamos, com efeito, perante algo particularmente sensível, devido ao passado colonial e ao paradoxo da relação entre Portugal e Timor-Leste – potência colonizadora e língua de libertação. O *Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste no Domínio da Comunicação Social* pretende superar esse passado problemático de tensão entre colonizador e colonizado, ao recordar “os especiais laços de amizade e solidariedade que ligam os dois Estados” (*Diário da República*, 2007, p. 981), os quais deverão contribuir para a criação de sinergias no sentido de participar de uma estratégia de difusão da língua portuguesa.

É nesse sentido de assunção de uma memória e de olhar para o futuro que se delineia uma política de cooperação. O então Ministro dos Negócios Estrangeiros Diogo Freitas do Amaral

ênfatiza a importância que assume a língua e as relações de proximidade que ela permite, no contexto de relações internacionais que, embora assentes em afinidades históricas, se pretendem vocacionadas para o futuro (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006). De igual modo, a *Estratégia Nacional para a Educação para o Desenvolvimento (2010-2015)* assinala o passado colonial português, o qual é introduzido como factor de problematização (*Diário da República*, 2009, p. 48393).

Deverá ser no contexto deste assumir o colonialismo como parte integrante de um legado histórico problemático que se pode partir para o conhecimento do Outro e contribuir também para que este tenha uma percepção mais nítida da sua História. É neste sentido que podemos compreender a acção do Centro do Camões em Díli, visto ele proporcionar informação relevante em diferentes áreas do saber – da literatura à história, da sociologia ao direito, da etnologia à economia, entre outras - dos países de expressão oficial portuguesa. Num plano mais prático, o *Acordo Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste* ia já ao encontro desta perspectiva quando, ao debruçar-se sobre a cultura e língua portuguesas, afirmava a importância que assume a digitalização de acervos culturais e artísticos (*Diário da República*, 2004, p. 224).

Estamos, portanto, face ao reconhecimento da importância que assume um conhecimento cultural no sentido lato. Recordemos, contudo, que este é um conceito problemático como Edward Saïd sinalizara em *Culture and Imperialism*, onde a entendera como espaço de tensão e conflito entre discursos com interesses próprios. É neste espaço contraditório que, para este ensaísta, se deve entender a cultura, a qual será fonte de identidade (Saïd, 1993, p. xiii).

O tópico da identidade emerge, assim, como algo que importa ter presente. A reflexão sobre este tópico levada a cabo, em *The Location of Culture*, por Homi K. Bhabha, é pertinente, nomeadamente por lembrar como a identidade é algo em construção, construção essa feita a partir de uma imagem que uma determinada comunidade vai construindo de si própria

(Bhabha, 1994, p. 45). A identidade não é, portanto, um *a priori*, algo de pré-existente no espaço e no tempo. Está, deste modo, ligada a uma História, a uma narrativa que se constrói a partir de circunstâncias específicas de espaço e de tempo. No caso de Timor-Leste as circunstâncias de espaço estarão estritamente ligadas à dimensão geográfica – ao facto de este país ser parte de uma ilha, e as circunstâncias de tempo são indissociáveis do passado colonial.

Será nesta especificidade – uma ilha dividida, um passado ligado a uma potência europeia, e uma língua (o português) que distingue uma comunidade – que Timor-Leste afirma a sua autonomia. Esta afirmação vai ao encontro do argumento desenvolvido por Gilles Lipovetsky e Jean Serroy quando referem que a cultura-mundo, longe de ser a sepultura da diversidade das línguas, é, muito pelo contrário o instrumento da sua consolidação como elemento de afirmação identitária dos grupos e dos indivíduos desejosos de valorizar a sua diferença (Lipovetsky & Serroy, 2010, p. 142).

É neste contexto de afirmação identitária de um país – Timor-Leste – e de uma comunidade supranacional – a CPLP – que o então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, João Gomes Cravinho propõe uma “cooperação solidária” que encontra na língua portuguesa um instrumento de cooperação e de afirmação identitária no contexto da globalização, e ainda a presença de Portugal em *fora* supranacionais, o que, embora não explicitamente mencionado, decerto evoca, em particular, a nossa participação na CPLP (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 51). A comunidade imaginária que Anderson entendera no cenário da nação, adquire, assim, maior amplitude.

Embora não o referindo, a comunidade imaginária, nesta dimensão mais ampla, subjaz à estratégia de cooperação portuguesa, participando, aliás, de vertentes da política realista, como o chamado, *groupism*. Com efeito, Wohlforth assinala quão relevante é a “mentalidade de grupo” quer enquanto solo de afirmação nacional e consequente vector de coesão de um

estado-nação, quer enquanto estratégia integrante da política internacional (Wohlforth, 2010, p. 9).

Tendo presente esta última dimensão, importa recordar que o *Acordo Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste* assinala a relevância de um organismo que transcende dimensões nacionais – a CPLP, como instrumento fundamental na prossecução dos interesses comuns de Portugal e de Timor-Leste (*Diário da República*, 2004, p. 222).

Por seu turno, num plano nacional, constata-se a existência de uma instituição que assegura a estratégia de afirmação, no concerto das nações, de uma comunidade, que é a nossa. Referimo-nos, como é óbvio, ao Camões IP, o qual assegura, por um lado, a execução da “política de promoção externa da língua e cultura portuguesas” (*Diário da República*, 2012, p. 506), e, por outro, a coordenação dos diferentes actores, a nível de política da língua, na cena internacional – rede de leitores, rede de ensino, proposta, cooperação com outras instituições, concessão de bolsas, promoção e coordenação de políticas neste âmbito (*Diário da República*, p. 508). Importa lembrar que já em 1999 o programa do XIV governo constitucional considerava caber ao então Instituto Camões a função de coordenação “da política de promoção e de expansão da língua portuguesa no mundo, dando particular projecção a acções de apoio à utilização do português como língua de trabalho das organizações internacionais e ao ensino do português no estrangeiro.” (Governo de Portugal, 1999, p. 117)

Se, de acordo com a perspectiva política realista, descrita por Anne Marie Slaughter, o interesse nacional só pode superar a anarquia que caracteriza o sistema internacional, através da afirmação do estado e da regulação através de instituições inseridas neste plano (Slaughter, 2011, p. 2), então a língua e a cultura emergem como factores privilegiados de coesão a este nível que terá no Camões IP o seu instrumento central.

Deste modo, a perspectiva realista poderá ser reconhecida na acção do Camões IP, graças ao qual a defesa, afirmação e propagação da língua será vital para o fortalecimento da posição de Portugal a nível internacional. Este aspecto assume particular relevância num contexto à escala mundial onde o português surge com uma posição de evidente destaque – 5ª posição - entre as dez línguas com maior número de falantes.

Igualmente num plano pragmático, Portugal evidencia a preocupação de criar instrumentos que lhe permitam intervir com mais eficiência no âmbito da cooperação. Veja-se, por exemplo, o *Acordo Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste*, no qual se contempla a “criação de facilidades alfandegárias a nível de mostras artísticas, e o estímulo à digitalização de acervos culturais e artísticos (*Diário da República*, 2004, p. 224).

Poder-se-á argumentar que este é um articulado legal, não correspondendo, portanto, necessariamente, àquela que será a realidade no terreno. No entanto, quando transitamos para a acção do Camões IP em Timor-Leste, verificamos que este teve uma actividade relevante, abarcando esferas diversificadas, como, entre outras, a realização da conferência sobre o futuro da língua portuguesa no sistema mundial, o auxílio na adaptação de documentos e na implementação de procedimentos, no que diz respeito à actuação da direcção de serviços de língua e cultura, os programas projectos e acções de cooperação para o desenvolvimento, realizados em Timor-Leste, ou ainda a realização de módulos de formação.

Além destes, devemos ainda assinalar os projectos em curso na área da educação que abrangem domínios como a formação inicial e contínua de professores, a reestruturação curricular do ensino secundário geral em Timor-Leste, o apoio ao ensino superior - envolvendo

a formação em língua portuguesa e o apoio neste âmbito à UNTL, e a implementação de uma política de educação multilingue, para alunos do ensino básico, assente na língua materna, em colaboração com as Nações Unidas.

Como tivemos oportunidade de observar no capítulo anterior, a política de educação multilingue, assente na língua materna, será consolidada através do lançamento, em 2012, de um projecto-piloto em 12 escolas públicas. Sendo este um tópico que, pela sua amplitude, merece uma análise autónoma que escapa ao objecto deste relatório, limitamo-nos a acentuar o facto de o multilinguismo respeitar identidades locais, naquela que será o ecossistema linguístico de Timor-Leste (Albuquerque, 2010, p. 2).

3.2. Uma política de ensino para o desenvolvimento de uma cooperação efectiva

A existência de inúmeros microcosmos, espalhados pelo território timorense e assentes na diversidade étnica e linguística, leva-nos a reconhecer a relevância que pode assumir o conceito de subalternidade proposto por Gayatri Chakravorty Spivak (Spivak, 1988, p. 24). Embora identificado a partir do caso indiano, este conceito sinaliza aspectos a reter para a nossa reflexão: as comunidades étnicas minoritárias que, além disso, se encontram longe dos centros de decisão, a questão do género, a pobreza.

Ora, será, exactamente, no âmbito de uma superação da subalternidade que o *Programa Indicativo da Cooperação Portugal: Timor-Leste 2007-2010* abordava a questão do género, inscrevendo-a na estratégia de cooperação entre Portugal e Timor-Leste. Com efeito, assinala-se aqui o facto de a educação funcionar como um instrumento de combate às disparidades de género, nomeadamente naquela que seria a intervenção no âmbito da diminuição da iliteracia feminina.

Ainda no mesmo cenário da subalternidade emerge, com particular relevância, o conceito de Educação para o Desenvolvimento, exposto na *Estratégia Nacional para a Educação para o Desenvolvimento (2010-2015)*. Recorde-se o alcance deste conceito, nomeadamente no repensar “a educação *no seu todo* viu-se confrontada com a opção entre assumir -se como veículo perpetuador de desigualdades em escala mundial ou como instrumento de combate a essas desigualdades” (*Diário da República*, 2009, p. 48395). Semelhante perspectiva surge, aliás, na sequência do documento *A Cooperação Portuguesa 2005-2010* onde se associava o desenvolvimento sustentável e redução da pobreza a uma política educativa que passaria pela consolidação da língua portuguesa nos vários graus de ensino.

Mas, como temos vindo a observar, a língua portuguesa não é apenas um instrumento daquela que será a uma estratégia de afirmação portuguesa no contexto internacional. Recordemos que o terceiro ponto enunciado nos objectivos da CPLP, coincide com um objectivo central do Camões IP: a promoção e a difusão da língua portuguesa. Ora, esta é uma dimensão que se enquadra, numa perspectiva realista, em particular naquilo que Jack Donnely considera um espaço de afirmação positiva do governo na cena internacional (Donnely, 2010, p. 7).

Com efeito, a análise, por nós feita no capítulo 3, onde discriminámos as iniciativas levadas a cabo em Timor-Leste, evidencia não só a profunda interligação entre a difusão da língua portuguesa e o papel, a este nível, do Camões IP, como a importância que ela assume para a coesão nacional e para a construção de uma identidade, questão à qual regressaremos, mais detalhadamente, no final deste subcapítulo.

Parece confirmar-se, assim, a pertinência das palavras do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral, quando considerava a CPLP, “um espaço de

concertação privilegiado ... sendo a língua portuguesa um veículo para a paz e para a democracia” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 4).

A utilização da língua portuguesa como elo de aproximação e ligação entre os povos de uma determinada comunidade, a dos povos da CPLP, não deve, todavia, ser entendida no âmbito de uma subjectividade afectiva, decorrente de laços históricos comuns, por muito relevante ela seja. Com efeito, existe uma dimensão mais funcional que não deverá ser ignorada. Temos em mente o conceito de Gramática Universal, elaborado por Noam Chomsky.

Como referimos no capítulo 1, a compreensão a nível da comunicação é facilitada, mesmo em línguas diferentes, devido ao facto de haver características inatas. Ora, no caso de culturas que partilham a mesma língua, como Portugal e Timor-Leste, a interacção e a consequente compreensão de cada cultura será mais fácil. Deste modo, apesar de aquelas serem duas culturas distintas, situadas em espaços geográficos distantes entre si, tal não impede que existam laços de afectividade entre elas; laços esses que serão, exactamente, reforçados por essa língua comum. Sendo esta capacidade inata, as crianças têm, desde cedo, a capacidade de aprender, mesmo em situações em que a linguagem se manifesta tardiamente, como refere Hilary Putnam (Putnam, 1967, p. 15).

Com efeito, quando observámos as acções levadas a cabo pelo Camões IP, tivemos oportunidade de constatar a importância que assumia a cooperação a nível do ensino básico. As crianças emergem, deste modo, como sementes de uma futura aproximação não só entre os dois povos – portugueses e timorenses, mas também entre os timorenses e os povos dos restantes países da CPLP.

Como constatámos no subcapítulo anterior, o realismo tem como um dos seus vectores estruturantes a noção de grupo. Ora, a teoria de Gramática Universal corporiza este aspecto

na medida em que concebe “um grupo amplo”, ao considerar que existe uma característica-base no ser humano ao nível da aprendizagem da língua. E é neste âmbito que deve ser compreendida a acção do Camões IP. Afinal, como referido em *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*: “A cooperação, em particular através do apoio à educação básica e à alfabetização nos países parceiros, consubstancia-se como um instrumento imprescindível para a promoção da nossa língua” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 51).

Recorde-se que, na mesma linha, se situa o documento *A Cooperação Portuguesa 2005-2010*, onde se salienta a referência aos PALOP e a Timor-Leste como parceiros naturais de Portugal. Tal assunção decorre, desde logo, da existência de uma língua comum a nível da comunicação entre estes estados.

Retomemos, então, o tópico do ensino da língua, nele inscrevendo a cooperação delineada por Portugal. Antes de o fazermos, devemos recordar que, segundo Benedict Anderson, a língua é um instrumento poderoso para estabelecer um diálogo com o passado sem que isso implique uma data de nascimento, um marco definido do tempo, assim sugerindo uma comunidade entre a sociedade contemporânea e aquelas que a precederam; algo que ele identifica explicitamente através do exemplo português (Anderson, 2006, p. 75). Estamos, portanto, no domínio conceptual da comunidade imaginária. Ora, como, por seu turno, refere Arjun Appadurai, este domínio conceptual deve ser entendido através do papel que a imaginação assume hoje em dia na construção dos vínculos que cimentam as comunidades (Appadurai, 2005, p. 31).

Quando o programa do governo do XIV governo constitucional referia que “a história recente nos entregou mais uma missão: participar na construção de um novo país em Timor-Leste, do modo que os timorenses desejarem” (Governo de Portugal, 1999, p. 4), ele colocava no centro do discurso a palavra *construção*. Construção é, afinal, uma ideia central no pensamento de autores como Bhabha, em *The Location of Culture*, Anderson, em *Imagined Communities*:

Reflections on the Origin and Spread of Nationalism, ou Saïd, em *Culture and Imperialism*. Através dela se evidencia um pensamento dinâmico e uma percepção, em constante mudança, face à sociedade em que vivemos.

Adquire, assim, relevância particular as acções que, ao promoverem a educação, ajudam os membros da comunidade a compreender melhor o espaço que é o seu. Daí a importância que assume a vertente educativa, em particular, no que concerne o ensino da língua, entre as actividades levadas a cabo pelo Camões IP.

Detectámos essa relevância em vários PALOP na investigação realizada durante o nosso estágio. Lembramos que, na cooperação com Guiné-Bissau, materializada através do Camões IP, destaca-se a rede de ensino e investigação, os encargos com esta mesma rede, e a actividade do Centro Cultural Português em Bissau.

No que diz respeito à cooperação com São Tomé e Príncipe, deve-se acentuar o facto de esta se centrar, em particular, na rede de ensino e investigação, nas escolas com *curriculum* em português apoiadas pelo Ministério da Educação e Cultura, e na actividade do Centro Cultural Português da responsabilidade do Camões IP. Recordemos ainda o facto de as acções levadas a cabo por este Centro e pelo seu polo em Príncipe, ambos da responsabilidade do Camões IP, se centrarem na participação em efemérides, como as Comemorações do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP, através das quais se evoca uma memória, importantes para a compreensão de uma narrativa sobre o passado, e na dinamização de acções culturais, como ciclos de cinema ou *workshops* em diferentes áreas, importantes para uma evolução cultural no presente.

No que tem a ver com o caso de Moçambique, constatámos o destaque que assume a formação de professores de língua portuguesa, de tradutores e intérpretes em regime

presencial e misto (*b-learning*), e a promoção da produção artística através do Centro Cultural Português/Instituto Camões.

Por seu turno, como observámos no capítulo anterior, a cooperação entre o Camões IP e Cabo Verde adquire particular relevância a nível da formação inicial de professores de língua portuguesa, devendo ser igualmente de assinalar o facto de se prever retomar a formação contínua e a formação de formadores nesta área. De igual modo será importante a concepção de uma estratégia de intervenção política internacional conjunta com o objectivo de afirmar a língua portuguesa como língua de ciência.

Por outro lado, é ainda de destacar o trabalho desenvolvido pela rede Camões IP em Cabo Verde, a nível da promoção da língua e da cultura portuguesas, por nós discriminadas no capítulo anterior, e no fortalecimento do diálogo intercultural, não sendo de ignorar o projecto de abertura de uma escola portuguesa em Cabo Verde, o que consubstancia as aspirações da comunidade portuguesa naquele país e que tem sido objecto de apoio quer por parte da nossa missão diplomática, quer pelas autoridades locais.

Tendo vindo nós a enunciar actividades do Camões IP em Timor-Leste a nível do ensino da língua portuguesa, importa sintetizar as seguintes vertentes: os projectos de formação de professores de língua portuguesa; a formação de formadores e de professores de português língua segunda, em articulação com o Ministério da Educação de Timor-Leste; a reestruturação curricular do ensino secundário geral, tendo como público-alvo 35062 alunos do ensino secundário geral e 1696 professores, e envolvendo a elaboração de programas para todas as disciplinas curriculares, assim como de manuais do aluno e guias do professor, tendo como objectivo afinal o reforço do domínio da língua portuguesa; a formação em língua portuguesa aos funcionários da Administração pública, forças armadas (exército e marinha), Parlamento Nacional e Universidade Nacional de Timor-Leste; o ensino obrigatório da língua portuguesa nos cursos ainda leccionados em língua indonésia; e, ainda, a formação a nível da

língua portuguesa, junto da comunicação social, no alargamento e reforço da capacidade de transmissão de rádio e televisão em Timor-Leste e, por consequência, de conteúdos em Português.

Devemos, aliás, recordar que, na sua maioria, os projectos e as actividades previstas relacionadas com o ensino do português no estrangeiro tiveram uma obtenção de resultado de 100%, como assinala o *Relatório de Actividades – 2013*.

Tanto as actividades passadas, acima expostas, como aquelas que estão previstas para o futuro, por parte do Camões IP, evidenciam o facto de estarmos perante uma concepção política que assume todos os seus actores como participantes de uma “comunidade de afectos”. Esta concepção tem sido gerida, como temos vindo a demonstrar, através de uma política realista que continua a ser o esteio da cooperação entre o Camões IP e Timor-Leste, na qual a política de ensino desempenha uma função nuclear no seu desenvolvimento.

Conclusão

Tendo chegado a este momento do nosso trabalho, devemos destacar o facto de a nossa pergunta de partida - como é que o ensino da língua portuguesa tem sido um instrumento de aprofundamento das relações entre Portugal e Timor-Leste? – nos ter possibilitado traçar um percurso de investigação que nos levou a concluir pela importância que a língua portuguesa assume no âmbito da cooperação entre estes dois países. Como constatámos através da nossa investigação, ela tem sido um dos instrumentos nucleares para o sucesso da estratégia de cooperação materializada na acção do Camões IP.

Ao delinear o nosso percurso metodológico subscrevemos a pertinência que deveria ter a familiaridade com o nosso objecto de estudo e a forma como os recursos se conjugavam para o delinear da nossa investigação, como defendem Hermano Carmo e Manuela Malheiro (Carmo & Ferreira, 2008, pp. 47-48).

A escolha de Timor-Leste permitir-nos-ia observar de que forma a língua portuguesa é assumida como instrumento de acção política e de afirmação identitária no contexto da globalização. De modo a operacionalizar a nossa investigação, delimitámos no tempo (2007-2013, data do início do Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Timor, e o presente) e no espaço (o Camões IP) o nosso objecto de estudo e o consequente trabalho de estágio.

A investigação e a respectiva descrição dos factos coligidos sobre a temática investigada durante o nosso estágio, evidenciam um percurso metodológico qualitativo que será relevante no âmbito das Relações Internacionais, visto permitir analisar pormenorizadamente uma determinada estratégia política.

A vertente descritiva e histórica do capítulo 2, no qual detalhámos o trabalho levado a cabo durante o estágio, permitiu-nos ter uma percepção nítida da actividade de cooperação, tendo como eixo estruturante a política da língua, levada a cabo, recentemente, pelo estado português com Timor-Leste, na qual tem assumido uma função privilegiada o Camões IP. A vertente histórica, ao observarmos a acção dos organismos que o antecederam, como o IPAD, permitiu-nos ter uma noção clara do modo como aquela estratégia evoluiu no tempo. Assumiram, portanto, particular relevância os dados compilados, durante o estágio no Camões IP, em fontes diversificadas - relatórios, legislação, periódicos e outras.

Como tivemos oportunidade de constatar no capítulo 2, desde finais do século passado que as estratégias de cooperação entre Portugal e os países de expressão oficial portuguesa, estão associadas à promoção de políticas de língua, as quais foram prefiguradas no programa do XIII Governo Constitucional e materializadas no do XIV. Ao então Instituto Camões era atribuída uma função privilegiada a este nível, quer enquanto difusor da língua e da cultura portuguesas, quer enquanto executor de projectos de intercâmbio entre povos com identidades distintas mas que possuíam vínculos entre si – Histórias que, em determinados momentos, se cruzavam, e uma língua que partilhavam.

Pudemos assim constatar que, apesar de não ser explicitamente formulada, a noção de uma comunidade imaginária, assente na língua portuguesa e materializada institucionalmente na CPLP, à qual estatutariamente compete concretizar projectos de promoção e difusão da língua portuguesa, percorre a estratégia de cooperação levada a cabo por Portugal.

Com efeito, já em 2004 o *Acordo Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste*, assinalava a importância da CPLP enquanto instrumento de cooperação específica entre Portugal e Timor-Leste. Reiterando, dois anos mais tarde, esta perspectiva, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral, consideraria prioritária a presença portuguesa no seio daquela instituição. No entanto, importa recordar que, ainda em 2005, a acção concreta de Portugal em Timor seria evocada num documento elaborado pelo IPAD - *Estratégia da cooperação portuguesa para a educação*, onde se menciona o *Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa* neste país.

A ideia de uma “cooperação solidária,” mencionada por João Gomes Cravinho, denuncia, afinal, a relevância da língua portuguesa como espaço de cooperação e de afirmação identitária no contexto da globalização. Assim se pode proceder àquela afirmação identitária que Gilles Lipovetsky e Jean Serroy consideram ser possível no contexto de uma cultura-mundo (Lipovetsky & Serroy, 2010, pp. 229-236). Essa afirmação será possível através da assunção estratégica da língua como instrumento de acção e cooperação políticas num cenário global. Com efeito, esta dimensão espelha-se noutros espaços de cooperação como se pode constatar no preâmbulo do *Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste no Domínio da Comunicação Social*.

Ora, ao restringirmos o nosso foco à acção do Camões IP em Timor-Leste, entre 2007 e 2013, e ao observarmos as iniciativas aqui levadas a cabo no âmbito do ensino da língua, tivemos uma percepção mais clara dessa estratégia e, consequentemente, desvendámos traços de uma política realista de cooperação que se desenvolvia no tempo. Os Planos Indicativos de Cooperação devem ser lembrados enquanto instrumentos privilegiados tanto de enunciação de um discurso como de uma prática no plano de cooperação.

No âmbito da acção concreta recordamos, por exemplo, que o Centro Cultural Português em Díli vinha a funcionar como instrumento de apoio a acções práticas – exposições, seminários, conferências, *workshops* - no plano da cultura que permitiam criar pontos de contacto entre timorenses e artistas portugueses. Igualmente num plano prático é mencionado no *Programa Indicativo da Cooperação Portugal: Timor-Leste 2007-2010* a importância de que se revestira a Plataforma Política Educacional a médio prazo (2004-2008), onde se reafirmara a necessidade de acelerar a reintrodução efectiva do português e do tétum em todas as escolas de Timor-Leste.

Como igualmente observámos, semelhante dimensão pragmática e realista é acompanhada de uma reavaliação teórica das relações estratégicas no âmbito das Relações Internacionais. Referimo-nos ao documento de 2006⁹, designado *Estratégia Nacional para a Educação para o Desenvolvimento (2010-2015)*, onde o próprio conceito de cooperação surge como uma das vertentes da Educação para o Desenvolvimento, e onde se introduz no corpo legal uma diferente percepção do mundo, na qual emerge uma nova conceptualização do espaço, entendido este numa esfera global.

Como referimos, este documento sinaliza a evolução histórica de uma abordagem do relacionamento político entre diferentes actores onde a cidadania adquire um papel relevante. Recorde-se que o próprio conceito de cidadania é objecto de reavaliação, emergindo agora assente em vínculos comunitários fluidos e não facilmente perceptíveis, e inserido num cenário de interacções políticas geoestratégicas (*Diário da República*, 2009, p. 48392). Esta assunção teórica decorre das leituras conceptuais problematizadas no campo dos estudos pós-coloniais, e de uma teoria realista desenvolvida na área das Relações Internacionais, como apontámos no capítulo 1.

Instrumentos teóricos fornecidos pelos estudos pós-coloniais, nomeadamente o conceito de subalternidade, foram interiorizados e plasmados na estratégia política definida para a cooperação portuguesa, nomeadamente quando se assume e se pratica uma educação para

o desenvolvimento, como observámos no capítulo anterior. Aliás, este princípio é evidenciado nos programas de cooperação levados a cabo pelo Camões IP, junto dos PALOP, e, em particular, em Timor-Leste, como igualmente demonstrámos na nossa análise.

Por outro lado, como evidenciámos no capítulo 3, há vários traços da perspectiva realista, como o pragmatismo e a lucidez (Garnett, 1984, p. 117), que caracterizam a estratégia de cooperação portuguesa. Embora Portugal seja um país com recursos limitados, tem sabido utilizar a língua como um instrumento de intervenção política e de aproximação entre estados. Esta dimensão foi por nós comprovada através dos dados coligidos na nossa investigação e expostos, em particular, no capítulo 2. Outro conceito ligado à perspectiva realista, o chamado *groupism*, assume igualmente relevância a este nível, embora não no sentido em que Wohlforth o concebia como instrumento de coesão de um estado-nação (Wohlforth, 2010, p. 9), mas sim como algo que concorre para o fortalecimento de laços que transcendem a comunidade do estado e se constituem como uma comunidade imaginária (Anderson, 1991, pp. 5-7), como uma comunidade de afectos, aquela que é constituída pelos membros da CPLP.

É num contexto mais geral de mudança e de reavaliação do papel assumido por Portugal e da língua portuguesa, em particular, por nós descritos, que irá caber a um novo organismo, o Camões IP, promover, no domínio externo, a língua e cultura portuguesas. De que forma ele tem respondido ao que lhe era exigido, é o que, neste momento, circunscrevendo-nos à acção do Camões IP em Timor-Leste, e na sequência da nossa pergunta formulada inicialmente, demonstramos.

Quando observámos o *Relatório de Atividades – 2013*, constatámos a relevância que assumiram um conjunto de actividades relacionadas com o ensino e promoção da língua portuguesa levadas a cabo em Timor-Leste. Destacamos, a este nível, como o apoio à formação inicial e à formação contínua de professores, e ainda de formadores e de professores de português língua segunda, em articulação com o ministério da educação de Timor-Leste; o apoio ao desenvolvimento de uma política de educação multilingue assente na

língua materna; o apoio à reestruturação curricular do ensino secundário geral neste país; as bolsas de estudo atribuídas a jovens timorenses; os encargos na rede de ensino e investigação; o apoio a escolas com currículo em português; a actividade do Camões IP levada a cabo pelo Centro Cultural Português em Díli; assim como o apoio ao desenvolvimento de estruturas culturais, através de acções de formação de agentes culturais, da cooperação entre agentes artísticos locais, e do apoio directo às políticas culturais ali realizadas, através das quais se fomenta a afirmação de uma identidade assente nas tradições próprias daquele povo.

Importa recordar que estas vertentes participam de uma política de cooperação mais geral levada a cabo pelo Camões IP, tendo como eixo estruturante a defesa e promoção da língua portuguesa, nomeadamente junto dos PALOP. Lembramos igualmente que, na sua maioria, os projectos e as actividades previstas relacionadas com o ensino do português no estrangeiro tiveram uma obtenção de resultado de 100%, como evidenciámos através dos dados fornecidos pelo Camões IP no seu *Relatório de Actividades 2013* (Camões IP, 2013b, p. 152).

Ainda no que à cooperação com Timor-Leste diz respeito, convém ter presente o facto de, à data da elaboração do documento de trabalho sobre este país (Anexo XIV deste relatório de estágio), o novo Programa Indicativo de Cooperação para o arco temporal 2011-2014 se encontrar em fase de negociação. Através deste Programa continua a preservar-se uma “comunidade de afectos”, na qual a língua portuguesa é elevada ao estatuto de “língua da amizade e partilha cultural”. Por seu turno, o conceito de gramática universal, desenvolvido por Chomsky, ao afirmar a existência de uma estrutura que permitiria a aproximação de falantes de diferentes origens, assume particular relevância. Para além de uma estrutura que será idêntica numa diversidade linguística, no caso da interacção entre os povos que têm na língua portuguesa o mesmo instrumento de comunicação, existe ainda a partilha de afinidades semânticas, independentemente das especificidades culturais em causa. Assim se viabiliza e intensifica o diálogo entre povos situados em espaços geográficos distantes.

Deste modo, uma estratégia de cooperação que assenta no aprofundamento desta dimensão, como constatámos que tem vindo a acontecer através das iniciativas do Camões IP em Timor-Leste revela a sua eficácia. Conclui-se assim que a política de cooperação levada a cabo por Portugal, através do Camões IP, dá ênfase ao papel da língua enquanto elemento de coesão e de afirmação de uma identidade no âmbito de uma comunidade, a dos falantes da língua portuguesa, que se materializará institucionalmente na CPLP. Por outro lado, reconhece-se a presença da perspectiva realista na acção do Camões IP, graças ao qual a defesa, afirmação e propagação da língua será vital para o fortalecimento da posição de Portugal a nível internacional.

Bibliografia

Aguar e Silva, V. M. (2004). Contributos para uma política da Língua Portuguesa, in AAVV, *Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 25-35.

Albuquerque, D. B. (2010). As línguas de Timor Leste: perspectivas e prospectivas, retirado de http://www.academia.edu/2121388/As_linguas_de_Timor_Leste_perspectivas_e_prospectivas, consultado em 14-04-2013.

Anderson, B. (1991). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London: Verso/New Left Books.

Appadurai, A. (2005). *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*, Vol. 1, Minneapolis and London: Public Worlds.

Barkin, S. (2008). 'Qualitative' Methods? in Klotz, A. & Prakash D. (Eds.). *Qualitative Methods in International Relations – A Pluralist Guide*, Houndmills: Palgrave Macmillan, 211-220.

Bartlovitch, C. (2005). Global Capital and Transnationalism, in Schwarz, H. & Ray, S. (Eds.). *A Companion to Postcolonial Studies*, Carlton: Blackwell Publishing, 126-161.

Bhabha, H. (1994). *The Location of Culture*, London: Routledge.

Bradford, R. (1997). *Stylistics*, London: Routledge.

Bryman, A. (2012). *Social Research Methods*, Oxford: Oxford University Press.

Buzan, B. (1996). The Timeless Wisdom of Realism? in Smith, S., Booth K. and Zalewski, M. (eds.), *International Theory: Positivism and Beyond*, Cambridge: Cambridge University Press, 47-65.

Camões IP (n.d.). Camões – Instituto da Cooperação e da Língua/Quem Somos, retirado de <http://www.instituto-camoes.pt/quem-somos/root/sobre-nos/quem-somos/missao-do-camoes>, consultado em 15-01-2013.

Camões IP (n.d.). Camões - Instituto da Cooperação e da Língua/Quem Somos/Sobre Nós/Histórico do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, retirado de <http://www.instituto-camoes.pt/historia-do-ic>, consultado em 13-01-2013.

Camões IP (n.d.). Programa Indicativo da Cooperação Portugal/Timor-Leste 2007-2010, retirado de http://cdn.rede-camoes.com/images/cooperacao/pic_timor_07_10.pdf, consultado em 17-05-2013.

Camões IP (n.d.). Camões - Instituto da Cooperação e da Língua/Língua e Cultura/Centros Culturais/Camões - Timor-Leste/Centro Cultural Português em Díli, retirado de <http://www.instituto-camoes.pt/centros-culturais/ccp-dili>, consultado em 22-05-2013.

Camões IP (n.d.). Camões - Instituto da Cooperação e da Língua/Língua e Cultura/Bolsas de Estudo, retirado de <http://www.instituto-camoes.pt/anos-anteriores/root/lingua-e-ensino/bolsas-estudo/bolsas-anos-anteriores>, consultado em 22-05-2013.

Camões IP (n.d.). Camões - Instituto da Cooperação e da Língua/Cooperação/Cooperação em números – Timor-Leste, retirado de <http://www.instituto-camoes.pt/timor-leste/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/timor-leste>, consultado em 20-05-2013.

Camões IP (n.d.). Camões-Instituto da Cooperação e da Língua/Cooperação/ Cooperação Multilateral, retirado de <http://www.instituto-camoes.pt/cooperacao-multilateral/cplp>, consultado em 17-05-2013.

Camões IP (2006). Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa, retirado de http://www.plataformaongd.pt/conteudos/Documentos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Uma_Visao_Estrategica_CooperacaoPortuguesa.pdf, consultado em 10-04-2013.

Camões IP (2013a), *Síntese de Actividades 2012 e Relatório de Auto-Avaliação QUAR 2012*, retirado de <http://www.instituto-camoes.pt/planos-e-relatorios-de-atividades/planos-e-relatorios-de-atividades>, consultado em 20-09-2013.

Camões IP (2013b), *Relatório de Actividades 2013*, retirado de <http://www.instituto-camoes.pt/planos-e-relatorios-de-atividades/planos-e-relatorios-de-atividades>, consultado em 20-10-2013.

Camões IP, Gabinete de Avaliação e Auditoria (2013a). Documento de Trabalho nº1/13 – Avaliação do Impacto: Breve Introdução, retirado de <http://www.instituto-camoes.pt/documentacao-ipad/root/centro-recursos/documentacao-ipad>, consultado em 02-10-2013.

Camões IP, Gabinete de Avaliação e Auditoria (2013b), Documento de Trabalho nº2/13 – Da eficácia da ajuda à eficácia do desenvolvimento: contributo para uma leitura, retirado de <http://www.instituto-camoes.pt/documentacao-ipad/root/centro-recursos/documentacao-ipad>, consultado em 03-10-2013.

Carmo, H. & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da Investigação - Guia para Auto-Aprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta.

Cavelty, M. D. & Mauer, V. (Eds.). *The Routledge Handbook of Security Studies*, New York: Routledge.

Chomsky, N. (1975). *Reflexões Sobre a Linguagem*, Lisboa: Edições 70.

Cook, V. (2001). *Chomsky's Universal Grammar: An Introduction*. Oxford: Blackwell Publishers.

Cox, Robert W. (1981). Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory in Millenium 10(2), 126-1555

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (n.d.). CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/Organização/Objectivos, retirado de <http://www.cplp.org/id-46.aspx>, consultado em 20-01-2013.

Crystal, D. (2003). *English as a Global Language*, Cambridge: Cambridge University Press.

Donnelly, J. (2000). *Realism and International Relations*, Cambridge: Cambridge University Press.

Ethnologue – Languages of the World (n.d.). Statistical Summaries, retirado de <http://www.ethnologue.com/statistics/size>, consultado em 20-02-2013.

Frankenberg-Garcia, A. & Pina, M. F. (1997). Portuguese – English Crosslinguistical Influence, in AAVV. *Actas do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos*, Instituto Politécnico da Guarda, vol. 1, 69-78.

Garnett, J. C. (1984). *Commonsense and the Theory of International Politics*, London: MacMillan.

Gilpin, R. (1986). The Richness of the Tradition of Political Realism, in Keohane, R. (Ed.), *Neorealism and its Critics*, New York: Columbia University Press, 301-321.

Governo de Portugal (1999). Programa do XIV governo constitucional, retirado de <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais.aspx>, consultado em 19-01-2013.

Green, M. (2002). Gramsci Cannot Speak: Presentations and Interpretations of Gramsci's Concept of the Subaltern, in *Rethinking Marxism*, vol. 14, 3 (Fall 2002), 1-24.

Holsti, O. R. (1989). Models of International Relations and Foreign Policy, in *Diplomatic History*, January, 1, 15-44.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014). IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Estimativas de População, retirado de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/estimativa_dou.shtm, consultado em 04-09-2014.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2008a), *Estratégia da cooperação portuguesa para a educação*, retirado de http://ns1.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=388&Itemid=321, consultado em 22-03-2014.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2008b), *Programa Indicativo da Cooperação Portugal: Timor-Leste (2007-2010)*, retirado de <http://www.instituto-camoes.pt/timor-leste/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/timor-leste>, consultado em 18-03-2014.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2011a). *A Cooperação Portuguesa 2005-2010* – IPAD, retirado de <http://ns1.ipad.mne.gov.pt>, consultado em 08-03-2014.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2011b). *Plano de Actividades IPAD 2011*, retirado de http://www.institutocamoes.pt/phocadownload/planos_relatorios/plano_ipad11.pdf, consultado em 20-05-2014.

Isaac, J. (2014). Dreams of Bernard Williams, *The Times Literary Supplement*, May 16, 5798, 3-5.

Johansson, S. (1991). Universal grammar and the innateness hypothesis, retirado de <http://hem.hj.se/~lsj/ug/ug.pdf>, consultado em 12-01-2014.

Kaufman, R. (n.d.). Morgenthau's Unrealistic Realism, in *Yale Journal of International Affairs*, Winter-Spring 2006, 24-30.

Klotz, A. & Prakash D. (Eds.) (2008). *Qualitative Methods in International Relations – A Pluralist Guide*, Houndmills: Palgrave.

Klotz, A. (2008). Case Selection, in Klotz, A. & Prakash D. (Eds.) (2008). *Qualitative Methods in International Relations – A Pluralist Guide*, Houndmills: Palgrave, 43-58.

Lieber, K. A. (Ed.) (2009), *War, Peace, and International Political Realism*, Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press.

Lipovetsky, G. & Serroy J. (2008). *A Cultura-Mundo, Resposta a uma Sociedade Desorientada*, Lisboa: Edições 70.

Livesey, C. & Lawson, T. (n.d.). Unit 1: Culture and Identity, in Livesey, C. & Lawson, T. (Eds.) *AS Sociology For AQA*, n.p. : Sociology Central / OnlineClassroom.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2006). *Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa*, retirado de http://www.plataformaongd.pt/conteudos/Documentos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Uma_Visao_Estrategica_CooperacaoPortuguesa.pdf, consultado em 19-04-2013.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2010). A cooperação Portuguesa 2005-2010, <http://ns1.ipad.mne.gov.pt/images/stories/noticias/CP-Relatorio2005-2010.pdf>, consultado em 20-04-2013.

Moore-Gilbert, B. (2005). Spivak and Bhabha, in Schwarz, H. & Ray, S. (Eds.) *A Companion of Postcolonial Studies*, Carlton: Blackwell, 451-466.

Morgenthau, H. (2005). *Politics Among Nations – The Struggle for Power and Peace*, McGrawHill Higher Education, retirado de <http://www3.nd.edu/~cpence/eewt/Morgenthau2005.pdf>, consultado em 09-09-2013.

Observatório da Língua Portuguesa (2013). Dados Estatísticos/As línguas mais faladas, retirado de <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/as-linguas-mais-faladas/10-linguas-mais-faladas-no-mundo> 04-09 2014, consultado em 12-02-2013.

Observatório da Língua Portuguesa (2010). Dados Estatísticos/Falantes de Português, retirado de <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/falantes-de-portugues-literacia>, consultado em 09-04-2013.

Ostler, N. (2010). *The Last Lingua Franca: English Until the Return of Babel*, New York: Walker & Company.

Oxford English Dictionary Online (n. d.). retirado de <http://ukcatalogue.oup.com/product/9780198605553.do>, consultado em 14-04-2013.

Perini, M. A. (2010). Sobre a Língua, Linguagem e Linguística: Uma entrevista com Mário A. Perini, in *ReVEL*, vol. 8, 14, 1-121.

Prakash, G. (Ed.) (1995). *After Colonialism – Imperial Histories and Postcolonial Displacements*, Princeton: Princeton University Press.

Putnam, H. (1967). The 'Innateness Hypothesis' and Exploratory Models in Linguistics, in *Synthese*, 17, 12-22.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.

Robalo, M. J. (2011). A avaliação Programa/País: Contributo para debate interno, retirado de <http://instituto-camoes.pt/documentacao-ipad>, consultado em 28-03-2013.

Saïd, E. W. (1993). *Culture and Imperialism*, New York: Vintage Books.

Saïd, E. W. (1979). *Orientalism*, New York: Vintage Books.

Schwarz, H. & Ray, S. (2005). *A Companion of Postcolonial Studies*, Carlton: Blackwell Publishing.

Silva, M. (2005). *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo: Hipótese de Modelo Estratégico* (tese de Doutoramento), Lisboa: Universidade Aberta.

Slaughter, A. M. (2011). International Relations, Principal Theories, retirado de https://www.princeton.edu/~slaughtr/Articles/722_IntlRelPrincipalTheories_Slaughter_20110509zG.pdf, consultado em 13-10-2013.

Spivak, G. C. (1988). Can the Subaltern Speak? in Nelson G. & Grossberg L. (Eds.) *Marxism and the Interpretation of Culture*, London: Macmillan, 24-28.

Stanford Encyclopedia of Philosophy (.n. d.). Political Realism in International Relations, retirado de <http://plato.stanford.edu/entries/realism-intl-relations/>, consultado em 12-05-2014.

Stock, M. J. (2003). Contributos para a definição de uma estratégia para a Língua Portuguesa no espaço da CPLP, Lisboa: edição policopiada.

UNESCO (2009). UNESCO World Report - Investing in Cultural Diversity and Intercultural Dialogue, retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755e.pdf>, consultado em 07-05-2013.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs – A Population, Estimates and Projections, Section (2012). World Population Prospects: The 2012 revision, retirado de http://esa.un.org/unpd/wpp/unpp/panel_population.htm, consultado em 08-02-2013.

Waltz, K. (1979). *Theory of International Relations*, New York: McGraw Hill.

Wohlforth, W. C. (2001). Realism and Security Studies, Cavelty, M. D. & Mauer, V. (Eds.). *The Routledge Handbook of Security Studies*, New York: Routledge.

World Bank (2014). The World Bank/Data/By Country/Brazil, retirado de http://data.worldbank.org/country/brazil#cp_wdi, consultado em 08-02-2013.

Documentos Legais

Assembleia da República (2004). Acordo Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste, *Diário da República*, nº 10 – 13 de Janeiro, retirado de <http://dre.pt/pdf1s/2004/01/010A00/02220226.pdf>, consultado em 11-05-2013.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2007). Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste no Domínio da Comunicação Social, *Diário da República*, 1ª série – Nº 28 – 8 de Fevereiro, retirado de <http://www.gmcs.pt/pt/decreto-n-22007-de-8-de-fevereiro-acordo-de-cooperacao-entre-portugal-e-timor-leste-no-dominio-da-comunicacao-social>, consultado em 22-05-2013.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2009). Estratégia Nacional para a Educação para o Desenvolvimento (2010-2015), *Diário da República*, 1ª série nº 230 – 26 de Novembro, retirado de <http://www.plataformaongd.pt/conteudos/File/Grupo%20ED/Ened-final.pdf>, consultado em 18-04-2013.

Universidade Técnica de Lisboa (2011). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Regulamento (extracto) nº 542/2011, *Diário da República*, 2ª série nº 194 – 10 de Outubro, retirado de <https://dre.pt/application/dir/pdf2sdip/2011/10/194000000/4011040115.pdf>, consultado em 08-05-2013.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2012) Aprova a orgânica do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P retirado de <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=20120191&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=%27Decreto-Lei%27&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisa>, consultado em 10-03-2013.

Anexos³

³ Os anexos IX – *Cooperação com Guiné-Bissau*, X - *Instituto Camões nos PALOP e Timor – Leste*, XI - *Cooperação com S. Tomé e Príncipe*, XII - *Cooperação com Moçambique*, XIII - *Cooperação com Cabo Verde*, XIV - *Cooperação com Timor – Leste*, porque são documentos elaborados internamente pelo Camões IP, estão redigidos a partir do momento em que entrou em vigor nos organismos estatais portugueses segundo o último acordo ortográfico.

**Anexo I – Distribuição sectorial da APD Bilateral Líquida
Timor – Leste (2008-2012)**

Distribuição sectorial da APD Bilateral Líquida Timor –Leste (2008-2012)

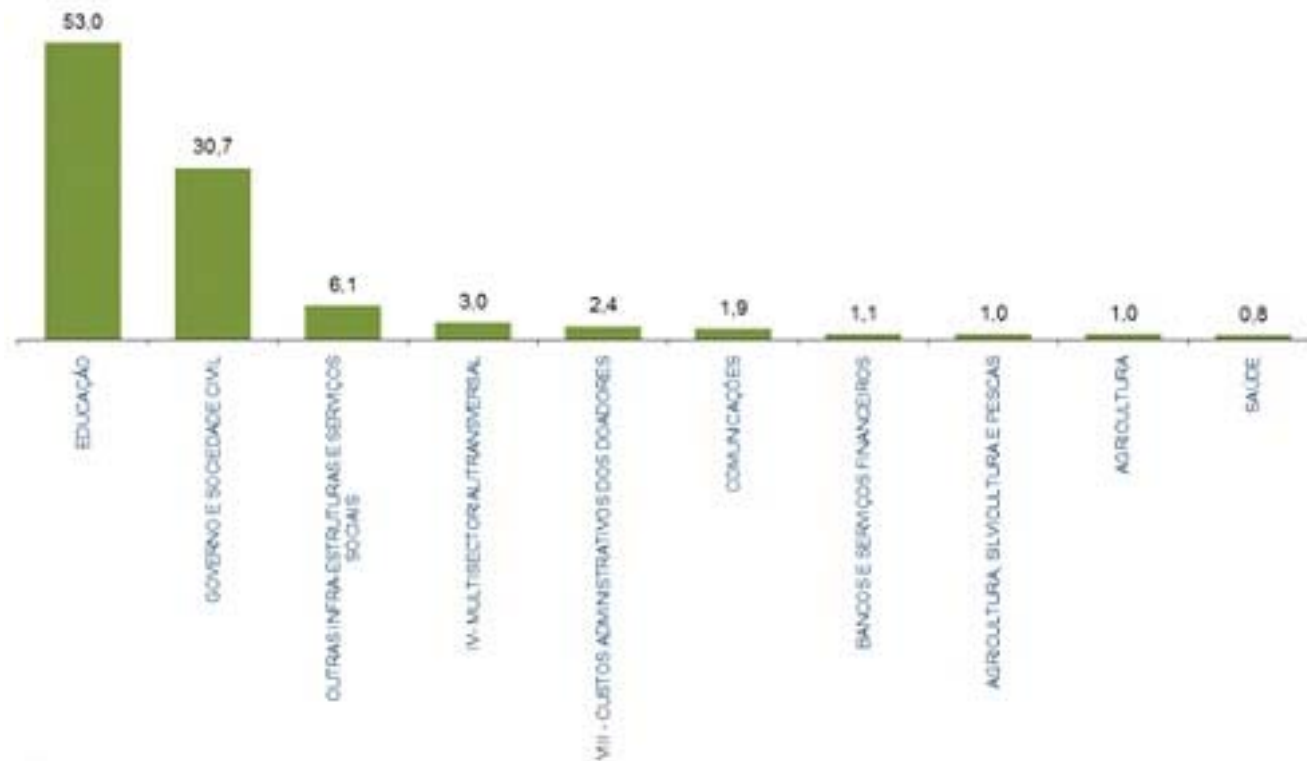
| | | | | | | | | | | | euros |
|-------------------------------------------------------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|-------------------|
| SECTORES | 2008 | % | 2009 | % | 2010 | % | 2011 | % | 2012 | % | Média 2008-2012 |
| I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS | 25.289.318 | 93,5 | 22.968.826 | 92,3 | 20.283.448 | 91,7 | 17.884.228 | 88,8 | 13.383.161 | 90,6 | 20.818.413 |
| 110 EDUCAÇÃO | 9.414.882 | 34,0 | 10.051.638 | 40,4 | 10.784.672 | 42,4 | 10.504.900 | 52,0 | 8.131.914 | 63,0 | 9.777.601 |
| 120 SAÚDE | 237.186 | 0,9 | 316.768 | 1,3 | 251.212 | 1,0 | 172.999 | 0,9 | 130.343 | 0,9 | 223.702 |
| 130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA | 0 | 0,0 | 58.841 | 0,2 | 0 | 0,0 | 71.589 | 0,4 | 0 | 0,0 | 26.086 |
| 140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 |
| 150 GOVERNO E SOCIEDADE CÍVIL | 13.764.778 | 50,9 | 10.917.979 | 43,9 | 10.570.262 | 41,0 | 5.843.999 | 29,4 | 4.702.490 | 30,7 | 9.159.894 |
| 160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS | 1.852.472 | 0,0 | 1.611.889 | 0,6 | 1.677.300 | 0,6 | 1.070.779 | 6,4 | 933.404 | 0,1 | 1.429.131 |
| II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS | 103.339 | 0,5 | 324.885 | 1,3 | 325.888 | 1,3 | 482.278 | 2,3 | 484.237 | 3,0 | 342.082 |
| 210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO | 6.584 | 0,0 | 0 | 0,0 | 709 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1.455 |
| 220 COMUNICACÕES | 38.713 | 0,1 | 224.813 | 0,9 | 251.786 | 1,0 | 373.079 | 1,9 | 299.115 | 1,9 | 237.441 |
| 230 ENERGIA: PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 |
| 240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS | 88.062 | 0,3 | 100.176 | 0,4 | 73.173 | 0,3 | 89.197 | 0,4 | 165.222 | 1,1 | 103.166 |
| 250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 |
| III - SECTORES DE PRODUÇÃO | 382.621 | 1,4 | 396.313 | 1,6 | 310.822 | 1,2 | 383.037 | 1,8 | 146.738 | 1,0 | 319.468 |
| 310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | 388.800 | 1,3 | 396.313 | 1,6 | 309.822 | 1,2 | 367.097 | 1,8 | 146.738 | 1,0 | 309.284 |
| 311 AGRICULTURA | 388.800 | 1,3 | 396.313 | 1,6 | 309.822 | 1,2 | 367.097 | 1,8 | 146.738 | 1,0 | 309.284 |
| 312 SILVICULTURA | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 |
| 313 PESCA | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 |
| 320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO | 38.268 | 0,1 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 7.862 |
| 321 INDÚSTRIA | 38.268 | 0,1 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 7.862 |
| 322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS) | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 |
| 323 CONSTRUÇÃO | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 |
| 330 COMÉRCIO E TURISMO | 5.883 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1.000 | 0,0 | 5.840 | 0,0 | 0 | 0,0 | 2.621 |
| 331 COMÉRCIO | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1.000 | 0,0 | 5.840 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1.288 |
| 332 TURISMO | 5.883 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 500 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1.233 |
| IV - MULTI-SECTORIAL/TRANSVERSAL | 251.378 | 1,0 | 707.056 | 2,8 | 627.818 | 2,1 | 789.948 | 4,0 | 483.287 | 3,0 | 658.033 |
| TOTAL SECTORIAL | 26.069.654 | | 24.392.862 | | 24.467.864 | | 19.298.488 | | 14.972.141 | | 21.833.984 |
| 500 V - AJUDAS PROGRAMADAS E AJUDAS SOB A FORMA DE PRODUTOS | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 |
| 600 VI - AÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 |
| 700 VII - AJUDA HUMANITÁRIA | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 |
| 810 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES | 384.088 | 1,3 | 429.338 | 1,7 | 947.884 | 3,7 | 688.863 | 3,0 | 370.117 | 2,4 | 641.781 |
| 820 IX - APOIO A ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS | 689.648 | 2,2 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 119.910 |
| 880 X - NÃO AFFECTADO/NÃO ESPECIFICADO | 0 | 0,0 | 68.602 | 0,2 | 8.689 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 13.018 |
| TOTAL NÃO SECTORIAL | 993.816 | | 488.338 | | 954.673 | | 698.863 | | 370.117 | | 574.719 |
| TOTAL BILATERAL | 27.030.169 | 100 | 24.872.320 | 100 | 25.412.227 | 100 | 19.998.441 | 100 | 15.342.258 | 100 | 22.408.883 |

Fonte: <http://www.instituto-camoes.pt/timor-leste/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/timor-leste>

Anexo II - Peso de cada sector no total da APD Líquida 2012 (%)

Timor-Leste

Peso de cada sector no total da APD Líquida 2012 (%) – Timor-Leste

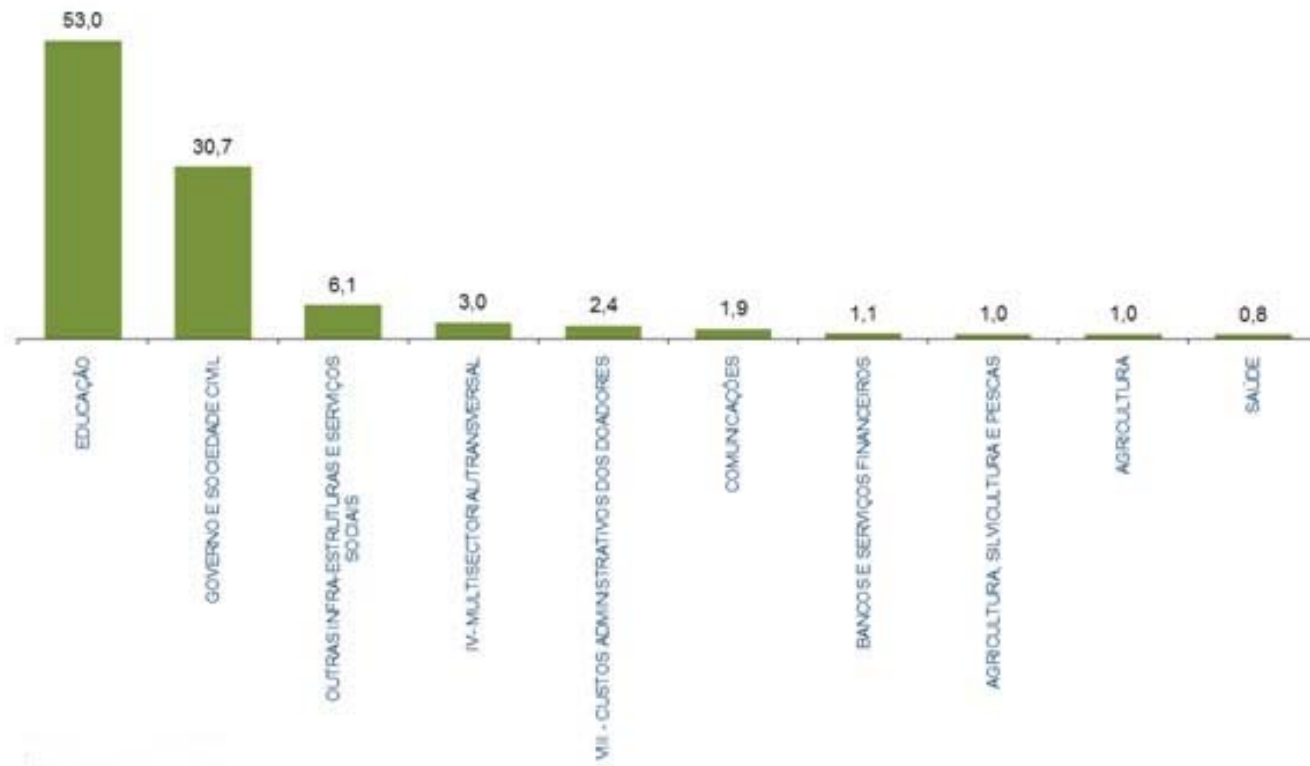


Fonte: <http://www.instituto-camoes.pt/timor-leste/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/timor-leste>

Anexo III - Peso de cada sector no total da APD Bruta 2011 (%)

Timor-Leste

Anexo III- Peso de cada sector no total da APD Bruta 2011 (%) – Timor-Leste



Fonte: <http://www.instituto-camoes.pt/timor-leste/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/timor-leste>

**Anexo IV – Ficha de Leitura relativa ao Relatório de Actividades
(2007)**

| | |
|-------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Autor (Nome) | Instituto Camões |
| Autor (Área científica) | |
| Título | RELATÓRIO DE ACTIVIDADES |
| Editor | |
| Local de edição | |
| Data | 2007 |
| Páginas (em caso de publicação periódica) | |
| Resumo/tópicos centrais | <p>Instituto Camões- assume o papel de agente congregador de esforços</p> <p>Docentes e bolsiros Fernão Mendes Pinto, colocados ao abrigo de protocolos de cooperação</p> <p>Formação <i>in loco</i>, de professores de português nos PALOP e Timor- Leste</p> <p>7 recém licenciados em língua portuguesa e cultura lusófonas, que foram objecto de uma formação pedagógico- didáctica prestada pelo IC, foram contratados pela UNTL</p> <p>UNTL- 7 professores, 15 monitores</p> <p>Acompanhamento da pasta relativa ao Acordo Ortográfico</p> <p>Foi dada continuação da formação de professores em colaboração com professores com escolas superiores</p> <p>Cooperação de centro de língua na UNTL 2003-2004 (1) 2006-2007 (1)</p> <p>10 docentes, 15 monitores, 1 CPLP/IC</p> |
| Palavras-chave | Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL) |
| Questões | <p>Como são atribuídas as bolsas?</p> <p>Acordo ortográfico encontra-se desde logo a ser incorporado na formação de professores?</p> <p>Como se dá a colaboração de professores?</p> |

Anexo V – Ficha de Leitura relativa ao Relatório de Actividades (2008)

| | |
|-------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Autor (Nome) | Instituto Camões |
| Autor (Área científica) | Ensino do Português |
| Título | PROMOÇÃO E ENSINO DA LINGUA PORTUGUESA |
| Editor | Instituto Camões |
| Local de edição | |
| Data | 2008 |
| Páginas (em caso de publicação periódica) | |
| Resumo/tópicos centrais | <p>Valorização da língua portuguesa no contexto da política multilingue da União Europeia</p> <p>Propiciar o reconhecimento internacional da língua Portuguesa como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Língua de trabalho;</i> • <i>Ciência;</i> • <i>agente de multiculturalidade</i> <p>Maximizar a efectividade/qualidade do uso do português</p> <p>Patrocinar as políticas de língua dos PALOP e Timor Leste</p> <p>Formação de professores de português, de tradutores e intérpretes</p> <p>Desenvolvimento de programas de apoio de secções de português e de programas de interacção com organismos e associações internacionais</p> <p>Processo de recrutamento de novos leitores/formadores: Novo leitorado da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e(2) Assembleia Nacional (1) Subsídio a professores no sentido de apoiar a respectiva autoformação na área do departamento de português que integra</p> <p>Moçambique: Projecto Formação contínua em 6 delegações</p> |
| Palavras-chave | Valorização, ensino, língua, formação, desenvolvimento, |
| Questões | <p>Em que consiste os leitorados?</p> <p>Como são escolhidos os leitores? Quais são os critérios de selecção (pré-requisitos do conhecimento, da língua/cultura para os espaços os quais concorrem)?</p> <p>Em que consiste o programa Eça de Queirós?</p> |

Anexo VI – Ficha de Leitura relativa ao Relatório de Actividades (2009)

| | |
|-------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Autor (Nome) | Instituto Camões |
| Autor (Área científica) | |
| Título | RELATÓRIO DE ACTIVIDADES - 2009 |
| Editor | |
| Local de edição | |
| Data | 2009 |
| Páginas (em caso de publicação periódica) | |
| Resumo/tópicos centrais | <p>Direcção de Serviços de Coordenação do Ensino do Português no Estrangeiro (DSCEPE)</p> <p>Língua de comunicação, de trabalho, de ciência, de cultura, de direito, de diplomacia e de economia</p> <p>Projectos desenvolvidos, em parceria, com 282 instituições estrangeiras, organismos Internacionais, como a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) o BAD (Banco Africano para o Desenvolvimento)</p> <p>Língua de diásporas, de relações históricas e de relações económicas</p> <p>Formação inicial de professores de português, com o grau de licenciatura; contínua de professores, quer em regime <i>e-learning</i> ou <i>b-learning</i> quer presencial; língua de futuros quadros das múltiplas áreas profissionais, desde a da Medicina à das Relações Internacionais, da Economia ao Direito, por exemplo, formação inicial e contínua de tradutores e intérpretes</p> <p>Apoio na área da língua, com carácter formativo, a tradutores e intérpretes</p> |
| Palavras-chave | Formação, ensino |
| Questões | <p>Como se dá a formação de professores?</p> <p>Como se dá o apoio, de que forma?</p> |

Anexo VII – Ficha de Leitura relativa ao Relatório de Actividades (2010)

| | |
|-------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Autor (Nome) | Instituto Camões |
| Autor (Área científica) | |
| Título | RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2010 |
| Editor | |
| Local de edição | |
| Data | 2010 |
| Páginas (em caso de publicação periódica) | 104 |
| Resumo/tópicos centrais | <p>Novos desafios resultante das redefinições da sua missão e do alargamento das suas competências, nomeadamente a integração no IC de toda a rede ensino de português no estrangeiro- rede EPE</p> <p>São 3 as áreas prioritárias de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Regulamentação da lei orgânica •Integração e qualificação da rede externa •modernização dos serviços e desmaterialização de processos <p>Os Planos de actividades foram integrados numa única base de dados que permitiu uma visão conjunta, de análise articulada por país (sistema integrado de informação-SII)</p> <p>O IC pretende ser o organismo de referência na projecção da língua e cultura portuguesas no estrangeiro (organismo coordenador)</p> <p>Reorganização da rede EPE através :</p> <ol style="list-style-type: none"> i)negociações com autoridades governamentais, visando a creditação de cursos nos seus países ii) interacção com outras diásporas de língua portuguesa através da formação de professores e integração oficial de cursos na rede oficial de ensino português iii) reforço da rede do ensino português em função dos atuais fluxos migratórios <p>Programa nº 2: Formação de professores de língua portuguesa e em língua portuguesa</p> <p>Projecto 1-Apoio a formação inicial de professores de língua Portuguesa - língua segunda, com graduação, em regime "Presencial "</p> <p>Projecto 5 -Apoio à formação inicial em língua portuguesa, de estudantes e professores de áreas variadas - língua segunda, com graduação, em regime "presencial"</p> |

| | |
|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <p>Projecto 6- Apoio à investigação como processo de autoformação dos professores de departamentos de países da CPLP.</p> <p>Programa nº 4: Promoção da aprendizagem da língua e cultura portuguesas e das culturas da CPLP</p> <p>Projecto 7- Apoio a formação linguística em português dos quadros e funcionários de organismos internacionais e instituições de carácter regional ou continental, bem como dos quadros e funcionários de parlamentos e sectores governamentais estrangeiros (Formação linguístico-comunicativa: 240 quadros e funcionários)</p> |
| Palavras-chave | Coordenação, reorganização |
| Questões | Visualização/acesso aos projectos acima referidos? |

**Anexo VIII – Ficha de Leitura relativa ao Relatório de Actividades
(2011)**

| | |
|-------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Autor (Nome) | Instituto Camões |
| Autor (Área científica) | |
| Título | <i>Relatório de Actividades do IC,IP 2011</i> |
| Editor | MNE/IC,IP – Instituto Camões, I.P. |
| Local de edição | |
| Data | Abril de 2012 |
| Páginas (em caso de publicação periódica) | 137 |
| Resumo/tópicos centrais | <p>O ano de 2011 ficou marcado por um esforço de contenção orçamental de recursos humanos, resultando num reforço das funções de planeamento e monitorização dos recursos internos e da rede externa. Tal seria visado através da rede externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dos Centros Culturais Portugueses e da Rede de Ensino Português no Estrangeiro (rede EPE), em coordenação com outros departamentos governamentais</p> <p>Racionalização da rede do ensino de português no estrangeiro, rede EPE, e a consolidação do sistema integrado de informação (SII) iniciado em 2010</p> <p>Os objectivos de eficiência incidiram principalmente na consolidação de uma metodologia de coordenação da actividade da rede externa do IC</p> <p>Reformulação de determinados objectivos, exemplo: Objectivo 9, indicador 17 – introdução de novo indicador “Qualidade média da oferta formativa do ensino à distância”; “3,5 a 4,5”. Justificação: relevância para o IC, IP da apreciação da oferta formativa autofinanciada</p> <p>Devido a restrições orçamentais, alguns lugares previstos no mapa de pessoal em sede do orçamento 2011, não foram abertos</p> <p>O orçamento do IC foi reforçado em 2011 em 1.00.000,00€, para o financiamento do ensino português no estrangeiro ao nível do pré-escolar e dos ensinos básicos e secundários</p> |
| Palavras-chave | Restrições, reformulação, consolidação, esforço |
| Questões | Como foram seleccionados os objectivos a serem reformulados? |

Anexo IX – Cooperação com Guiné-Bissau

Guiné – Bissau

Assembleia Nacional Popular (ANP) da Guiné-Bissau

Escola Normal Superior Tchico-Té (Departamento de Língua Portuguesa IC)

Trabalho na Assembleia Nacional Popular (ANP) da Guiné-Bissau

- Enquadramento político e social atual
 - Portugal não reconhece o governo de transição
 - Portugueses foram alvos de certas hostilidades (facto de ter acolhido Carlos Gomes Júnior)
 - Governo guineense comunicou que não serão concedidos vistos aos portugueses que desejem entrar na Guiné-Bissau - Portugal nega igualmente fazê-lo aos cidadãos guineenses, e ao governo
 - Governo de transição depara-se com graves problemas financeiros
 - Não há liberdade de expressão, o país encontra-se nas mãos dos militares que "sugeriram" ao presidente da república de transição a dissolução da ANP devido aos partidos maioritários PRS e PAIGC não chegarem a acordo resultando na não realização da sessão plenária
 - A maioria dos projetos de cooperação com Guiné-Bissau foram suspensos

- Funcionamento da ANP
 - Atividades na ANP foram retomadas em meados de setembro
 - Internet voltou a funcionar, ainda que com as inerentes limitações de Bissau
 - ANP tem tido pouca atividade, pois não há Plenário desde o golpe de estado de 12 de abril
 - Falta de recursos (*tonner*, papel etc..) e a frequente falta de eletricidade, que dificulta o trabalho dos funcionários
- Funcionamento das aulas de Língua Portuguesa
 - Desde setembro que as aulas se mantêm sem interrupções
 - Funcionários estão mais disponíveis agora que têm menos trabalho
 - Estava previsto iniciar para o ano, o estudo e interpretação da Lei Orgânica, por falta de meios da ANP abandonou-se esta ideia - o trabalho centrou-se mais em temas de desenvolvimento económico e social
 - As turmas do ano transato mantêm-se em geral, tanto as dos deputados como as dos funcionários – as aulas decorrem segundo uma planificação semanal alternada entre aulas de tema, de gramática e debates
 - O facto de não ter havido sessão, não houve novas atas para rever durante alguns meses, somente houve pequenos trabalhos de revisão e redação

- Escola Normal Superior Tchico-Té
 - Leitor em funções na ANP tem que colaborar com o Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões
 - Assegura-se a lecionação das cadeiras de Lexicologia/Lxicografia e de Teoria da Literatura, integradas no plano de estudos da licenciatura em Língua Portuguesa da ESE Tchico-Té
 - Ano letivo ainda não arrancou nesta unidade escolar, devido à conjuntura atual de Bissau - salários em atraso dos professores

- 2012-12-14
 - Projeto IC/Menes paga subsídio (vencimento) a 11 professores que lecionam na licenciatura de ensino de Português
 - 2012-2013 Licenciatura - 451 alunos
- TLG – 19-10-2012 – Visita à Escola Portuguesa de Bissau
 - Edifício da Escola é propriedade de PT (todos os níveis de ensino de ensino)
 - 253 Alunos: 45% guineenses, 42% portugueses 13% distribuídos por 11 nacionalidades diferentes
 - PT subsidia em cerca de 138.000,00 (falta por atribuir a verba em 2012)
 - 2011/2012 A Escola Portuguesa atribuiu 15 bolsas a estudantes carenciados
- TLG – 495, 08-10-2012
 - Início de novembro a assinatura do acordo entre a UNICEF e o Banco Mundial no âmbito do financiamento do Fundo de Parceria Global para a Educação
 - Verba transferida a 31 de dezembro com o início das atividades a 1 de janeiro de 2013
 - Ministério da Educação Nacional criou uma comissão de seguimento da execução do projeto
 - UNICEF e a comissão vão rever o plano de localização das 201 escolas a construir no âmbito do financiamento (representantes da Cooperação Portuguesa e da Cooperação Espanhola foram contactados sobre a disponibilidade para coordenar o projeto, somente Portugal demonstrou interesse)

Acordo Cultural e Cooperação Internacional

- Ação do Instituto Camões (IC) na Guiné-Bissau enquadra-se pelos seguintes documentos:
 - Acordo Geral de Cooperação e Amizade entre a República de Guiné-Bissau e Portugal - 11 de junho de 1975
 - Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre Portugal e a Guiné-Bissau - 22 de junho de 1975;
 - Acordo de Cooperação nos domínios do Ensino e da Formação Profissional entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau, assinado - 13 de janeiro de 1978;
 - Acordo Cultural entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - 13 de janeiro de 1978
 - Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - 13 de maio de 1980.

Rede de Ensino e Investigação

- Consolidação da Língua Portuguesa
 - Escola Normal Superior Tchico Té
 - Objetivo 1: Formação e consolidação de um Departamento de Português coeso
 - Objetivo 2: Formação inicial de licenciados em Língua Portuguesa (2011-2012)
 - Objetivo 3: Disponibilidade de meios logísticos
- Formação de Professores do Departamento e outros licenciados
 - Projeto, Curso de Mestrado em Língua Portuguesa (ainda não teve desenvolvimentos)
 - Protocolo tripartido IC, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e do Ministério da Educação da Guiné-Bissau 2009
- Formação de Professores de Português em Exercício (Ensino Básico)
 - Protocolo entre o IC e o Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau - 23 de setembro de 2005
 - IC é responsável pela dinamização das 12 Unidades de Apoio Pedagógico/Polos de Língua Portuguesa
 - A coordenação local do projeto - responsabilidade da Leitora do IC Dr.ª Maria Leonor Santos e do Chefe do Departamento de Português da Escola Normal Superior Tchico Té
 - Colaboram no projeto - 12 formadores e está prevista a construção do “Livro de Formação didática”
 - 2009/2010 - 1112 Formandos / 2010/2011 - 1536 formandos / 2011/2012 – 1768 Formandos

- **Parceiro: Petromar**
 - Empresa luso-guineense Petromar (grupo Galp Energia)
 - Apoio financeiro ao programa de formação contínua de docentes de língua portuguesa e o desenvolvimento do curso de mestrado em Língua Portuguesa na Escola Superior Tchico Té
 - Junho 2011, o Protocolo foi renovado para os anos 2011 e 2012 - valor de 50.000,00 € (assinatura e renovação para 2012/2013 ainda não se deu devido aos atuais problemas de GB)
- **Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANP)**
 - Em novembro de 2010, a Dr.ª Sónia Heitor, para exercer funções, em regime de exclusividade, na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. Devido a ser necessário um docente de Língua Portuguesa que exercesse funções a tempo inteiro
 - Em 2011 - 57 os formandos que frequentam o curso de Língua Portuguesa
- **Programa Formação Professores Ensino Básico do Instituto Nacional Desenvolvimento Educativo (INDE) (ainda possível iniciar este Programa, por falta de planificação do INDE)**
 - Instituto Camões participou na coordenação e implementação do Programa de Formação de Professores do Ensino Básico do Instituto Nacional Desenvolvimento Educativo - envolverá a formação de 1.500 docentes do ensino básico de todo o país
- **I Fórum da Educação na Guiné-Bissau**
 - Organizado pela Fundação Evangelização e Culturas - decorreu entre 25 e 26 de fevereiro de 2008
 - Governo pretende criar um Gabinete de Estudos e Coordenação dos Parceiros
 - Sistema escolar na Guiné-Bissau é constituído por escolas públicas, comunitárias e privadas
 - Portugal intervém através do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (Programa PASEG) e do IC
- **Centro Cultural Português – Bissau: Curso de Português por objetivos específicos (POE) para funcionários de Embaixadas e Organizações Internacionais realiza-se no CCP entre 10 e 15 de junho 2012**

Encargos com a Rede de Ensino e Investigação

- 2012 - Valor total 117.111,58 € (foi apenas pago 17.500,00€)
- 2011 - Valor total 126.976,18 €
- 2010 - Valor total 127.141,61 €
- 2009 - Valor total 126.641,61 €

Centro Cultural Português em Bissau

- Em 1998, devido a conflito na Guiné-Bissau, atividades do **Centro Cultural Português/IC (CCP/IC)**. Foram cessadas, a atividade foi reiniciada em 1999
- 2005, o CCP/IC entrou em obras de remodelação e ampliação de espaços, terminaram em 2006
- O Centro Cultural tem vindo a desenvolver as suas atividades em torno das seguintes áreas:
 - Aulas de Português, de Informática, de aperfeiçoamento
 - Apoio, com os professores do PASEG, ao curso de Direito da Faculdade de Direito de Bissau
 - Programa Sementeira
 - Conferências e lançamento de livros
 - Exposições de artistas locais
 - Ciclo de Cinema Anual com uma média de 50 filmes projetados no formato VHS e DVD
 - Comemorações por áreas temáticas

Plano de Atividades e Orçamento do Centro Cultural Português (Responsável IC-CCP Bissau – Dra. Maria Ermelinda Arede – Primeira-Secretária Embaixada)

- Uma verba de **€ 63.728,44**, correspondente ao orçamento geral de funcionamento do IC-CCP em Bissau para 2010 para a realização de diversas atividades como por exemplo:
 - Cursos de português para diplomatas e funcionários de organizações internacionais, acompanhados pelo IC-CLP e Leitora do IC em Bissau;
 - Curso de Correção da Língua Portuguesa para jornalistas
 - Realização de um Ciclo de Cinema Angolano em parceria com a Embaixada de Angola em Bissau
- IC aprovou o orçamento geral de funcionamento do IC - Centro Cultural Português em Bissau para 2009, no valor de **€ 61.743,58**
 - Exposição de arte touareg;
 - Espetáculo de dança tradicional;
 - Seminários para jornalistas e técnicos da área da saúde
- Em 2008 Foram realizadas diversas atividades ligadas ao teatro, artes plásticas, música, conferências e uma sessão semanal de cinema em português
 - Orçamento total do CCP, 2008 - 61.743 €

Anexo X – Instituto Camões nos PALOP e Timor - Leste

Instituto Camões nos PALOP e Timor-Leste

- Existência de protocolos e tratados de cooperação entre Portugal (Instituto Camões) e os países dos PALOP e Timor-Leste. A ação do IC em grande parte dos casos encontra-se inserida dentro de acordos pre-existentes entre Portugal e os restantes países.
- Exemplos:
 - Cooperação entre o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP (Camões, IP) e Timor-Leste insere-se no Acordo Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Timor-Leste
 - Memorando de Entendimento no domínio da Juventude, entre Portugal e os Países da CPLP - 7 de Julho de 2012 (No caso moçambicano, entre a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa e o Ministério da Juventude e Desportos da República de Moçambique)
 - Ação do Instituto Camões (IC) na Guiné-Bissau enquadra-se dentro de diversos documentos como por exemplo: Acordo Geral de Cooperação e Amizade entre a República de Guiné-Bissau e Portugal
 - Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde - 9 de Julho 2010
- O Instituto Camões tem uma rede de ensino e investigação na qual tem como intuito cooperar com os países dessa mesma rede. Nessa rede, a promoção do Português é feito de diversas formas sendo que uma das mais relevantes a meu ver encontra-se relacionada com a formação de indivíduos. Outra forma de apoio igualmente importante encontra-se com o apoio financeiro.
- O IC auxilia de diversas formas:
 - Formação de deputados e funcionários do Parlamento Nacional de Timor-Leste
 - Apoio financeiro à contratação de 4 docentes são-tomenses para o Departamento de Português e apoio didático pedagógico aos mesmos
 - Através da realização de mestrados como Mestrado em Tradução e o Mestrado de Interpretação de Conferências em Moçambique

- Através da formação de professores outros licenciados
- Apoio na Universidade de Cabo Verde a 28 professores que recebem formação de português como língua segunda
- Instituto Camões apoia através de bolsas de estudo
- Instituto Camões apoia igualmente diversos cursos e licenciaturas em língua portuguesa nos diversos países dos PALOP

Desenvolvimento de parcerias para a formação de professores e ensino da língua portuguesa

- Outra forma de apoio é através de cada Centro cultural Português (CCP) e de cada um dos centros de Língua existentes em cada país. Estes centros têm como função contribuir de forma ativa para a divulgação da língua e cultura portuguesa.

- Exemplos:

- Centro Cultural Português em Díli
- IC-CCP em São Tomé
- Centro Cultural Português/IC (CCP/IC) Em Maputo e polo na Beira
- Centro Cultural Português em Bissau
- Centro Cultural Português em Luanda

- A divulgação da língua portuguesa acontece através da realização de diversas atividades. Muitas destas atividades são conduzidas e promovidas pelos próprios centros. Cada centro tem o seu próprio orçamento pelo qual tem que se reger. O IC tem como tarefa a dinamização de projetos de intercâmbio cultural, a realização de projetos em articulação com entidades e criadores. Desta forma será possível que haja uma divulgação consistente da língua portuguesa.

- Entre as diversas actividades destaco as seguintes:

- Aulas de português, de Informática, de aperfeiçoamento
- Apoio, com os professores do PASEG, ao curso de Direito da Faculdade de Direito de Bissau
- Realização da V Feira de Díli, de 22 a 27 de maio, no Centro de Convenções de Díli (Timor-Leste)
- Realização da II Feira de Baucau, nos dias 23 e 24 de junho, no pátio da Escola de Referência (Timor-Leste)

- Semana Comemorativa do Dia de Portugal (São Tomé e Príncipe)
 - Comemorações do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP (São Tomé e Príncipe)
 - Realização da Semana da CPLP de 2 a 6 de maio (São Tomé e Príncipe)
 - Comemorações do 10 de Junho. Jogos da Lusofonia (São Tomé e Príncipe)
- Uma das formas de apoio que o Instituto Camões dá, é através da entrega de bolsas de Estudo. Neste sentido as bolsas atribuídas pelo IC encontram-se inseridas na questão de promover a realização de estudos, na área da língua e da cultura portuguesas por parte dos investigadores.
- Exemplos:
- 2012, o Camões, IP atribuiu uma bolsa de investigação a Danílio Verdial Barros, na Universidade do Porto, a realizar o Mestrado em Português Língua Estrangeira e Língua Segunda
 - Em 2011/2012 e 2012/2013 foi atribuída, uma bolsa de investigação a Jacinto da Veiga Vicente, para apoio à frequência do Mestrado em Didática de Português Língua Estrangeira
 - Em 2013 serão concedidas bolsas Fernão Mendes Pinto para apoio à docência e ao funcionamento da CPLP, com duração de 12 meses e no valor de 36.000,00€. (de igual modo a 2012)

Rede de ensino e de cooperação do IC 2007-2010 (Quadro 37 Rede de ensino da JEN ao IC)

| Ano | Número de Instituições |
|------------|-------------------------------|
| 2007 | 250 |
| 2008 | 273 |
| 2009 | 282 |
| 2010 | 294 |

Algumas datas relevantes:

13 De Dezembro de 2007: Debate na assembleia da República, dos projectos de resolução relativos à reforma do ensino da língua portuguesa no estrangeiro e pela criação de um programa de promoção,

expansão e qualificação do ensino da língua e da cultura portuguesa no estrangeiro. Ambas as respostas são rejeitadas no dia seguinte

Desde 1998 até 2008, a rede de docência do IC cresceu de 148 leitorados e cátedras para um total de 273 instituições cooperantes

8 De Maio de 2008: O Governo português ratifica o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (segundo protocolo de alteração ao Acordo de 1991), assinado entre Portugal, Brasil, Angola, Guiné- Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique

24 De Junho de 2008: Aprovação do Acordo de Cooperação entre Portugal e Timor-Leste para a criação da Escola portuguesa em Díli

15 De Novembro de 2011: O governo anuncia a fusão do Instituto Camões de apoio ao Desenvolvimento (IPAD), tendo em vista a criação do Instituto da Cooperação e da Língua

Anexo XI – Cooperação com S. Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe

Rede de Ensino e Investigação

- Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe (ISPSTP)
 - Protocolo entre IC e ISPSTP criado em 2002
 - Apoio financeiro à contratação de 4 docentes são-tomenses para o Departamento de Português e apoio didático pedagógico aos mesmos
 - Cursos apoiados (2012/2013)
 - Licenciatura em Língua Portuguesa - 87 alunos
 - Cursos de Língua Portuguesa 370 alunos
 - Total de alunos no ISPSTP: 457 alunos

- Atividades do leitorado em 2012
 - Atendimento científico pedagógico a professores
 - Os conceitos de língua materna e de língua não materna
 - Concurso literário Escrever em Português
 - Tchiloli ou a Tragédia do Marquês de Mântua
 - Manifestações culturais na Ilha de São Tomé
 - Apoio didático a alunos e professores
 - Encontro de professores do Departamento de Língua Portuguesa

ESCOLAS COM CURRÍCULO PORTUGUÊS APOIADAS PELO MEC

- O Instituto Diocesano de Formação João Paulo II (IDF)
 - IPAD suporta o vencimento de 4 professores graças a S.Exa. MENE ao MNEC Manuel Salvador dos Ramos

- Escola Portuguesa de São Tomé (Escolinha)
 - Embaixada portuguesa solicitou a prorrogação do prazo de validade do documento de cessão do terreno para a construção de um novo estabelecimento de ensino em S. Tomé (escola portuguesa - ensino primário)

- Uma nova Escola Portuguesa em São Tomé e Príncipe

Camões I.P. -Centro Cultural Português (IC-CCP)

➤ IC-CCP em São Tomé

- Privilegiar iniciativas que propiciem a cultura, o desenvolvimento e a formação (“capacity building”)
- O Centro encontra-se instalado num edifício que é propriedade do IC
- Encontra-se em fase de apreciação / aprovação, a proposta de nomeação de uma nova responsável pelo IC-CCP em S. Tomé

➤ Orçamentos e planos de atividades do Centro Cultural e respetivo Polo no Príncipe

- Orçamento de 2012 (Após reavaliada a situação na sequência do recebimento do relatório das atividades realizadas em 2011)
 - IC-CCP S. Tomé - € 57.581,13
 - Polo Príncipe - € 4.915,87

➤ Atividades aprovadas:

- Cinema em Português
- Semana Comemorativa do Dia de Portugal
- Comemorações do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP
- Apresentação da obra ***Jaca em Escamas***, da escritora luso-santomense Isabel de Santiago
- Documentário e Cinema Português no Polo do Príncipe
- Semana de África
- Projeto artístico – Oficinas criativas na área da etnofarmacologia e Workshops
- Oficinas de Escrita / Textos Institucionais
- Série documental sobre artistas / escritores portugueses
- Mostra cinematográfica de Leonel Vieira

➤ Orçamento de funcionamento aprovado para 2011

- IC-CCP S. Tomé - 67.850,80
- Polo do Príncipe - 7.105,22 €

➤ Atividades consideradas em S. Tomé e Polo no Príncipe após a avaliação das propostas programadas e apresentadas pelo IC-CCP

- Ciclos de Cinema Português
- Comemoração do Dia Mundial da Poesia
- Comemorações do 25 de Abril
- Realização da Semana da CPLP de 2 a 6 de maio
- Comemorações do 10 de Junho. Jogos da Lusofonia
- Exposição coletiva da AAPLAS. Divulgação de artistas plásticos de S. Tomé
- Residência Artística “Portugal – S. Tomé e Príncipe”
- Apresentação dos documentários de Ivo Ferreira

Anexo XII – Cooperação com Moçambique

Moçambique

- PFCP – José Marques (pós-graduação)
 - 6 Delegações da UP (Sede, Gaza, Beira, Quelimane, Nampula, Lichinga)
 - Curso semi-presencial - **299** estudantes
 - Desde 2009, já concluíram este curso, com o grau de Bacharel, **573** estudantes
- Consulado Geral de Portugal em Maputo
 - Numero total de alunos - **1700**
- Consulado Geral de PT na Beira
 - Área de prioritária de cooperação - Formação e capacitação de quadros e técnicos
- Reunião do Conselho de Patronos da Escola Portuguesa de Maputo – Centro de Estudos e Língua Portuguesa
 - Representante Portuguesa Dra. Paula Teixeira

Objetivos estratégicos

- Cooperação na formação de professores, de tradutores e intérpretes em regime presencial e regime híbrido (*b-learning*)
- Promoção, apresentação e circulação da produção artística através do Centro Cultural Português/Instituto Camões
- Cooperação no Domínio do desporto e Juventude (Memorandos de Entendimento com os Países da CPLP, 7 de julho 2012)
- Saudar os resultados da preparação da IX Conferência de chefes de estado e do governo da CPLP
 - Congratulam-se com a promoção da língua portuguesa como língua de trabalho e com a criação de um espaço físico, em Timor-Leste
 - Cooperação ao nível da promoção da língua através de projetos como Vocabulários Ortográficos Nacionais (VON)
 - Apelar aos Estados membros que cumpram formalidades constitucionais para ratificação do processo de refundação do IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa
 - Congratulam-se com a proposta de Portugal para a que em 2013, se realize a II Conferência Internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa
 - Regozijam-se com a proposta de instituição da Capital da Cultura da CPLP
 - Saudar o funcionamento da Direção para a Ação Cultural e Língua Portuguesa, do Secretariado Executivo e o seu espírito e iniciativa na preparação do Dia da Língua Portuguesa
 - Recomendam o desenvolvimento de esforços para a implementação do Acordo Ortográfico
 - Saudaram a realização dos quatro colóquios sobre:
 - “Diversidade Linguística na CPLP” (em Maputo)
 - “Português nas Diásporas” (Praia)
 - “Português nas Organizações Internacionais” (Luanda)
 - “Português na Internet e no Mundo Digital” (Fortaleza)

Acordo cultural e cooperação institucional

- Acordo Geral de Cooperação – Maputo, 2 de outubro de 1975
- Acordo de Cooperação Sociocultural – Maputo, 30 de junho de 1982
- Acordo de Cooperação nos Domínios da Educação, do Ensino, da Investigação Científica e da Formação de Quadros – Maputo, 23 de maio de 1985
- Memorando de Entendimento entre os Governos da República Portuguesa e da República de Moçambique (Programa Indicativo de Cooperação dos anos 2011-2014) - 18 de fevereiro de 2012
- Memorando de Entendimento no domínio da Juventude, entre Portugal e os Países da CPLP - 7 de Julho de 2012 (No caso moçambicano, entre a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa e o Ministério da Juventude e Desportos da República de Moçambique)

Rede de Ensino e Investigação

- Mestrado de Interpretação de Conferências
 - Iniciado a Agosto de 2009
 - 1º mestrado em África, de Interpretação de Conferências
 - Mestrado resulta da cooperação tripartida entre o Instituto Camões, a Universidade de Lisboa /Faculdade de Letras e a Universidade Pedagógica de Maputo
 - Balanço final dos exames práticos profissionalizantes – 11 de 18 alunos aprovados
- Mestrado em Tradução
 - Iniciado em 2011
 - Mestrado resulta da cooperação tripartida entre o Instituto Camões, a Universidade de Lisboa /Faculdade de Letras e a Universidade Pedagógica de Maputo
 - 13 mestres após defesa de tese em janeiro de 2013

Projetos em desenvolvimento

- Manutenção do apoio à formação superior de professores de e em português
- Está prevista a criação de mais 4 Centros de Língua Portuguesa
- Formação de professores de Língua Portuguesa em regime presencial híbrido (*b-learning*) e por videoconferência
- Manutenção do apoio à formação de intérpretes e tradutores e desenvolvimento de parcerias para a formação destes
- Manutenção da boa prática do instituto Camões I.P. colocar leitores moçambicanos
- Início da cooperação entre a Universidade Pedagógica e a Coordenação de Ensino da África do Sul, Namíbia, Suazilândia e, futuramente, Zimbabué
- Desenvolvimento de parcerias para a formação de professores e ensino da Língua

- Investigação e Formação “Cátedra Português Língua Segunda e Estrangeira”- Universidade Eduardo Mondlane (UEM)
 - Única cátedra de Português
 - Protocolo assinado entre Instituto Camões e a UEM em 2009
 - Convidada a Liderar a equipa da pesquisa com vista à elaboração de um *Vocabulário Ortográfico Nacional* (VON), a ser integrado no *Vocabulário Ortográfico Comum* (VOC)
- Programa de Formação Contínua de Professores, em exercício de funções, de Língua Portuguesa dos Ensinos Básico/3º Ciclo e Secundário
 - Em 2010 e 2011 o IC subsidiou cerca de **600** professores em 6 províncias
 - Em 2012 o nº de docentes da Universidade Pedagógica de Moçambique foi de **64**
- Formação Inicial de Professores do Ensino Secundário — Grau de Bacharel e/ou Licenciado em Ensino da Língua Portuguesa
 - 3 Leitores e 1 docente acompanharam 10.294 estudantes em formação em língua portuguesa, no ensino superior
 - Alunos de Estudos Portugueses em 2012 - 2 241 estudantes
 - Alunos de Técnicas de Comunicação em Língua Portuguesa (cadeira curricular) em 2012 - 5.042
- Protocolo de Cooperação com a Coordenação de Ensino da África do Sul e a Universidade Pedagógica de Moçambique para formação prática (estágios) de futuros docentes do sistema curricular namibiano
 - Assinado a 14 de novembro de 2011 entre Portugal e a Namíbia
 - Camões I.P. iniciou o apoio à formação específica de professores namibianos
 - 2 Professoras namibianas receberam formação na Namíbia
 - 2 Professoras namibianas terminaram a sua formação na Universidade Pedagógica de Moçambique
 - 2 Professoras selecionadas para realizar um estágio na Universidade Pedagógica de Moçambique
- Centros de Língua Portuguesa/IC
 - 6 CLP/IC em funcionamento

Atividades dos Leitorados em 2012

- Atividades realizaram-se nas regiões: Maputo, Beira, Nampula, Quelimane, Niassa e Gaza
- Realizaram-se VI Jornadas de Língua Portuguesa nos dias 8 e 9 de maio de 2012
- Realizaram-se semanas culturais do curso de português
- Oficinas da Oralidade Oficinas de Escrita

Bolsas de estudo

- Em 2013 serão concedidas bolsas Fernão Mendes Pinto para apoio à docência e ao funcionamento dos CPLP, com duração de 12 meses e no valor de 36.000,00€. (de igual modo a 2012)

Centro Cultural Português/IC (CCP/IC) Em Maputo e Pólo na Beira

- Orçamento 2012
 - IC-CCP Maputo - € 203.082,10
 - IC-CCP Pólo na Beira - € 34.207,58
- Orçamento 2011
 - IC-CCP Maputo – € 218.272,64
 - IC-CCP Pólo na Beira - € 51.796,58
- Realização de diversas atividades culturais em ambas regiões, destacando em Maputo o Ciclo de Cinema dos Países da CPLP e a feira do livro de Maputo e na Beira destaca-se a reposição do Festival Dockanema 2011

Encargos globais (Língua)

- Valor total de 2012 - 376.641,75 €
- Valor total de 2013 – Por definir

Anexo XIII – Cooperação com Cabo Verde

CABO VERDE
PONTO DE SITUAÇÃO NAS ÁREAS DA LÍNGUA, CULTURA E COOPERAÇÃO
30 de janeiro de 2012

MENSAGENS A TRANSMITIR

- Mantendo-se, em Cabo Verde, a cooperação na formação inicial de professores de língua portuguesa, Portugal declara-se disponível para retomar a formação contínua e a formação de formadores nessa área, nomeadamente com recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação.
- Portugal declara-se igualmente disponível para cooperar em estratégias de afirmação da língua portuguesa como língua de ciência;
- Portugal salienta a importância do trabalho desenvolvido pela rede Camões, IP – em Cabo Verde, composta pelo Centro Cultural na Praia, Polo no Mindelo e Centro de Língua Portuguesa na Universidade de Cabo Verde, na promoção da Língua e da Cultura Portuguesas em Cabo Verde e no fortalecimento do diálogo intercultural, que importa manter e, sempre que possível, reforçar;
- Portugal declara o seu interesse em acompanhar, estudar e analisar as novas propostas na área da Cultura que Cabo Verde irá desenvolver a partir do Plano Estratégico Intersectorial para a Cultura, integrado no Programa Indicativo de Cooperação (PIC) através do “Cluster Cultura 2012-2015”.

I. ENQUADRAMENTO

Com Cabo Verde, foram assinados, após 2010, os seguintes instrumentos em áreas com relevância para o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP (Camões, IP):

- Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, assinado em Lisboa, em 9 de julho de 2010, foi ratificado, na versão autenticada em língua portuguesa, pela Resolução da Assembleia da República nº 35/2012, de 10 de fevereiro 2012, publicada no Diário da República, nº 58, Iª Série de 21 de março de 2012;
- **Foi assinado o Plano Indicativo de Cooperação (PIC) 2012-2015, durante a visita oficial do MENE a Cabo Verde, em agosto de 2012;**
- Na I Cimeira entre Portugal e Cabo Verde, que teve lugar em Lisboa, a 9 de Junho de 2010, foram, igualmente, assinados os seguintes instrumentos, no âmbito das competências deste Instituto e do Ministério da Cultura:
 - Protocolo de Cooperação entre o então Instituto Camões e a Universidade de Cabo Verde, que prevê a colocação de um Leitor de Língua e Cultura Portuguesas para exercer funções no Departamento de Ciências Sociais, Humanas da Universidade de Cabo Verde;

- Adenda ao Protocolo de Cooperação entre o então Instituto Camões e a Universidade de Cabo Verde, para criação, naquela Universidade, de um Centro de Língua Portuguesa/Instituto Camões;
- Protocolo de Cooperação entre o então Ministério da Cultura da República Portuguesa e o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura da República de Cabo Verde para a Digitalização e Disponibilização de Documentação relativa a Património Arquivístico Comum;
- Protocolo de Cooperação entre a Biblioteca Nacional de Portugal e o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro da República de Cabo Verde.

II – AÇÃO CULTURAL EXTERNA

A atividade do Camões, IP desenvolve-se, nomeadamente, nas áreas da docência da Língua e Cultura Portuguesa e da ação do Centro Cultural na Praia e do seu Pólo no Mindelo.

1. REDE DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO

A ação estratégica do Camões, IP, para Cabo Verde, que integra a cooperação na área da Língua e da Cultura, tem vindo a basear-se na formação inicial de professores de Língua Portuguesa, na formação em exercício de formadores de/em Língua Portuguesa e no reforço das competências linguísticas dos falantes de Língua Portuguesa.

1.1. UNIVERSIDADE DE CABO VERDE (UnivCV)

- **LEITORADO:** o Camões, IP desenvolve as suas atividades no **Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde (UnivCV)** na **Licenciatura em Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses**.

Em 2011-2012, a licenciatura em *Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses* foi frequentada por **79 alunos**; **154 alunos** cursaram uma disciplina curricular de **Língua Portuguesa/Práticas de Comunicação** em *Cursos Curriculares Opcionais de Língua e Cultura Portuguesas e Culturas da CPLP*. São ainda apoiados **28 professores** que recebem formação de português língua segunda.

Realizou-se, no Mindelo, o 2º Ciclo de Conferências **“A Internacionalização da Língua Portuguesa”** e a **“Ação de Formação em TIC”**, com os seguintes temas: *As Tecnologias Interativas na Transformação do Ensino Aprendizagens* e *As Tecnologias Interativas no Desenvolvimento Profissional e nas Dinâmicas de Reuniões*. Encontra-se em preparação uma edição dos cursos de *PLS* destinados ao público infantil (6 a 10 anos). Prevê-se a realização do **Encontro de Escritores Lusófonos** (1ª semana de dezembro de 2012), com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian (deslocação de 2 dos 4 oradores). Encontra-se, também, em preparação a **1ª Jornada Pedagógica sobre a Língua Portuguesa: Práticas de Ensino e Desafios**.

- **ANO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA UNIVERSIDADE DE CABO VERDE**

A Universidade de Cabo Verde declarou 2012 como o **Ano da Língua Portuguesa** naquela instituição de ensino superior. No âmbito deste projeto, foram planeadas diversas atividades, cuja escolha e realização são da iniciativa da Universidade da Cabo Verde, algumas das quais com o apoio do Camões, IP.

➤ **CENTRO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

O Centro de Língua Portuguesa, **inaugurado em 1999**, com base num Protocolo de Cooperação, visa o apoio a estudantes do Ensino Superior e docentes de Língua Portuguesa das escolas secundárias, bem como o desenvolvimento de projetos pedagógicos que fomentem a promoção da Língua Portuguesa.

2. BOLSAS DE ESTUDO

Em **2012/2013**, foi atribuída, uma bolsa de investigação a Jacinto da Veiga Vicente, para apoio à frequência do Mestrado em Didática de Português Língua Estrangeira, a realizar na Universidade de Lisboa. Em **2011/2012**, foi atribuída, ao mesmo bolseiro, a bolsa de investigação *Instituto Camões* para frequência do Mestrado em Didática de Português Língua Estrangeira, na Universidade de Lisboa.

3. ENCARGOS COM A REDE DE ENSINO E DE INVESTIGAÇÃO

Os encargos globais, com a cooperação supra referida, estimam-se, para 2013, em €39.397,50. Em 2012, os encargos globais ascenderam a cerca de € 46.800,00.

4. CRIAÇÃO DE ESCOLAS PORTUGUESAS NA CIDADE DE PRAIA E NO MINDELO

A abertura de uma Escola Portuguesa (EP) em Cabo Verde é uma das aspirações da comunidade portuguesa naquele país que tem sido apoiada quer pela nossa Missão Diplomática, quer pelas autoridades locais.

O encontro, em dezembro de 2009, da então Ministra da Educação, Isabel Alçada, com a Senhora Embaixadora de Portugal em Cabo Verde, Graça Andresen, e a assunção do compromisso, por parte do Ministério da Educação (ME) de Portugal, em avançar com a construção da EP, despoletou uma série de ações com vista à consolidação do projeto e à sua posterior execução. Neste contexto, em janeiro de 2010, a Missão Técnica do Ministério da Educação, composta pela Diretora Adjunta do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), serviço que tutelava as escolas portuguesas, e pela Vogal do Conselho de Administração da Parque Escolar, empresa pública com a responsabilidade de desenvolver e executar o programa de modernização da rede pública de escolas secundárias e outras afetas ao Ministério da Educação, vem consolidar a posição de Parte portuguesa, ao mesmo tempo que desencadeia um conjunto de encontros bilaterais com setores institucionais e da sociedade civil de ambas as Partes.

Não obstante a complexidade das negociações, especialmente no que diz respeito à cedência dos terrenos para a construção da EP, **a C.M. da Praia atendeu ao pedido da Parte portuguesa e comprometeu-se a ceder o espaço identificado pelo Grupo de Missão. Contudo, a formalização**

oficial do pedido de cedência do terreno junto da CM da Praia não foi feita, pelo que não foi possível dar-lhe seguimento, principalmente por motivos de ordem financeira.

Atualmente, e embora não pareça viável a recuperação do anterior projeto na sua totalidade, **a abertura da EP mantém-se como um aspeto importante da estratégia para a promoção da língua e da cultura portuguesas no mundo**, devendo, por isso, ser dada continuidade aos trabalhos iniciados, ultrapassando o impasse criado pela Parte portuguesa, de forma a manter um quadro favorável para realização do projeto em causa.

Neste sentido, a Missão de Portugal em Cabo Verde considera que uma das vias para a realização do projeto seria a celebração de um “acordo” com uma escola cabo-verdiana, que teria como base o regime jurídico aplicável ao reconhecimento, pelo Estado Português, do ensino ministrado com currículo e programas portugueses em estabelecimentos de iniciativa privada, situados fora do território nacional, com as necessárias adaptações. Numa fase inicial, poder-se-ia também ceder algum espaço no Centro Cultural.

Em setembro de 2012, de acordo com telegrama recebido da Embaixada de Portugal na Praia, a questão da cedência do terreno foi retomada no encontro entre o Embaixador de Portugal na Praia e o Vereador do Urbanismo da Câmara Municipal da Praia. A resposta da Câmara não foi conclusiva acrescentando que seria fundamental saber qual a área em causa para a escolha do terreno.

Em relação ao Mindelo, a Cônsul Honorária e alguns pais de alunos, consideram ser possível obter cedência gratuita de terreno por parte da Câmara Municipal, desde que fora do centro da cidade.

5. CENTRO CULTURAL PORTUGUÊS

5.1. CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO CULTURAL

O Camões, IP – Centro Cultural Português (IC-CCP), criado em 1995, está sediado na Cidade da Praia e vê complementada a sua ação através do seu Polo no Mindelo.

O Centro desenvolve as seguintes ações:

- i. **Promoção e apoio à consolidação do uso e do ensino da Língua Portuguesa** como língua de comunicação, de trabalho, de cultura e de ciência (envolvendo ações no domínio da música, teatro, exposições, conferências, sessões de leitura e atividade editorial, bem como de apoio à realização de Feiras e Mostras de Livros);
- ii. **Divulgação de criadores portugueses e do espaço lusófono;**
- iii. **Dinamização cultural de espaços públicos;**
- iv. **Apoio à formação de formadores e de dinamizadores culturais** numa perspetiva abrangente (educação formal e não formal, organismos do Estado e da sociedade civil).

5.2 UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS NO POLO DO MINDELO

O Camões, IP tem procurado manter as atividades no Polo do Mindelo, não obstante a ação cultural atravessar especiais dificuldades, devido ao facto de, nos últimos anos, se ter verificado um agravamento dos encargos com o arrendamento dos espaços: o edifício é arrendado ao Instituto Nacional de Previdência Nacional e composto por duas salas no edifício da Alfândega - uma destinada a docentes (sala Zeca Afonso) e um outro espaço, convertido em sala de exposições permanentes. O Polo do Mindelo paga uma verba por cada utilização do Auditório do Centro Cultural do Mindelo, Centro da responsabilidade das autoridades cabo-verdianas.

5.3 CEDÊNCIA DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO CULTURAL NO MINDELO

Começaram, em 2006, as negociações com a Câmara Municipal de São Vicente, que cedeu um terreno, ao Estado Português, para a construção de um Centro Cultural no Mindelo.

Não tendo sido possível iniciar a obra durante a vigência do Protocolo assinado entre aquele município e o IPAD, o Instituto Camões (IC) solicitou a 10 de maio de 2010, à Embaixada de Portugal na Cidade da Praia, que fosse transmitido ao Município de S. Vicente, o empenho do Estado português no projeto da construção do Centro Cultural, no terreno cedido por aquela edilidade. **Durante a visita oficial a Cabo Verde de Sua Excelência o Presidente da República (2010), procedeu-se à assinatura de um Protocolo entre o então IC e a Câmara Municipal de São Vicente que inicia o processo de cedência de um terreno na baixa do Mindelo, destinado à construção de um Centro Cultural Português com espaço destinado à instalação de serviços Diplomáticos.**

Com a extinção da Empresa ParquExpo, que se propusera assegurar o lançamento do Concurso de Ideias, com o respetivo financiamento, e face à impossibilidade de manutenção deste projeto nos moldes iniciais, **foram desenvolvidas diligências, primeiramente junto da ParquExpo e depois junto da Ordem dos Arquitetos, com vista à entrega do processo à Ordem dos Arquitetos Portugueses (OA).**

A OA analisou o *dossier* entregue pela ParquExpo e conclui que é necessário promover a compilação de documentos complementares, designadamente o estudo geotécnico da área de intervenção, para que o Concurso possa ser lançado. Foram igualmente transmitidas, à Ordem dos Arquitetos, as instruções recebidas de S. Exa. o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas quanto à construção do edifício que deverá contemplar apenas um piso, devendo o Plano de Estratégia a propor por aquela Ordem, ter em conta esta nova situação.

Durante a visita oficial de S. Ex.^a o MENE a Cabo Verde, em agosto de 2012, este reiterou o interesse da parte portuguesa em construir o Centro Cultural Português, uma vez que terminou o prazo estipulado no protocolo de cedência do terreno pela Câmara Municipal de São Vicente, sendo uma das soluções possíveis o envolvimento de financiamento privado, pelo que iria entrar em contacto com a Fundação Cidade de Lisboa com vista à concretização deste projeto (tlg 232 da Praia).

Quanto às diligências *supra* referidas, dado o enquadramento e local de construção deste projeto, a **Ordem dos Arquitetos designou o Conselho Internacional dos Arquitetos de Língua Portuguesa**

(CIALP) como a entidade que reúne as melhores condições para promover este Concurso, uma vez que Portugal e Cabo Verde estão aí representados através de um Delegado, respetivamente.

O CIALP apresentou uma proposta para a organização do Concurso de Projeto de Arquitetura para o CCP Mindelo, com os seguintes valores:

- a) Valor de referência para o custo da obra: 1.000.000,00€;
- b) Valor de honorários para a equipa projetista: 108.000,00€;
- c) Valor de referência para a realização do Concurso: 50.000,00€

Neste contexto, importa, por outro lado, referir que a Caixa Geral de Depósitos dispõe de uma Mediateca, localizada num edifício histórico, que é propriedade do BCA – Grupo CGD.

O edifício foi recuperado e adaptado para o efeito com fundos do ex-IPAD. Trata-se de um espaço com 245 m², com três pisos e um jardim interior. No r/c funciona a biblioteca (58 lugares), no 1.º piso estão instalados 10 computadores, 2 televisores, leitores de vídeo e dvd, e aí foram colocados os livros técnicos (com 10 lugares para leitores); no último piso existe uma sala polivalente para exposições e espaço para conferências.

O número de utilizadores da Mediateca tem vindo a decair, sendo de salientar a escassa dinamização deste espaço cultural. No relatório global de análise de atividades da rede de mediatecas da CGD, 60% dos utentes da Mediateca do Mindelo procura apenas o serviço de internet.

Este espaço poderia constituir uma importante alternativa à construção de um CCP Mindelo, rentabilizando o investimento já realizado. A partilha de instalações permitiria construir uma programação regular, dirigida a diferentes públicos, o que contribuiria para reforçar a presença de Portugal no Mindelo.

5.4. ORÇAMENTOS E PLANOS DE ATIVIDADES DO CENTRO CULTURAL PORTUGUÊS NA PRAIA E POLO NO MINDELO

- Para o Centro Cultural Português na Praia, o orçamento em 2012 ascende a € 84.047,62.
- Para o Centro Cultural Português - Pólo do Mindelo, o orçamento em 2012 ascende a € 65.000,28.

As atividades desenvolvidas, quer no Centro Cultural da Praia, quer no polo do Mindelo, reportam-se a diferentes áreas culturais, das quais se destacam as áreas da fotografia, teatro, literatura, dança, música e cinema.

De entre as várias exposições realizadas, é de salientar a *Exposição fotográfica de Camila de Sousa e Filipe Branquinho* que teve lugar no Pólo do Mindelo do Camões IP/Centro Cultural Português, por iniciativa da Fundação Gulbenkian. Nas ruas do Mindelo (Rua 5 de Julho e Praça D. Luís) foi instalado um conjunto de 12 fotos, impressas em lona, de dois fotógrafos moçambicanos: Camila de Sousa e Filipe Branquinho. A montagem destas instalações fotográficas no Mindelo foi organizada pelo Pólo do Mindelo do Camões, IP/CCP, com o apoio do Programa Gulbenkian de Ajuda ao Desenvolvimento.

Decorreram, também, ao longo do ano de 2012 as seguintes exposições: **“Kabral ka Morri” de Diogo Bento**; **Exposição “Espelho de Prata, Um Olhar sobre a Coleção Foto Melo”**; **Exposição de Fotografia Ocupações & 3 X 4**, **Exposição de fotografia “Blue”, de Hélder Paz Monteiro**; **Exposição de Pintura de Péricles Barros**; **Exposição Morabeza, Cabo Verde**. Destaque para a **exposição Azulejo Português: Diálogos Contemporâneos**, na Galeria do IC-CCP Praia e para a **exposição “A História do Fado”**.

No que se refere aos eventos literários, foi lançada a obra **“Literaturas Insulares: Leituras e escritas de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe”**, organizado por Margarida Calafate Ribeiro e Sílvia Renato Jorge e procedeu-se à **edição do conto infanto-juvenil “Salapé”**, de Fátima Bettencourt, bem como ao **lançamento do Volume I da obra “Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro. Presença Cabo-Verdiana 1851-1900”**. Durante a **Feira do Livro**, organizada pela Universidade de Cabo Verde, foram realizadas **sessões de leitura com o contador de histórias Jorge Serafim**, e foi apresentada a **peça de teatro “Naque, Piolhos e Atores”**. Durante as **Comemorações do Centenário de Alves Redol**, foi feita a leitura de contos do escritor e a apresentação do filme *Nazaré*, de Manuel Guimarães e do filme *Alves Redol, Memórias e Testemunhos*, de Francisco Manso;

Realizou-se o Curso de Iniciação Teatral com a peça **“Os Bichos Invadem a Praça”** e foi reposta a peça **“Bodas de Sangue”**. Foram também **representadas as peças**: **“O Psicanalista”**, **“Os Livros e os Contos – Histórias Para Grandes e Pequenos”**, **“Pará Moss”** Espetáculo de Stand-up Comedia; **“Teorema do Silêncio”**, **“As Mindelenses”**, **“Mindelact 2012”**, entre outras.

Em outubro teve lugar a apresentação da nova produção da Companhia de Dança “Raiz di Polon”, e ao longo do presente ano realizaram-se **vários concertos**: Concerto **“Lunário”** de Terezinha Araújo; Concerto **“Afetos”** de Tété Alinho, com Kim Alves, Bodi, Sara Alinho e Terezinha Araújo; Concerto **Um Mi... Um Mi Ku Bô** de Sara Alinho, com Eillen Almeida, Ricardo de Deus, Yvan Évora, Kako Alves, Tété Alinho e Da; Concerto **“(A) Live Mix Tape”** de Alberto Koenig; Concerto **“Ondulações”** pelo Trio Ricardo de Deus (mais Binga de Castro e Ndu Carlos); Concerto pelo Grupo **G Fusion Trio**, no Pátio do Clube Castilho, no Mindelo; Recital do pianista Filipe Pinto Ribeiro; Espetáculo de Carlos Alberto Moniz **“Canções da Lusofonia”**.

O Camões, IP organizou e participou nos seguintes certames:

- **Ciclo de Cinema, que se iniciou com obras de Francisco Manso, integrado nas Comemorações do Centenário de Alves Redol;**
- **V Ciclo de Documentário maio.doc**, em parceria com o Festival doclisboa 2011, a APORDOC e com o apoio da Câmara Municipal da Praia e do Ministério da Cultura de Cabo Verde;
- **África em docs**, com a apresentação dos documentários “A Voz do Povo” (Guiné- Bissau), “Bitú” (Cabo Verde), “Batuque Ricardo Rangel (Moçambique), A Alma de um Povo” (Cabo Verde), “Muvart” (Moçambique), “Mionga ki Ôbo. Mar e Selva” (S. Tomé e Príncipe) e “Bissau d’Isabel” (Guiné-Bissau), no Mindelo;
- a **3ª Edição de “Uma Década de Curtas”**, no Camões IP-CCP Praia e Polo Mindelo.

III – AÇÃO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA

Portugal tem-se mantido como um dos principais parceiros de cooperação com Cabo Verde, ocupando, de forma destacada, nos últimos anos, o lugar de primeiro contribuinte bilateral da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Para informação detalhada sobre a Cooperação Portuguesa, *vide* documento autónomo.

Anexo XIV – Cooperação com Timor-Leste

Enquadramento

- Cooperação entre o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP (Camões, IP) e Timor-Leste insere-se no Acordo Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Timor-Leste
- Cooperação bilateral, no quadriénio 2007-2010, enquadra-se no Memorando de Entendimento entre os Governos da República Portuguesa e da República Democrática de Timor-Leste relativo ao Programa Indicativo de Cooperação (PIC)
- Encontra-se em negociação um novo PIC, com duração de 4 anos (2011-2014) englobando os anos de 2011 e 2012

Projetos na Área da Educação

Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores PFICP

- Protocolo de cooperação sobre o PFICP, celebrado no dia 1 de janeiro de 2012 com duração até 31 de dezembro de 2014
- Orçamento:
 - Custo total: 23.775.070,80 €
 - Cofinanciamento METL: 13.988.218,92 €
 - Cofinanciamento Camões IP: 9.786.851,88 €
- Docentes no terreno:
 - 136 Contratados
 - 148 Previstos
- Resultados esperados:
 - 3900 Docentes com grau de bacharel
 - 380 Docentes do ensino técnico vocacional com aproveitamento nos cursos de oficinas de língua portuguesa e especialização
 - 150 Professores/formadores atualizem conhecimentos e reforcem capacidades científicas e pedagógicas
 - 2000 Docentes do 3º ciclo e 2000 docentes do ensino secundário atualizem conhecimentos, reforcem capacidades científicas e pedagógicas e implementem programas curriculares e uso dos manuais escolares
 - 450 Estudantes tenham transitado de ano ou concluído a formação
- Falar Português – Reestruturação curricular do Ensino Secundário Geral em Timor – Leste (Curriculum do Ensino Secundário)
 - Duração: 1 de janeiro de 2010 a 31 de março de 2013
 - Orçamento: 1.180.608,53 €
 - Público Alvo: 35.062 alunos do ensino secundário geral e 1.696 professores
 - Resultados Esperados:
 - Plano curricular finalizado e validado pelas autoridades timorenses
 - Elaborados os programas para todas as disciplinas curriculares
 - Elaborados os manuais do aluno e os guias do professor
 - Definidas as especificações técnicas para a formatação gráfica dos manuais e dos guias
 - Reforçado o domínio da língua portuguesa
 - Assinado o protocolo de cooperação entre o Ministério da Educação, a Fundação Calouste Gulbenkian e o

➤ Apoio ao ensino Superior – Formação em Língua Portuguesa e Projeto de Apoio à capacitação da UNTL

- Licenciatura em Língua Portuguesa: Início em 2009 terminando em 2011
- Projeto de Apoio à Capacitação da UNTL: Início em 2011 terminando em 2013
- Orçamento:
 - 2010 – 592.119,71€
 - 2011 – 784.327,27€
 - 2012 – 225.000 €
- Docentes no terreno:
 - Projeto de Apoio à Capacitação da UNTL (apenas Curso de Direito) em 2012: 10
 - Licenciatura em Língua Portuguesa em 2012: 2
- Público Alvo:
 - 2011 – 1539 Alunos; em 2010 – 1095 Alunos
 - O corpo docente da UNTL – 36
- Resultados Esperados:
 - Projeto de Apoio à Capacitação da UNTL (apenas Curso de Direito) até 2013
 - 155 Alunos inscritos
 - 58 Alunos do sexo feminino
 - 37 Licenciados em Direito
 - 17 Docentes e monitores da UNTL a ministrar o Curso de Direito
 - 100% Taxa de empregabilidade dos recém-licenciados
 - Licenciatura em Língua Portuguesa
 - Alunos graduados: 48
 - Alunos Formados em de Língua Portuguesa (disciplina geral da UNTL) – 165
 - Formandos participantes em cursos extracurriculares de Língua Portuguesa – 2.240

➤ Política de Educação Multilingue Baseada na Língua Materna

- Encontra-se em discussão desde 2010
- Apoio da Presidente da Comissão Nacional de Educação, Sra. Kirsty Gusmão e do sistema das Nações Unidas (UNICEF)
- Aprovação, a 15 de Junho de 2011, do Decreto-Lei que aprova os Planos Curriculares de Implementação do Curriculum do Ensino Básico
- No início de 2012, foi autorizado o lançamento de um projeto-piloto neste sentido em 12 escolas públicas

➤ Outros Doadores Presentes em Timor - Leste na área da Educação

- Austrália
 - Envolvido Programa de apoio ao setor de educação (desenvolvido pelo Banco Mundial)
- Brasil
 - Formação de professores – desde 2005
 - Capacitação de professores de educação pré-secundária e secundária (PROCAPES)
 - Ensino da língua portuguesa instrumental (ELPI)
 - Implantação da Pós-Graduação na UNTL, um curso de especialização em educação
 - Formação de professores em exercício na escola primária de Timor-Leste (PROFEP)
- Cuba
 - Apoio à formação de recursos humanos no setor da saúde
- Nova Zelândia
 - Oferece 15 bolsas anuais a estudantes timorenses para estudos em instituições de ensino superior na Nova Zelândia
- Unesco
 - Diversos projetos de educação
- Unicef
 - Diversos projetos de destinados a melhorar a qualidade e o acesso à escola básica

Redes de Ensino e Investigação

- Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL)
 - Cooperação iniciou-se, em 2000, com a abertura do Centro de Língua Portuguesa (CLP) e a criação, no ano letivo 2001/2002, da Licenciatura/Bacharelato em Ensino da Língua Portuguesa
 - 2012- 328 Alunos inscritos, na Licenciatura/Bacharelato em Ensino da Língua Portuguesa
- Parlamento nacional de Timor-Leste
 - Formação de deputados e funcionários do Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL),
- Centro de Língua Portuguesa
 - Em funcionamento desde 2000
 - De 2000 a 2011, foram lecionados cursos extracurriculares no *Institut of Business*
 - Em dezembro de 2012 e janeiro de 2013, terão início cursos extracurriculares no Instituto Marquês Valle Flor
- Apoios Pontuais
 - Curso Intensivo de Língua Portuguesa para candidatos a bolsas
 - Formação de Português a magistrados timorenses em estágio em Portugal
 - Administração Central e Local e Organismos Internacionais
 - Curso Intensivo de Língua Portuguesa para Adultos na Escola Portuguesa Ruy Cinatti
- Protocolo de Cooperação com a Universidade Timor – Leste (UNTL)
 - 2009 a 2011, a ação do então IC na UNTL desenvolveu-se com base no Protocolo de Cooperação tripartido entre o Instituto Camões, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e a Universidade Nacional Timor-Leste (UNTL)
 - Projeto “Mais Português” teve como objetivos específicos reorganizar e desenvolver o curso de Ensino da Língua Portuguesa na UNTL

- Bolsas de Estudo
 - 2012, o Camões, IP atribuiu uma bolsa de investigação a Danílio Verdial Barros, na Universidade do Porto, a realizar o Mestrado em Português Língua Estrangeira e Língua Segunda
- Encargos na Rede de Ensino e Investigação
 - 2012 – Ascendem os 246 mil euros
 - 2011 - 423 Mil euros
- Escolas com Currículo Português tuteladas pelo Ministério da Educação e ciência - Escola Portuguesa de Díli
 - Escola Portuguesa de Díli – Centro de Ensino e Língua Portuguesa (EPD-CELP) criada 23/2/2009
 - Estrutura orgânica da EPD-CELP está contemplada atualmente 5 polos distritais, em Maliana, Oecusse, Baucau, Same e Ermera - entraram em funcionamento no ano letivo 2010-2011.

- Camões, IP – Centro Cultural Português em Díli (Camões, IP -CCP)
 - Criado em fevereiro de 2000
 - 11 De setembro de 2012 a nomeação da Dra. Maria Jesus Chaves no cargo de Conselheira Cultural da Embaixada em Díli
 - Orçamento total - € 90.812,30
 - O relatório da Embaixada de Portugal em Díli destacou a realização das seguintes atividades:
 - V Feira de Díli, de 22 a 27 de maio, no Centro de Convenções de Díli
 - II Feira de Baucau, nos dias 23 e 24 de junho, no pátio da Escola de Referência